PIAUÍ

Trajetória e Transição Econômica

Marcio Pochmann
Alexandre Guerra

O livro colabora para o debate sobre o desenvolvimento econômico do Estado e ao trazer elementos sobre os ciclos econômicos do Brasil e do Piauí, ocorridos no passado, aponta perspectivas para o futuro em meio à constituição de uma sociedade de serviços.

Dessa maneira, como foi o processo de criação da sociedade urbana e industrial predominante no país entre 1930 e 1980? Como o estado do Piauí se inseriu nesse processo? Quais as oportunidades para que as regiões consideradas anteriormente periféricas na sociedade urbana e industrial possam trilhar novos caminhos na perspectiva de uma sociedade baseada nos serviços?

Qual a trajetória econômica que o Piauí vem traçando nesse sentido? Como foi o comportamento dos municípios no período de crescimento e de crise econômica recente?

Para responder a essas e outras perguntas, convidamos você a conhecer uma visão econômica dos resultados do recente projeto de desenvolvimento em curso no Piauí, que compreendem a abordagem geral acerca das principais transformações identificadas no Estado durante o primeiro quarto do século XXI.

Marcio Pochmann

Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Foi secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo (2001-2004). Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2007-2012). Consultor de instituições nacionais (DIEESE, FIESP, SEBRAE, MTE) e internacionais (OIT, BID, UNICEF).

Alexandre Guerra

Doutor em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas. Atua nas áreas de diagnóstico socioeconômico, planejamento municipal e proposição de políticas sociais. Consultor, também, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Instituto Via Pública e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

Marcio Pochmann
Alexandre Guerra

PIAUÍ

trajetória e transição econômica

Teresina, 2019

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
José Wellington Barroso de Araújo Dias

VICE-GOVERNADORA
Maria Regina Sousa

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO
Antonio Rodrigues de Sousa Neto

SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS
Liége de Souza Moura

DIRETORA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS
Fernanda Almeida Moita

SUPERVISÃO EDITORIAL
Cristiana de Moraes Nunes Melo

SETOR DE PUBLICAÇÕES
Teresa Cristina Moura Araújo Nunes
Luciana Maura Sales de Sousa
Alcides Luís Gomes da Silva

NORMALIZAÇÃO
Lúcia Maria Gurjão Santos

Pochmann, Marcio
Piauí: trajetória e transição econômica/Marcio Pochmann, Alexandre Guerra. – Teresina: CEPRO, 2019.

169 p.

1. Transformação socioeconômica – Piauí.
2. Economia de serviços – Piauí.
I. Guerra, Alexandre. II. CEPRO. III. Título.

CDU: 316.42:330.35 (812.2)

Sumário

Apresentação 7

Introdução 9

Primeira parte:
Esgotamento prematuro da sociedade urbana e industrial
e seus impactos na configuração regional 19

Segunda parte:
Ascensão recente das unidades federativas
até então consideradas periféricas na sociedade
urbana e industrial 53

Terceira parte:
Trajetória econômica piauiense na transição antecipada
para a sociedade de serviços 71

Considerações finais 151

Anexos 161

Apresentação

A publicação Piauí – Trajetória e Transição Econômica apresenta a situação atual e a evolução recente do desenvolvimento econômico vividos pelo Piauí entre 2002 e 2016, identificando seus pontos inovadores e suas fragilidades, de modo a delinear perspectivas de sua continuidade.

Considerando o papel fundamental da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (CEPRO) em contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Piauí, através da produção e disseminação de dados e pesquisas de interesse da administração pública e da sociedade, apresenta-se o resultado deste trabalho, no que se refere ao desenvolvimento econômico do Estado, pos foi elaborado a partir de informações e análises econômicas estratégicas do Piauí, identificando e articulando as seguintes áreas temáticas:

a) Panorama econômico e perspectivas para o Piauí;

b) Ciclo de crescimento nacional, modelos de governança subnacional e desempenho econômico no Piauí (2002-2016);

c) Recessão nacional e respostas estaduais: experiência comparada no Piauí (2015-2016);

d) Perspectivas pós 2016.

Entende-se que o desenvolvimento requer acompanhamento, monitoramento e avaliação dos indicadores de desenvolvimento econômico com inclusão social, especialmente em um país, como o Brasil, que possui grandes desigualdades regionais. Nesse sentido, o governo do estado do Piauí vem alocando todo

seu esforço na construção de uma sociedade mais justa que considera ser possível associar crescimento econômico com desenvolvimento humano.

Por fim, acredita-se que o livro contribua para o debate sobre os ciclos econômicos do Brasil e do Piauí ocorridos no passado, além de apontar perspectivas para o futuro em meio à constituição de uma sociedade de serviços. Dessa forma, espera-se oferecer, com essa leitura, uma visão econômica que abranja, de modo geral e específico, os resultados do recente projeto de desenvolvimento em curso no Piauí.

Antonio Rodrigues de Sousa Neto
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO

Introdução

Nos dias de hoje, o antigo mosaico que compunha a sociedade urbana e industrial, iniciada a partir da Revolução de 1930, encontra-se profundamente alterado. Coincidindo com o ingresso do Brasil à globalização, na qual a industrialização que constituía a coluna vertebral da nação até a década de 1980 começou a ser precocemente desfeita, deslocando "as placas tectônicas" da estrutura em que a sociedade encontrava-se até então assentada.

Com o declínio relativo da produção manufatureira, a estruturação – ainda incompleta – da sociedade urbana e industrial sofreu abalos consideráveis em todo o território nacional. De modo simultâneo emergiu antecipadamente a transição para a inédita sociedade de serviços, impactando direta e indiretamente a configuração regional do padrão de produção e consumo nacional.

A concretização das estimativas para o desempenho produtivo em 2019 tende a confirmar o quanto os anos de 2010 se aproximam da conformação da primeira década perdida para o conjunto da economia nacional neste início do século 21. Se contabilizar os últimos 40 anos, com início em 1980, o país terá acumulado duas décadas perdidas do ponto de vista econômico.

Esse fato inusitado desde a implantação do capitalismo, ainda na década de 1880, revela significativa perda de vitalidade em sua capacidade de produzir, empregar força de trabalho e gerar renda nacional. Recorda-se que entre as décadas de 1930 a 1970, por exemplo, o país apresentou notável crescimento econômico mobilizado pelo projeto nacional da industrialização, comparável, por exemplo, ao desempenho chinês na atualidade.

Com isso, o Brasil conseguiu consolidar, pela primeira vez, o seu mercado interno de dimensão continental, superando a situação econômica pretérita que se apresentava similar ao de um "arquipélago de ilhas regionais" herdada da ausência de integração nacional imposta pelos antigos ciclos primário-exportadores vigentes até a Revolução de 1930. No século 17, por exemplo, a opulência econômica gerada pelo ciclo da cana de açúcar transcorreu concentrada na região Nordeste, enquanto no século 18, a expansão econômica do ciclo do ouro se deu convergente com a realidade de Minas Gerais.

Nos ciclos do café e da borracha, que tiveram êxitos durante a virada para o século 20, as regiões Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) e Norte (Amazonas, Pará, Rondônia e Acre) absorveram, respectivamente, a maior parte dos benefícios da prosperidade econômica. Isso porque a progressão da produção estava diretamente dependente da absorção externa viabilizada pelas exportações de produtos primários ao estrangeiro, praticamente sem o movimento de articulação dos enclaves econômicos regionais e da integração do território nacional.

Diferentemente do percurso da expansão passada associado aos ciclos econômicos que transcorreu centralizado em localidades determinadas do território brasileiro, sem afetar a realidade de outras áreas geográficas da nação, a trajetória da industrialização constituiu o mercado interno e integrou – ainda que de modo desigual – o conjunto da nação. Com isso, rompeu-se com a noção de certa autonomia das economias locais na fase do "arquipélago de ilhas regionais", instaurando notável fase de expansão econômica nacional e de modernização desigual no território entre as décadas de 1930 a 1970.

A paralisia econômica gerada pela crise da dívida externa no início dos anos 1980, com ajuste exportador e seus efeitos

na desorganização das finanças públicas e no descontrole inflacionário, adicionada à forma de ingresso na globalização durante a década de 1990, contribuíram para obstaculizar precocemente a industrialização. Com isso, a explicitação de duas décadas perdidas (1980 e 2010) acompanhadas por desempenhos extremamente diferenciados entre regiões, estados e municípios que apontam para fragmentação no interior da economia nacional e desintegração da sociedade urbana e industrial.

Diante do traço geral desfavorável no desempenho da economia nacional, não se pode deixar de observar a presença de dinâmicas regionais distintas. Na primeira metade da década de 2010, por exemplo, enquanto a economia brasileira aumentou 3,2% como média anual, 67% dos municípios registraram crescimento acima da média do país, representando 47% do PIB nacional e 56% da população.

Destaca-se, ainda, que quase 31% dos municípios brasileiros (18,6% do PIB nacional e 21,3% do total da população) registraram expansão média superior a 6% ao ano. Ou seja, durante os anos de 2010 a 2014, parcela do país cresceu ao ritmo chinês, enquanto outra parcela do território nacional, compreendida por 15% dos municípios do país que respondiam por 13,7% do PIB nacional e 12,1% dos brasileiros, apresentaram desempenho negativo em suas economias locais e esvaziamento populacional.

No que diz respeito a segunda metade da década de 2010, com a queda média anual de 1,1% no desempenho do PIB nacional, a diferenciação no comportamento econômico dos municípios acentuou-se ainda mais. Somente nos anos mais graves da recessão nacional (2015-16), cuja queda acumulada do PIB chegou a 7%, identificou-se que 50,1% dos municípios do país (28% do PIB nacional e 29,8% da população) tiveram desempenho positivo nas suas economias locais.

Dessa parcela com elevação da produção no território nacional, constatou-se ainda que 15,2% dos municípios (16,8% do PIB nacional e 14,3% da população) apresentaram crescimento econômico acima de 6% ao ano. Por outro lado, 49,9% da totalidade dos municípios, representando 72% do PIB nacional e 70,2% do total dos brasileiros, conviveram com a gravidade da recessão econômica entre os anos de 2015 e 2016.

Diante disso, percebe-se a consolidação do quadro de fragmentação interno da economia nacional, com impactos consideráveis na configuração regional. Enquanto as regiões mais industrializadas perderam vitalidade econômica, outras partes do país, consideradas periféricas ao ciclo passado da industrialização nacional, emergiram com dinamismo em meio à transição antecipada para a sociedade de serviços.

Os sinais de reconfiguração regional parecem resultar de dinâmicas localmente determinadas que se diferenciam da situação geral do país. Ainda que possa ser cedo para apontar a direção do antigo cenário de "ilhas regionais de expansão rodeadas por relativa regressão de outras", percebe-se que no vácuo deixado pela desindustrialização nacional amplia-se a heterogeneidade no território permeada por desempenhos diversos das economias locais.

Por isso, a importância de recuperar a perspectiva de projeto nacional a capacitar, articular e integrar o todo da nação, impedindo o retorno do passado dos ciclos econômicos que antecederam a construção da passagem do velho agrarismo para a sociedade urbana e industrial.

No livro Visão do Paraíso, Sérgio Buarque de Holanda ensina como a História do Brasil se constituiu enquanto procissão de milagres frente à ausência de projeto da nação. Ou seja, a dependência de oportunidades que forjadas a partir do exterior mobilizassem a economia de tempos em tempos, conforme

o legado dos ciclos de exportação extrativa durante as condições de Colônia (1500-1822), Império (1822-1889) e República Velha (1889-1930).

Com isso, percebe-se como a declaração da independência nacional em relação à metrópole portuguesa há quase 200 anos não se mostrou suficiente para que o Brasil construísse, de fato, o projeto de nação. Tampouco a ascensão da República que rompeu com o regime monárquico e consolidou o capitalismo, enquanto modo de produção dominante no país, permitiu abandonar a "era dos milagres".

Somente a partir da Revolução de 1930, capaz de colocar em marcha a industrialização nacional, que emergiu a força do protagonismo interno para construir o projeto de nação moderna e civilizada. Aos "trancos e barrancos" o projeto nacional se viabilizou e demonstrou ser verdadeiro êxito internacional, permitindo que o país transitasse – em pouco menos de cinquenta anos – da situação herdada de "grande fazenda" até a década de 1930 para o privilegiado posto de economia industrial e com elevado desempenho econômico.

O desenvolvimento nacional foi obra de sábia construção interna da convergência política em meio a constrangimentos de toda ordem impostos por posições opostas e, por isso, geradores de contradições inegáveis. A desigualdade nacional não seria a única, porém a mais importante a expressar o quanto a passagem para a sociedade urbana e industrial transcorreu concentrada nas regiões Sul e Sudeste em detrimento da parte restante da nação, considerada periférica da modernização.

Diante da emergência da passagem para a sociedade de serviços, o território nacional apresenta novas oportunidades de protagonismo regional. Com o retorno do regime democrático, a partir da segunda metade da década de 1980, importantes e ine-

gáveis experiências governamentais voltadas ao desenvolvimento local em determinadas localidades foram sendo construídas.

O estabelecimento de novos vetores econômicos terminaram apontando para a interiorização da vitalidade econômica. Assim, as antigas bases de produção manufatureira foram deslocadas, gradualmente, por outra dimensão da produção e consumo ao longo do interior do território nacional.

Mapa 01: Brasil: vetores do dinamismo nacional

O balanço mesmo que incompleto do conjunto das várias iniciativas governamentais realizadas ao longo do território nacional aponta para a variedade de oportunidades e possibilidades de combinação da vitalidade econômica com a inclusão social.[1] Nesse sentido, a riqueza do federalismo brasileiro a pro-

[1] Para maiores informações ver: POCHMANN, M. *Outra cidade é possível*: alternativas de inclusão social em São Paulo. São Paulo: Cortez, 2003; BLANES, D. *et al. Inclusão*

porcionar experimentações locais e regionais que ao serem analisadas e avalizadas permitem ser generalizadas em perspectiva nacional pelas autoridades competentes.

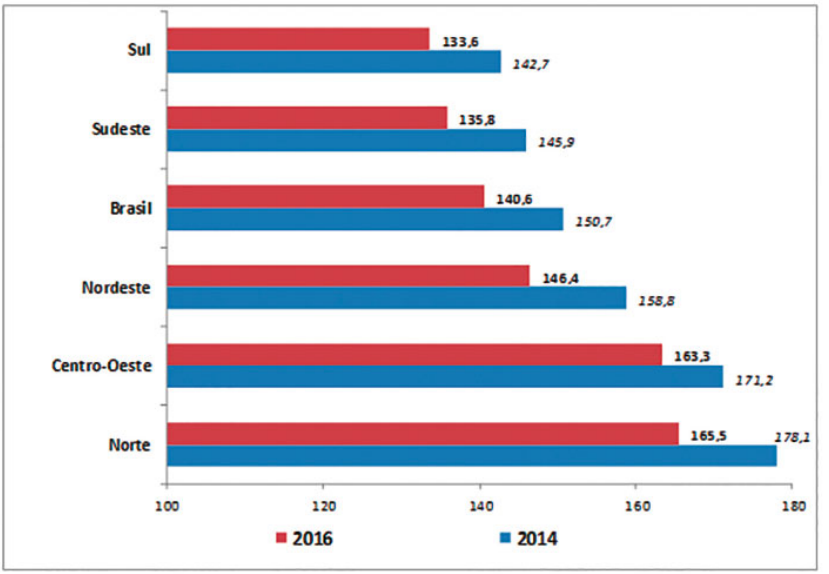
Isso se faz ainda mais significativo, considerando o esmorecimento do projeto nacional associado às fragilidades crescentes da centralidade anteriormente impulsionada a partir de São Paulo e demais estados que mais se destacaram durante o passado do ciclo da industrialização nacional entre as décadas de 1930 a 1980. O destaque para novos arranjos institucionais locais, estaduais e regionais sinalizam para novas possibilidades frente ao esgotamento prematuro da sociedade urbana e industrial.

Na atualidade da passagem antecipada para a sociedade de serviços, a realidade em curso nos estados pertencentes às regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste aponta para a reconfiguração do território nacional. Entre os anos de 2002 e 2016, por exemplo, as regiões Sul e Sudeste, que eram as de maior dinamismo durante o ciclo da industrialização, registraram o menor desempenho no conjunto do país.

---

social, uma utopia possível: impacto das políticas de Mato Grosso do Sul. São Paulo: Cortez, 2006; POCHMANN, M. *Reestruturação produtiva*: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social. Petrópolis: Vozes, 2004; CAMPEÃO, N. *Cidades democráticas*. São Paulo: FMG/AG, 2019; POCHMANN, M. *Políticas públicas municipais*: os desafios do desenvolvimento local. São Paulo: DataSol, 2007.

Gráfico 01: Brasil – evolução do PIB das grandes regiões geográficas entre 2002 e 2016 (2002 = 100)



Fonte: IBGE/Contas Regionais (elaboração própria).

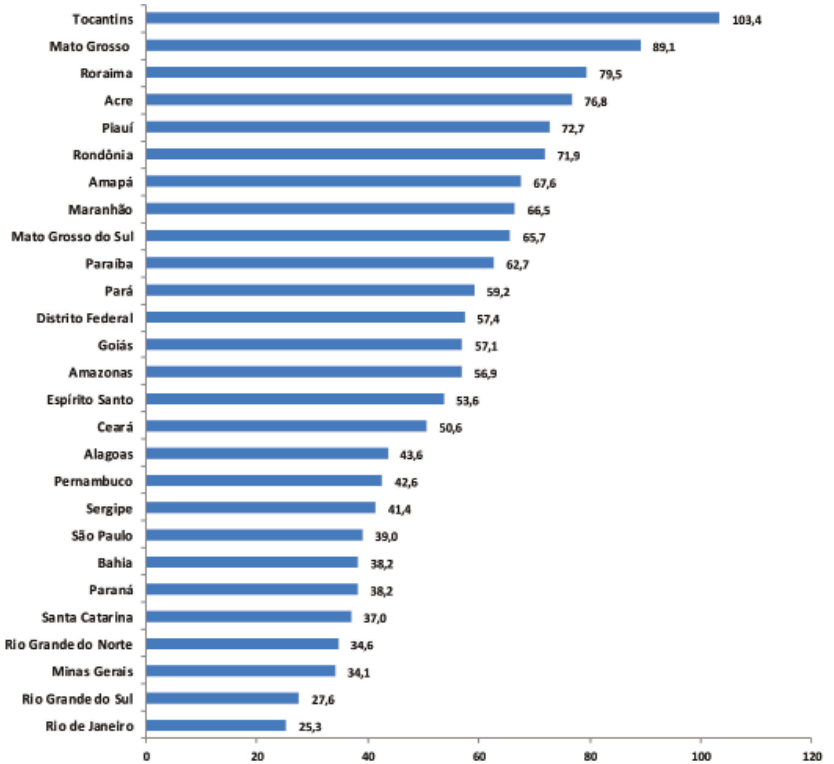
A região Norte do país registrou expansão econômica acumulada de 23,9% superior à região Sul entre os anos de 2002 e 2016. Para o mesmo período, a região Sudeste teve variação econômica acumulada de 7,2% inferior ao Nordeste.

Ao se considerar o desempenho do conjunto das unidades da federação, constata-se que o estado de Tocantins, com maior crescimento econômico acumulado entre os anos de 2002 e 2016, registrou desempenho 4,1 vezes maior que o do Rio de Janeiro, com menor crescimento do PIB.

Das 27 unidades da federação, o Piauí foi o quinto estado com melhor desempenho acumulado do PIB entre os anos

de 2002 a 2016. Nesse mesmo período, a economia do Piauí foi a mais crescente entre todas pertencentes à região Nordeste.

Gráfico 02: Brasil – evolução do PIB dos estados da federação entre 2002 e 2016 (2002 = 100)



Fonte: IBGE/Contas Regionais (elaboração própria).

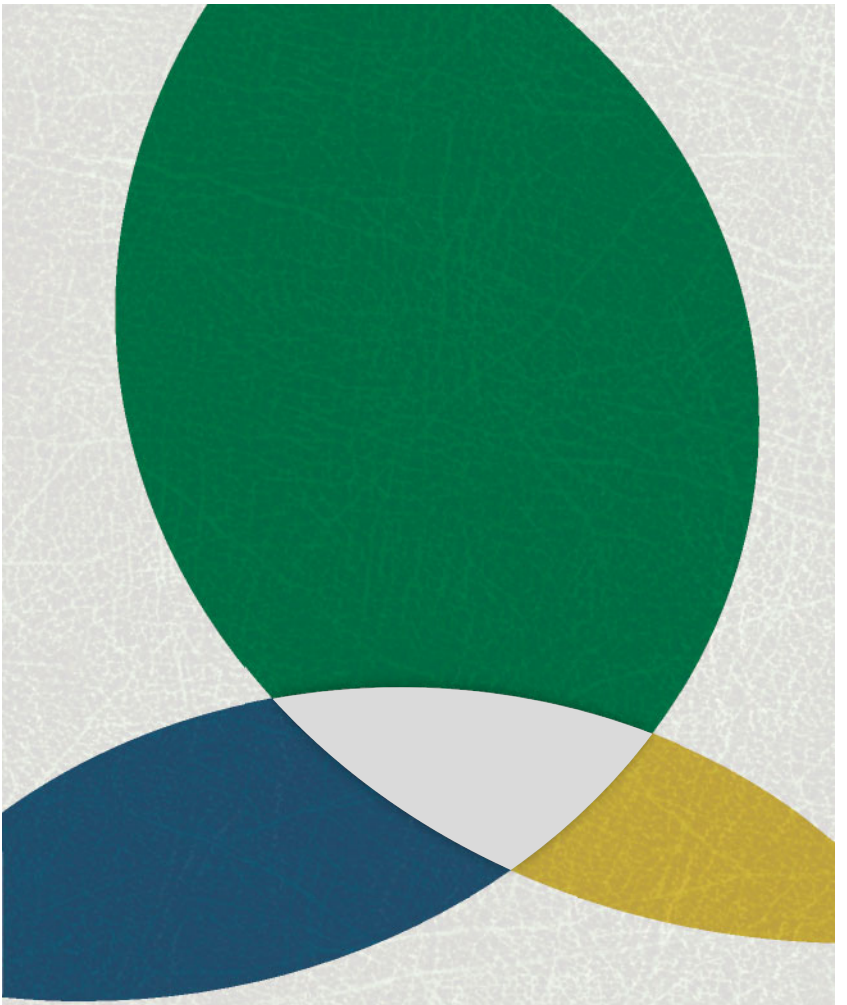
Diante da *performance* positivamente diferenciada experimentada pelo Piauí, que se tornou extremamente válido e oportuno o estudo da trajetória econômica recente do Estado. Mediante o processo de desindustrialização precoce e a passagem antecipada para a sociedade de serviços que sobressaem os ques-

tionamentos a respeito da transição da antiga condição de periferia da sociedade urbana e industrial para a de protagonismo em pleno curso da sociedade pós-industrial.

Desse modo, o interesse pela contribuição no entendimento de alternativas em curso para o reestabelecimento do projeto de nação foi que o presente livro foi realizado. Nas três partes que se seguem, o leitor terá a possibilidade de compreender, inicialmente, as principais transformações na sociedade urbana e industrial diante da desindustrialização e suas repercussões regionais, desde a virada para o século 21.

Na sequência, a apresentação dos efeitos mais significativos decorrentes do ingresso antecipado do Brasil na sociedade de serviços sobre a configuração regional. O destaque encontra-se voltado para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que até então eram consideradas periféricas no ciclo passado da industrialização nacional.

Por fim, a análise da transição econômica no estado do Piauí. Para tanto, a interpretação percorre a evolução da situação dos municípios piauienses durante as duas primeiras décadas incompletas do século 21.



PRIMEIRA PARTE

Esgotamento prematuro da sociedade urbana e industrial e seus impactos na configuração regional

Esgotamento prematuro da sociedade urbana e industrial e seus impactos na configuração regional

O Brasil passa por momento histórico especial que o desafia profundamente diante da estruturação de uma megatendência que gera impactos gerais, devastadores e duradouros. Pela força e radicalidade de sua transformação a representar novas oportunidades e riscos, essa perspectiva inédita aberta pelo ingresso na sociedade de serviços tem sido equivocadamente associada, geralmente, à situação de crise permanente pelo padrão dominante de interpretação.[2]

A realidade nacional não se apresenta necessariamente em crise permanente, talvez sejam os modelos mentais adotados na atualidade que se apresentam incapazes de apontar o quanto a aceleração do tempo presente encontra-se moldada por uma gigantesca transição estrutural da sociedade. A emergência de novas características presentes no interior da sociedade de serviços a dominar o conjunto do funcionamento da economia, política e sociedade revela o quanto a visão de transição possibilita compreender o curso da nova realidade, diferente daquela que se conformou no país entre as décadas de 1930 a 1980 no Brasil.[3]

---

[2] As diferenças de entendimento acerca do quotidiano e o das grandes linhas gerais de longo prazo que permeiam a história, presente e futuro de países, instituições e atores são comuns, conforme identificado pelos estudos de megatendências. Ver mais em NAISBITT, J. *Megatrends*. New York: Warner Books, 1982; SCHWARTZ, P. *The art of long view*: planning for the future in an uncertain world. New York: Doubleday, 1996.

[3] O transcorrer do curso da realidade no território nacional encontrou-se repleto de contradições, avanços e retrocessos a apontar impasses, em algumas vezes tratados como paralisia de forças, desencontros de vontades e falsas perspectivas. Sobre isso ver: CARLEIAL, L. *et al.* (org.). *O desenvolvimento regional brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2018; POCHMANN, M. Sinais de esgotamento da centralidade paulista na federação

Os marcos da configuração das bases de uma nova sociedade urbana e industrial instaurados a partir da Revolução de 1930 possibilitaram edificar uma nova realidade que indicou a perspectiva de convergência nacional, integrando parcial ou plenamente a população em todo o território da nação. Mas já no ano de 1959, menos de três décadas depois do seu início, Celso Furtado enunciou, pela Operação Nordeste, a prevalência de profundas desigualdades regionais, generalizando a concepção da existência de dois Brasis, o moderno relacionado ao Sul-Sudeste e o arcaico representado pela parte restante do país.[4]

O descompasso temporal constatado entre as diferentes situações regionais em relação ao avanço da sociedade urbana e industrial entre as décadas de 1930 a 1980 decorreu, em parte, do legado "espaço-arquipélago" constituído pela antiga sociedade agrária que predominou até o início do século passado.[5] Mas, a inflexão "Centro-Sul" produzida pela via nacional de homogeneização paulista somente conseguiu se afirmar com a passagem para a sociedade urbana e industrial.[6]

---

brasileira. *Olhares Amazônicos*, v. 05, n. 01, p. 950-965, 2017; PACHECO, C. *Fragmentação da nação*. Campinas: Ed. Unicamp, 1998; CANO, W. Brasil: construção e desconstrução do desenvolvimento. TD, 304, IE/Unicamp; CAETANO, L. *Desigualdades socias no Brasil*. Campinas: IE/Unicamp.

[4] A coexitência de dois Brasis separados por diferenças seculares encontra-se tratada em: LAMBERT, J. Os dois Brasis. São Paulo: Editora Nacional, 1972. Sobre a Operação Nordeste, ver: ARAUJO, T. *et al. O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

[5] A divisão em áreas praticamente isoladas uma das outras, sem que nenhuma apresentasse ascendência sobre o conjunto do país perdurou ao longo da sociedade agrária. Ver mais em SODRÉ, N. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967; FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 24. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1991; PRADO JUNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

[6] A hipótese de homogeneização nos países da sociedade urbana e industrial foi desenvolvida originalmente por: KERR, C. *et al. El industrialismo y el hombre industrial*: los problemas del trabajo y la dirección en el desarrollo económico. Buenos Aires: Eudeba-Insora, 1963; DUNLOP, J. *Sistemas de relaciones industriales*. Barcelona: Ed. Península,

Isso porque mesmo diante da República Velha (1889-1930) e do "eixo café com leite" associado às oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, predominou a efetividade da descentralização imposta pela política dos governadores, o que ocasionou enorme desbalanceamento entre o crescente desempenho econômico e populacional paulista e a importância política no país.[7] Mesmo com a substituição das economias regionais nacionalmente organizadas pela unificação das economias regionalmente organizadas a partir da década de 1930, persitiram ainda traços marcantes do antigo agrarismo a se projetar sobre os avanços da sociedade urbana e industrial.[8]

O processo de desenvolvimento desigual configurado entre as décadas de 1930 a 1980 sofreu inegável impasse frente à transição da sociedade urbana e industrial para a de serviços que emerge neste início do século XXI. Ainda que não tivesse alçado o patamar de sociedade urbana e industrial para toda a população e em todo o território nacional, o desencadeamento prematuro do processo de desindustrialização forçou o desenlace antecipado da sociedade de serviços.

1978. Para o caso brasileiro sobre a desigualdade da homogeneização na sociedade urbana e industrial, ver: MELLO, J.; NOVAIS, F. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. São Paulo: Unesp, 2009; HENRIQUES, W. *O capitalismo selvagem*. Campinas: IE/Unicamp, 1999.

[7] Para maiores detalhes, ver: SCHWARTZMAN, S. *Bases do autoritarismo*. Campinas: Ed. Unicamp, 2009; CARONE, E. *A República velha*. São Paulo: Diferl, 1971.

[8] Sobre o todo marcado pela polaridade de partes diante do processo de integração nacional combinada pela desigualdade regional ver: CASTRO, A. *7 ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, v. 1, 1980; OLIVEIRA, F. *Elegia para uma Re(li)gião*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; MOREIRA, R. A formação espacial brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2012; CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil*. 2. ed. Campinas: IE/UNICAMP, 1998; AURELIANO, L. *No limiar da industrialização*. São Paulo: Brasiliense, 1981; GUIMARÃES NETO, L. *Nordeste:* da articulação comercial à integração econômica. Campinas: UNICAMP/IE, 1986. ARAÚJO, T. *La division interregionale du travail au Brésil et l'éxemple du Nord-Est*. Paris: Université de Paris, 1979. mimeo.

Diferentemente da perspectiva teórica constituída por Colin Clark, na década de 1940, que identificou o funcionamento da economia classificado por três grandes setores: primário (agropecuária), secundário (indústria e construção civil) e terciário (serviços em geral),[9] a sociedade em curso de serviços não seria mero prolongamento inexorável de passagem da sociedade urbana e industrial. O encadeamento natural a partir da crise demarcada pela sociedade agrária, passando pela emergência da fase urbana e industrial até ser sucedida pela sociedade de serviços dificilmente se apresentaria consistente no Brasil.

A começar pelo fato de que a sociedade de serviços não poderia estar associada à tão somente expansão do setor terciário, em função da totalidade da população ter superado o nível das necessidades básicas de consumo propiciado pela oferta da produção nos setores agropecuário e industrial. De tal forma que o avanço de rendimento médio da população seria simples expressão do deslocamento da decrescente demanda de bens industriais para a acelerada aquisição dos serviços.[10]

Como se pode reconhecer através de uma variedade de indicadores disponíveis, prevalece ainda, no Brasil de hoje, parcelas do total de sua população e áreas significativas do seu território distantes do padrão aceitável de sociedade urbana e industrial. Mesmo assim, o encolhimento da produção e do emprego, rela-

[9] Sobre a classificação das economias em três grandes setores ver: CLARK, C. *Conditions of economic progress*. London: Macmillan and Co., 1940.

[10] A respeito da sociedade de serviços ver: BELL, D. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix, 1977; TOURAINE, A. Sociedade pós-industrial. Lisboa: Moraes Editores, 1970; KUMAR, K. Da sociedade pós-industrial à pós-moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1997; MARIEN, M. The two vision of posto-industrial society. *Futuribles*, n. 5, 1977; CASTELLS, M. A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999; COHEN, S.; ZYSMAN, J. *Manufacturing matters*: the mith of the post-industrial economy. New York: Basic Books, 1987.

tivamente, ao conjunto da nação encontra-se compensado pelo agigantamento do setor terciário da economia nacional.

Por outro lado, a análise de desempenho do conjunto do setor de serviços revela que, embora seja inegável a sua expansão no total da ocupação e produção, a existência de categorias com decréscimo relativo de participação, como no caso do transporte (coletivo para o individual), dos entretenimentos (teatro e cinema) e outros. De certa forma, parece ganhar importância relativa os investimentos produtivos próprios vinculados à dimensão identificada por economia do *self-service*, própria de atividades domésticas e das atividades subterrâneas a rearticular indivíduos, famílias e comunidades.

Nesse horizonte de oportunidades e riscos atinentes à transição para a sociedade de serviços, a diversidade de possibilidades abertas pelas inovações tecnológicas possibilita atalhos inéditos em termos de estratégias para o desenvolvimento de novo tipo. Ao invés de trilhar a tradicional via original de passagem do agrarismo para a sociedade urbana e industrial e ascender depois à de serviços, constata-se o protagonismo de promover o verdadeiro salto socioeconômico estrutural.[11]

Em síntese, a possibilidade da passagem direta da condição de sociedade ainda agrária ou mesmo semiurbana e industrial para a de serviços frente aos obstáculos que teorias sobre o desenvolvimento econômico ressaltam em relação aos processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento identificados nos estudos a respeitos das experiências internacionais.[12]

---

[11] O impasse político em meio ao ambiente recessivo e de crise institucional no Brasil atual, sobretudo desde 2015, fragiliza a transição de sociedade, podendo comprometer os resultados inicialmente previstos para a sociedade de serviços no Brasil.

[12] Sobre as teorias do desenvolvimento econômico, ver, por exemplo: LEWIS, W. *The Theory of Economic Growth*. Homewood: R. Irwin, 1955; AGARWALA, A.; SINGH, S.

Nesse sentido, a estratégia do desenvolvimento em regiões parcialmente associadas ao ciclo da industrialização nacional considera a presença determinante de políticas públicas, que possibilitem deslocar da condição de conservação do passado para uma nova fase de serviços organizados pela programação do futuro. A atual transição para a sociedade de serviços no Brasil revela novas oportunidades para que as regiões consideradas anteriormente periféricas na sociedade urbana e industrial possam trilhar novos caminhos.

Por conta disso, o Brasil pode estar vivendo certa inflexão Norte-Sul que ao invés de significar crise permanente, apresenta-se como outra perspectiva histórica para a mudança de época.[13] As páginas a seguir tratam justamente disso.

Inicialmente, contudo, percorre-se breve consideração a respeito das transições estruturais de sociedades e desigualdades reproduzidas no território nacional. Na sequência, trata-se de analisar o curso atual da reconfiguração regional que passa a vigorar em plena passagem para a sociedade de serviços.

A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Forense, 1969.; HIRSCHMAN, A. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960; KUZNETS, S. *Teoria do crescimento econômico moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. ROSTOW, W. *Etapas do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961; NURKSE, R. *Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957; MYRDAL, K. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Saga, 1965; PREBISCH, R. *A dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. RODRIGUEZ, O. *A teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981; PEREIRA, L. (org). *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento*. 3. ed.Rio de Janeiro: Zahar, 1976; FURTADO, C. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura; 1964.

[13] A respeito da sociedade de serviços ver: BELL, D. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix, 1977; TOURAINE, A. *Sociedade pós-industrial*. Lisboa: Moraes Editores, 1970; KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Rio de Janeiro:Zahar, 1997; MARIEN, M. *The two vision of posto-industrial society*. Futuribles, n. 5, p. 405-431, 1977.

1.1 Transição de sociedade, ciclos econômicos e a desigualdade territorial

Desde a virada para o século XXI que o Brasil sinaliza passar por profunda mudança protagonizada, antecipadamente, pela passagem para a sociedade de serviços. Isso porque o país tem registrado precocemente o movimento da desindustrialização do seu parque produtivo sem que a totalidade de sua população tivesse sido plenamente inserida na sociedade urbana e industrial.

De um lado porque a instalação de incompleta e complexa sociedade urbana e industrial – que está ficando para trás – foi fruto de especificidades demarcadas por significativa heterogeneidade na estrutura produtiva manufatureira concentrada regionalmente e por brutal desigualdade no padrão de consumo da população. Dessa forma, parcela da população que não conseguiu ser plenamente incluída na sociedade urbana e industrial, possivelmente seguirá afastada nos próximos anos, com grande dificuldade de acesso aos bens manufaturados, cada vez menos produzidos no país, pois são dependentes de importação.

De outro lado porque o ingresso e avanço na nova sociedade de serviços não decorrem tão somente da passagem prévia, sustentada e homogênea pela sociedade industrial. Na realidade, prevalece ainda um contingente significativo de brasileiros, precariamente incorporado ou mesmo alijado da sociedade industrial, responsável por ter de reproduzir indistintamente a combinação forçada do atraso proveniente do velho agrarismo com a modernidade associada à urbanidade, configurando estruturalmente o processo de subdesenvolvimento no país.

Ao que parece indicar nesse primeiro quartel do século XXI, a transição para a sociedade de serviços transcorre de forma

distintamente daquela verificada na década de 1930, quando o ingresso na sociedade urbana e industrial terminou por manter, enquanto centro dinâmico, o estado de São Paulo que já era protagonista da economia cafeicultora na velha sociedade agrária. Deve-se destacar, para isso, que desde a Revolução de 1930, a passagem para a moderna sociedade industrial foi moldada em cima de uma estrutura produtiva profundamente desigual existente no interior do território nacional que foi herdado do antigo agrarismo colonial.

Assim, a configuração geográfica predominante no conjunto das regiões do país agrarista era próxima da situação de um "arquipélago de ilhas econômicas", resultante da diversidade desarticulada dos ciclos econômicos formados a partir do exterior. O sentido da colonização, por exploração, introduzida pela marcante presença portuguesa (1500-1822) seguiu reproduzido pelo Império (1822-1889) até alcançar o período correspondente ao fim da República Velha (1889-1930).

A partir da Revolução de 1930, o avanço da sociedade urbana e industrial terminou convergindo para a integração econômica ao longo do conjunto do território nacional, mesmo que marcado por concentração regional reproduzida pelo processo de industrialização entre as décadas de 1930 a 1980. Nesse período, a sociedade urbana e industrial se constituiu caracterizada por três distintos movimentos territoriais.

O primeiro referente à condição de centro dinâmico da industrialização nacional protagonizado pelo estado de São Paulo. Na sequência, o segundo movimento territorial de características retardatária e circular em relação ao centro dinâmico do processo da industrialização nacional concentrou-se nas regiões Sul (S) e Sudeste (SE) que respondem por seis estados (RS, SC, PR, RJ, MG e ES) menos São Paulo. Por fim, o terceiro movimento territorial de natureza periférica em relação ao centro dinâmico do proces-

so de industrialização nacional que se localizou nas regiões Norte (N), Nordeste (NE) e Centro-Oeste (CO) que se compõem ao todo por 19 estados (AC, AM, AP, PA, TO, RO, RR, MA, PI, CE, RN, PE, PB, SE, AL, BA, MT, MS e GO) e o Distrito Federal (DF).

Ao final do século XX, mesmo que a passagem para a sociedade urbana e industrial não estivesse ainda sido completa para a totalidade dos brasileiros dispersos no conjunto dos estados da federação, a economia nacional passou a registrar sinais crescentes da desindustrialização. Com isso, o Brasil passou a antecipar o ingresso na sociedade de serviços, cujos efeitos, a partir da década de 1990, impactaram os três movimentos territoriais anteriores atinentes ao ciclo da industrialização nacional.

Durante o primeiro quartel do século 21, o avanço precoce da desindustrialização afetou, sobretudo, o estado de São Paulo, antigo centro dinâmico do sistema produtivo nacional. No grupo dos seis estados pertencentes às regiões Sul e Sudeste que completaram, ainda que retardatariamente, a passagem para a sociedade urbana e industrial tiveram regressões industriais importantes, porém menos acentuadas como em São Paulo.

No espaço territorial compreendido pelas 20 unidades federativas pertencentes às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o ingresso antecipado na sociedade de serviços foi acompanhado por importantes avanços nos setores primário, secundário e terciário. Concomitante com a desindustrialização nacional, especialmente assentada em São Paulo e em parte dos estados retardatários de produção manufatureira nas regiões Sul e Sudeste, o Brasil assistiu certa reconfiguração dos espaços no território nacional.

De um lado, a presença de sinais indicativos da decadência no estado de São Paulo enquanto antigo centro dinâmico da sociedade urbana e industrial e a perda de vitalidade econômica

nas regiões Sudeste e Sul. De outro lado, a reação da parte restante do país que, sem a plenitude da inclusão na sociedade urbana e industrial, se recompõe diante da precocidade da desindustrialização e da antecipação acelerada da sociedade de serviços.

Em função disso, a preocupação em melhor elucidar a reconfiguração dos espaços territoriais no Brasil neste início do século XXI. Antes, porém, trata-se brevemente de considerar como o passado, que se originou da desigualdade territorial, terminou se reproduzindo através do tempo no espaço nacional.

1.2 A herança territorial do "arquipélago de ilhas econômicas" na longeva sociedade agrária

Por mais de quatro séculos, a dinâmica de exploração produtiva voltada quase à exclusividade da exportação de produtos primários imprimiu no Brasil, a conformação territorial de uma espécie de "arquipélago das ilhas econômicas" nas regiões que operavam praticamente sem integração nacional. A sucessão de diversos ciclos econômicos, ao longo da antiga sociedade agrária, terminou constituindo aglomerados populacionais em determinados espaços territoriais cuja dinâmica econômica respondia à lógica de acampamentos socioeconômicos decorrentes do sentido geral da colonização por exploração estabelecida originalmente pelos portugueses.

Ao mesmo tempo, a quase ausente integração inter-regional durante os ciclos econômicos primário-exportadores refletiu certa forma interna de colonialismo representado pela correlação de forças frente à concentração econômica e dos poderes político e administrativo. Na região Nordeste, inicialmente com os ciclos do pau-brasil e do açúcar, a centralização de parcela do excedente econômico refletiu-se, por exemplo, entre 1549 e 1763,

em Salvador (BA), à condição de capital administrativa e política do Brasil colonial por 214 anos.

Após a ascensão do ciclo primário-exportador, o complexo açucareiro – que tinha no Nordeste o centro dinâmico de produção e a principal relação com exterior, ademais concentrado em determinadas parcelas da população em cada época – entrou em decadência por ausência interna de atividades econômicas permanentes, salvo a agricultura de subsistência. A atrofia econômica regional terminou sendo sucedida por outro ciclo primário de exportação capaz de impulsionar o surgimento interno de um novo centro econômico dinâmico, mais complexo na articulação com o resto do território e no aproveitamento de recursos pré-existentes e subutilizados devido à decadência da economia regional açucareira.

No século XVIII, parte da região entre o Centro e o Oeste do país (Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás) assumiu maior protagonismo econômico e político. Mesmo que submetida a uma espécie de enclave econômico com o exterior, a região mineradora desenvolveu certa articulação interna, como no caso da conexão com o Sul devido à demanda da pecuária e com o Nordeste diante da necessidade de atrair oferta de braços para o trabalho.

Tanto assim que justificou, inclusive, o deslocamento da capital originalmente instalada no litoral da região nordestina (Salvador) para o litoral do centro territorial da colônia (Rio de Janeiro), em 1763. Assim, por 197 anos, a capital do território foi exercida no Rio de Janeiro (1763 a 1960), contemplando, inclusive, a inflexão Sul-Norte diante da decadência do ciclo de ouro, sucedida pela ascensão do novo ciclo do café, em pleno século XIX ao longo da região Sudeste.

Mesmo com a Independência Nacional, passando pelas experiências do Império (1822-1889) e da República Velha (1889-

1930), o sentido do "arquipélago de ilhas econômicas" configurado no território nacional não foi significativamente alterado. Apesar do abandono do modo de produção pré-capitalista, assentado no uso do trabalho escravo por quase quatro séculos (1500-1888), a passagem para a economia capitalista desde o final da década de 1880 transcorreu assentada na conexão externa viabilizada pela manutenção do antigo agrarismo exportador.

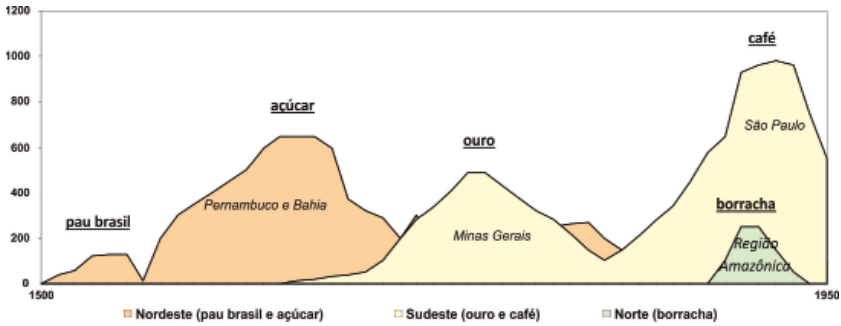
No ciclo econômico do café (1850-1930), que tinha como centro econômico dinâmico a província paulista, a natureza da acumulação capitalista estimulou a diversificação produtiva interna, cuja emergência do trabalho assalariado apontou para o tímido favorecimento do mercado interno e de maior articulação com as demais regiões detentoras de distintos níveis de renda. Além da integração comercial e produtiva, o ciclo exportador do café possibilitou o importante crescimento da empresa industrial. Das 650 firmas industriais registradas, em 1889, o Brasil passou para 3.258, em 1907, e 13.336, em 1920, sendo 1/3 delas instaladas em São Paulo.

De maneira geral, o comportamento industrial inicial não se apresentou autônomo, pois respondia direta e indiretamente às condições internas mais amplas da produção primário-exportadora em cada região territorial do país. No estado de São Paulo, por exemplo, a indústria nascente dependeu fundamentalmente da dinâmica do complexo cafeeiro.

Diferentemente dos ciclos econômicos anteriores, cuja decadência implicava regredir à condição de economia regional de subsistência, o esgotamento das exportações cafeeiras gerado pela Grande Depressão de 1929 não levou ao deslocamento de São Paulo enquanto centro econômico dinâmico nacional. Isso porque o projeto de industrialização instalado com a Revolução de 1930 fundamentou-se tanto na substituição das importações regionais

como na expansão do mercado interno nacional, o que levou à finalização do antigo modelo de baixa integração regional e propulsor do "arquipélago de ilhas econômicas" até então predominante.

Gráfico 03 – Brasil: índice de evolução da renda interna gerada durante os ciclos econômicos e da centralidade dinâmica regional (em %)



Fonte: Pochmann, M. *Desigualdade econômica no Brasil*. São Paulo: Ideias & Letras, 2015, p.75.

Dessa forma, a economia nacional passou a ser constituída, após mais de quatro séculos de experiências assentadas nos antigos ciclos de produção para o exterior, praticamente autônomas internamente em relação à ascensão, decadência e involução para a condição de economias de subsistência. Com a constituição do Estado moderno que patrocinou, a partir da década de 1930, a transição do antigo agrarismo para a sociedade urbana e industrial, a economia nacional fortaleceu-se desde São Paulo, o antigo centro dinâmico da economia cafeeira que exerceu grande impacto integrador, embora desigual em relação a cada região dispersa ao longo do território de dimensão continental.[14]

[14] Sobre a passagem para o capitalismo e o papel do estado de São Paulo na transição da economia cafeeira para a industrialização ver: FURTADO, C. *Pequena introdução sobre*

A partir de então foi se tornando mais evidente que o problema da enorme desigualdade regional, herdado do sistema anterior dos ciclos de produção para o exterior, não poderia ser resolvido espontaneamente pela simples passagem da sociedade agrária para a urbana e industrial. Para tanto, a política federativa, a agenda estatal e o marco da concentração dos poderes e recursos no desenvolvimento do mercado interno a renovar as elites políticas regionais, superando a primazia da velha política dos governadores instalada na República Velha.

1.3 A economia nacional e a desigualdade territorial na sociedade urbana e industrial

A partir da década de 1930, com os avanços crescentes do projeto de industrialização nacional, uma nova sociedade urbana assentada no padrão de consumo de bens manufaturados se constituiu rápida e desigualmente no território nacional, substituindo o longevo e primitivo agrarismo. Com isso, o passado expresso pela realidade de quase enclaves regionais herdada do sistema de produção para exportação foi sendo removido pela trajetória ascendente da integração inter-regional estabelecida pela dinâmica industrial.

Incialmente pela industrialização substitutiva de importações, a nova centralidade concedida pela articulação do mercado interno pelos ciclos da produção maunfaturada, o antigo espaço territorial constituído por várias economias regionais con-

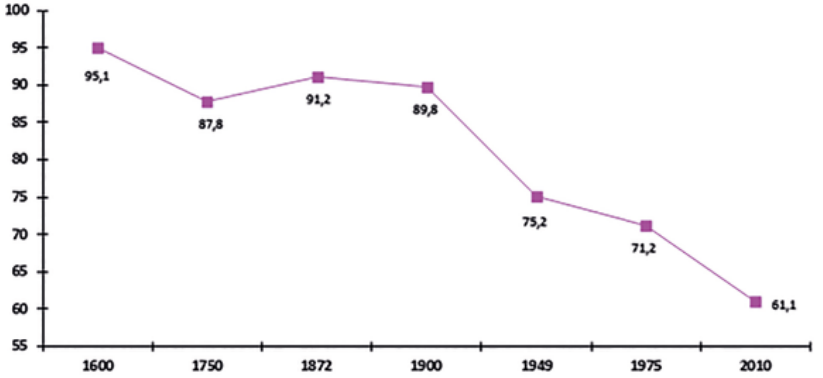
---

o desenvolvimento. São Paulo: Nacional, 1989; MELLO, J. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982; CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, 1998. BALAN, J. (org.). *Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

verteu-se numa economia integrada no território nacional. Para tanto, São Paulo seguiu sendo o centro dinâmico do processo de acumulação de capital, mesmo com a decadência do ciclo da economia cafeeira.[15]

Apesar do elevado grau de desigualdade produzida pelo passado dos ciclos econômicos de produtos primários para exportação, o resultado terminou sendo o declínio relativo da concentração da renda em poucas regiões. Em 1900, por exemplo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco respondiam por quase 90% da renda gerada durante a vigência do primário-exportador em todo o país.

Gráfico 04 – Brasil: evolução da participação relativa na renda nacional de conjunto selecionado de estados (BA, PE, RJ, MG e SP) em anos determinados (em %)



Fonte: Pochmann, M. *Desigualdade econômica no Brasil*. São Paulo: Ideias & Letras, 2015, p.87.

[15] A referência acerca de como a divisão nacional do trabalho respondeu ao ciclo da industrialização nacional encontra-se em: OLIVEIRA, F. *A economia da dependência imperfeita*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977; AFFONSO, R.; SILVA, P. (org.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1995; ARAÚJO, T. *Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro*: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

Com o ingresso na nova sociedade urbana e industrial e, concomitantemente, a consolidação de uma economia de dimensão e integração nacional, a rota da desigualdade regional sofreu importante inflexão, com a queda em 1/5 da participação na renda do país dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco. O mesmo movimento também teve repercussão em termos populacionais.

Durante o ciclo da industrialização nacional, entre as décadas de 1930 a 1980, o curso da economia nacional foi consideravelmente estimulado pela orientação da política governamental (câmbio, crédito, tributação, investimentos e gasto público) favorável ao processo de articulação e expansão do mercado interno (integração tributária, tarifária, produtiva, comercial, de mão de obra e outros). Em grande medida, o processo de crescente substituição de produtos manufaturados importados pelos produzidos internamente fez com que os estados da federação passassem a adquirir bens industriais fundamentalmente produzidos na região Sudeste, sobretudo em São Paulo, o centro econômico dinâmico nacional.

Ao mesmo tempo em que São Paulo seguiu na posição de centro dinâmico da industrialização, outros seis estados da federação (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo) também avançaram consideravelmente na produção de manufatura, ainda que de forma retardatária. Nos demais 20 estados da federação pertencentes às regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste prevaleceram importantes dificuldades para se industrializar, embora o sonho da classe dirigente local passasse a seguir o exemplo paulista da modernização industrial (a locomotiva nacional).

Dessa forma, a transição do antigo agrarismo para a sociedade urbana e industrial transcorreu diferenciadamente no interior do território nacional. Concomitante com o intenso fe-

nômeno migratório, o Brasil conseguiu, em apenas três décadas (1930 a 1960), transferir a maior parte da população residente no meio rural para a condição de vida urbana.

Em consequência do rápido e brutal deslocamento da população do campo para as cidades, o país assistiu à formação de imensas periferias territoriais, especialmente nas áreas metropolitanas, por efeito do processo de modernização conservadora que a sociedade urbana e industrial se fez apresentar. Exemplificação disso decorreu da significativa concentração industrial em São Paulo e, em menor escala, nos demais estados que conseguiam avançar na produção manufatureira.[16]

Tudo isso, certamente, devido à ausência no Brasil das chamadas reformas clássicas do capitalismo contemporâneo. Sem a realização da reforma agrária, tributária e social, por exemplo, o modelo de urbanização perseguida foi o de aprofundamento da exclusão social e da apartação geográfica entre pobres e ricos no conjunto do território nacional, sobretudo nas cidades.[17]

Constata-se, portanto, o quanto a herança da antiga sociedade agrarista não havia sido completamente rompida, o que se expressou através de três distintas temporalidades na passagem

---

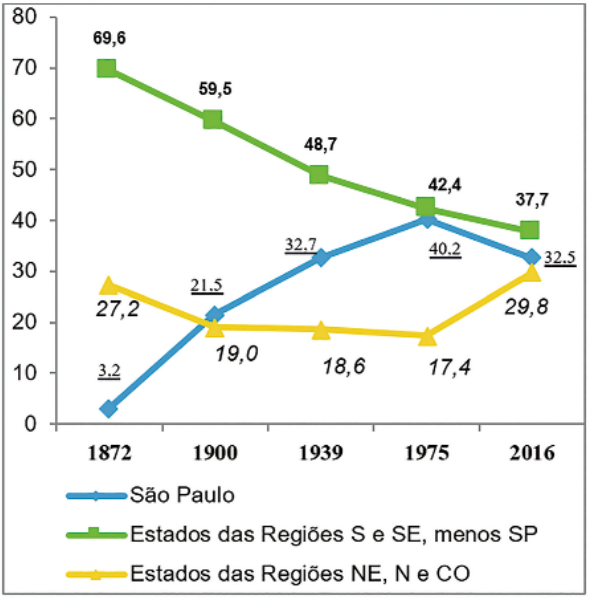
[16] O traço marcante das transformações no Brasil associado ao processo de modernização conservadora. Ver mais em: FERNANDES, F. *Mudanças sociais no Brasil*: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1979; CARDOSO, F. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978; RIBEIRO, D. *O povo brasileiro*. São Paulo: Cia das Letras, 2008; IANNI, O. *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2004; MARTINS, J. *O poder do atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994.

[17] Sobre a desigualdade na urbanização brasileira ver: ARANTES, O. *et al. A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2000; MARICATO, E. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979; SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993; ROLNIK, R.; NAKANO, K. *Cidades e políticas urbanas no Brasil*: velhas questões, novos desafios. *In*: RATTNER, H. (org.). *Em Brasil no limiar do século XXI*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2000.

para a sociedade urbana e industrial no interior do território nacional. De um lado, a crescente importância relativa do estado de São Paulo enquanto centro dinâmico da industrialização e fronteira da nova sociedade urbana em constituição.

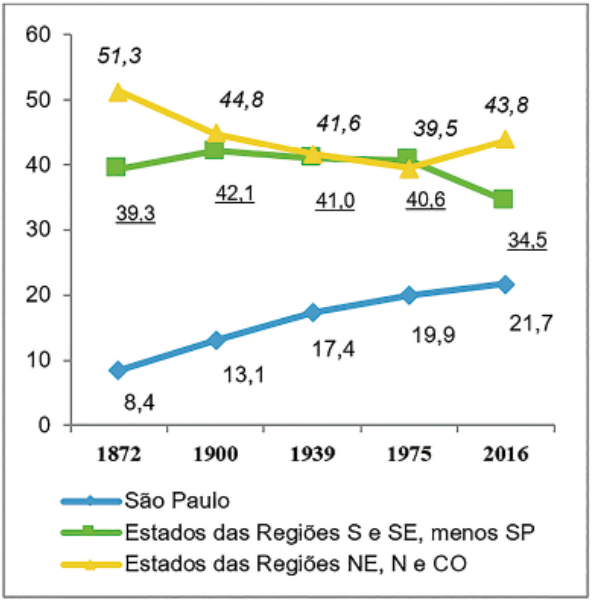
No período de 103 anos, por exemplo, a participação relativa no Produto Interno Bruto de São Paulo foi multiplicada por quase 13 vezes, ou seja, passou de 3,2%, em 1872, para 40,2%, em 1975. Para o mesmo período de tempo, a participação relativa do estado de São Paulo no total da população brasileira foi multiplicada por 2,4 vezes, saltando de 8,4%, em 1872, para 19,9%, em 1975.

Gráfico 05 – Brasil: evolução da participação relativa no PIB nacional de São Paulo, dos seis estados (MG, RJ, RS, PR, SC e ES) e dos demais 20 estados pertencentes às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste em anos selecionados (em %)



Fonte: IBGE (elaboração própria).

Gráfico 06 – Brasil: evolução da participação relativa na População nacional de São Paulo, de seis estados (MG, RJ, RS, PR, SC e ES) e dos demais 20 estados pertencentes às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste em anos selecionados (em %)



Fonte: IBGE (elaboração própria).

De outro lado, a retaguarda do velho agrarismo conformada pelo conjunto de 20 estados pertencentes às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, identificados pela condição de periferia na sociedade urbana e industrial construída desde São Paulo. No período de 103 anos que separa os anos de 1872 a 1975, por exemplo, esse conjunto dos estados periféricos perdeu participação relativa tanto no PIB nacional (-36%) como no total da população (-23%).

De maneira intermediária ao centro dinâmico exercido pelo estado de São Paulo e a condição composta pelo conjunto

dos estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, ascendeu o grupo dos seis estados das regiões Sul e Sudeste (sem SP) que conseguiu, retardatariamente, industrializar-se na sequência articulada com a expansão paulista. Apesar disso, esse mesmo grupo de estados perdeu forte importância relativa no PIB (-39,1%) diante do enfraquecimento das antigas atividades primário-exportadoras, embora tenha mantido relativamente estabilizada a participação de sua população no total dos brasileiros entre os anos de 1872 a 1975.

1.4 Reconfiguração territorial imposta simultaneamente pela desindustrialização precoce e pela passagem antecipada para a sociedade de serviços

A década de 1970 marcou o sentido geral da sociedade urbana e industrial configurada no território nacional por meio das três distintas dinâmicas regionais no território nacional. A desigualdade territorial foi expressão do processo de integração nacional intensamente diferenciado à sociedade urbana e industrial.[18]

De certa forma, o problema do desequilíbrio regional herdado do sistema de produção primária para exportação da antiga sociedade agrária terminou não sendo superado espontaneamente pela sociedade urbana e industrial. Em função disso, a década de 1950 passou a conviver com manifestações de desencanto e críticas regionais, o que levou ao desencadeamento de ações go-

[18] A análise a respeito da desigualdade regional pode ser considerada a partir de CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil*: 1830-1970. São Paulo, Global/Unicamp, 1985; FUNDAJ. *Desenvolvimento desigual da economia brasileira*. Recife, mimeo, 1992; VAINER, C. *Regionalismos contemporâneos*. *In: A Federação em perspectiva*: ensaios selecionados. São Paulo, Fundap, 1995; OLIVEIRA, F. A *metamorfose da arribação*. *In: Novos Estudos Cebrap*, n. 27, p. 67-92, 1990.

vernamentais voltadas à desconcentração produtiva das regiões Sul e Sudeste. Exemplo disso foi a criação da Sudene, em 1959, e da Zona Franca de Manaus, em 1967, ademais de significativas operações de estímulo financeiro e de infraestrutura no território nacional, cujos resultados não foram imediatos, alterando, em parte, a geografia concentrada da sociedade urbana e industrial.

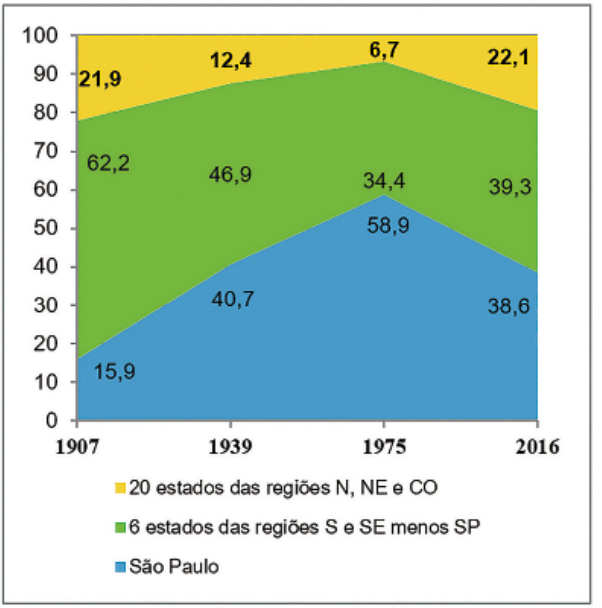
Com o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) na segunda metade da década de 1970, o curso da industrialização teve impacto associado à descentralização territorial movida pela desconcentração dos investimentos produtivos. Assim, o sentido da crescente participação relativa da produção de manufatura tanto no centro dinâmico paulista como nos seis estados das regiões Sul e Sudeste sofreu alguma inflexão nos anos de 1980, acompanhado por leve expansão industrial no grupo das 20 unidades federativas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Mas a partir da década de 1990, com o ingresso passivo e subordinado na globalização, entre outras medidas governamentais que terminaram por desestimular a produção de manufatura, o Brasil passou a registrar precocemente sinais de desindustrialização. De um lado, o ambiente internacional estabelecido por governos neoliberais em diversos países ocidentais, sobretudo nos que eram mais industrializados, favoreceu o deslocamento da produção de manufatura para as nações orientais, sobretudo a China, contrarrestado, em parte, pelo salto tecnológico e a conformação das grandes corporações transnacionais.

De outro, o contexto interno de governos comprometidos com o neoliberalismo consagrou o receituário contra a industrialização nacional impulsionado pela nefasta combinação de elevadíssimas taxas de juros reais com a supervalorização da taxa de câmbio. Diante do custo financeiro interno impeditivo à competição isonômica e da hipervalorização da moeda nacional asso-

ciada ao cenário de abertura comercial e financeira à globalização, o sentido geral da economia brasileira foi o de substituir produtos manufaturados nacionais por importados e orientar a transição dos ganhos produtivos para os financeiros.

Gráfico 07 – Brasil: evolução da participação relativa no PIB industrial nacional de São Paulo, dos seis estados (MG, RJ, RS, PR, SC e ES) e dos demais 20 estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste em anos selecionados (em %)

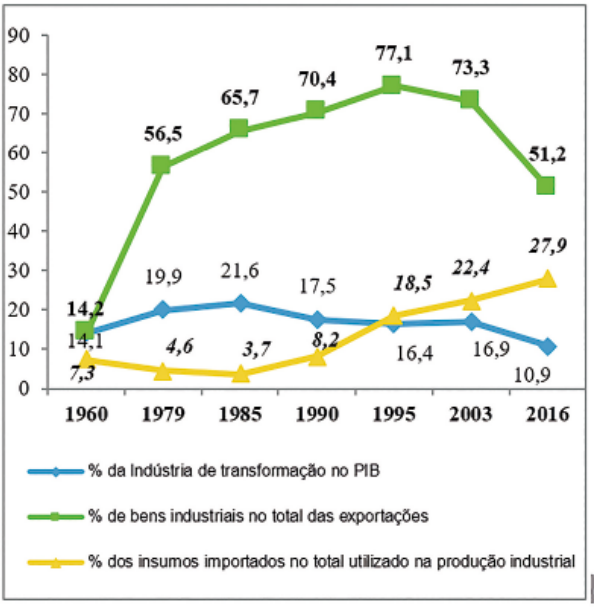


Fonte: IBGE (elaboração própria).

O deslocamento de parte das plantas industriais intensivas em mão de obra e em recursos naturais do centro dinâmico e dos estados de industrialização retardatária para outras unidades da federação apontou para a reconfiguração das dinâmicas territoriais.

Também o processo interno de "guerra fiscal" terminou influenciando o movimento da desconcentração industrial das regiões Sul e Sudeste, acompanhado pelo redirecionamento do investimento em novas fábricas para as regiões periféricas da industrialização.[19]

Gráfico 08 – Brasil: evolução da participação relativa da indústria de transformação no PIB nacional, dos bens industriais no total das exportações e dos insumos importados na produção industrial em anos selecionados (em %)



Fonte: IBGE (elaboração própria).

[19] O ingresso passivo e subordinado na globalização a partir dos anos de 1990 trouxe impactos distintos para as regiões brasileiras. Ver mais em: AZZONI, C. Equilíbrio, progresso técnico e desigualdades regionais no processo de desenvolvimento econômico. *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 11, n. 19, p. 5-28, mar. 1993; CANO, W. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970-95. *Economia e sociedade*. Campinas, SP, n. 8, p. 101-142, 1997; LAVINAS, L. *et al.* (org.). *Reestruturação do espaço*

Nem mesmo os anos 2000, com importantes políticas de soerguimento da produção de manufaturas e de descentralização territorial dos investimentos adotados nos governos do período 2003-2016, o precoce movimento da desindustrialização não conseguiu ser plenamente interrompido.[20] Nesse contexto, parte da produção interna de manufaturas continuou a ser substituída por produtos importados, bem como a aquisição externa de insumos na produção de bens industriais.

Dessa forma, a presença de bens industriais na composição das exportações brasileiras seguiu decaindo significativamente desde a década de 1990. Entre os anos de 1985 a 2016, por exemplo, houve queda na participação relativa tanto na indústria de transformação no PIB nacional em 49,5% como na de bens industriais em relação ao total das exportações em 22,1%, ao passo que o conteúdo dos insumos industriais importados na produção nacional de manufatura foi multiplicado por 7,5 vezes.

Ademais da significativa queda constatada da indústria em relação ao PIB nacional, registra-se, também, mudança significativa na própria composição da produção industrial. Entre

---

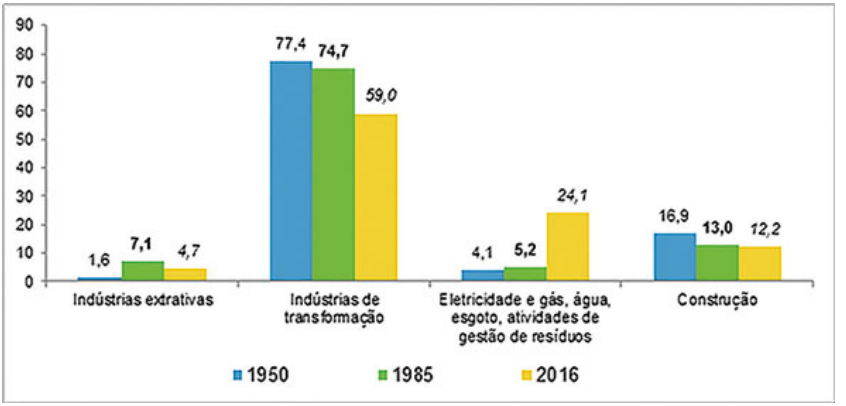
urbano e regional no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1993; CAVALCANTI, C. E.; PRADO, S. *Aspectos da guerra fiscal no Brasil*. Brasília, DF: IPEA/FUNDAP, 1998; DINIZ, C. Dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas. Brasília, DF: IPEA, 1994; GUIMARÃES NETO, L. Dinâmica recente das economias regionais brasileiras. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, IPARDES, n. 86, p. 123-152, set./dez., 1995; VAINER, C. Regionalismos contemporâneos. *In*: AFFONSO, R.; SILVA, L. (org.). *A federação em perspectiva* – ensaios selecionados. São Paulo: FUNDAP, 1995.

[20] Por desindustrialização precoce entende-se a redução da importância relativa da produção industrial sem que a totalidade da população tenha acesso satisfatório a bens manufaturados. A desindustrialização madura transcorre quando a elevação do nível médio de renda da população se direciona para os serviços, uma vez que o acesso a bens manufaturados encontra-se plenamente satisfeito por todos. Ver mais em: POCHMANN, M. *Brasil sem desindustrialização*: a herança renunciada. Ponta Grossa: Ed. Uepg, 2015.

os anos de 1980 a 2016, por exemplo, somente a indústria de eletricidade, gás, água, esgoto e gestão de resíduos aumentou a sua participação, multiplicados que foram por 4,6 vezes em relação à evolução do produto industrial.

No mesmo período de tempo, os demais segmentos industriais perderam participação relativa, como a construção (-6,1%), a indústria de transformação (-21%) e a indústria de extrativismo (-33,8%). A alteração na composição do produto industrial transcorrida a partir do final do século passado indicou tanto o esvaziamento das indústrias mais complexas tecnologicamente e com maior geração de valor agregado como a expansão de indústrias mais intensivas em recursos naturais e de mão de obra.

Gráfico 09 – Brasil: evolução da composição setorial da produção industrial em anos selecionados (em %), 1950-2016



Fonte: IBGE (elaboração própria).

Além disso, o processo de centralização e concentração do capital foi caracterizado por amplo movimento de privatização do setor produtivo estatal e pela extensiva fusão e aquisições no setor privado nacional, ambos dominados pela presença do ca-

pital estrangeiro. Dessa forma, a desindustrialização precoce no Brasil foi demarcada por maior internacionalização do parque produtivo nacional, tendo em vista a concentração de empresários brasileiros em nichos das atividades não industriais.

Em síntese, o movimento precoce da desindustrialização nacional instalado na década de 1990, observado tanto pela queda relativa da produção industrial no PIB nacional quanto a simplificação da composição industrial, tem sido acompanhado simultaneamente por importantes mudanças na distribuição do parque produtivo ao longo do território nacional.[21] Como exemplo, nota-se que a participação do estado de São Paulo no produto industrial nacional decaiu 34,5% entre 1975 e 2016.

Por outro lado, constata-se que para o mesmo período de tempo, o peso relativo do grupo dos seis estados retardatários da industrialização, pertencentes às regiões Sul e Sudeste (menos SP) aumentou em 22,1% na produção industrial nacional. Mas, foi o conjunto das 20 unidades federativas participantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que correspondia à antiga condição de periferia da industrialização nacional, o responsável pelo salto de 189,6% no aumento da presença na composição da produção industrial do país entre os anos de 1975 a 2016.

Em função disso, a repartição do produto industrial nos três segmentos geográficos distintos no território nacional sofreu significativa alteração. Entre os anos de 1975 a 2016, por exemplo, somente o estado de São Paulo reduziu a sua participação relati-

[21] Para maiores detalhes, ver: HADDAD, P. *A questão regional no Brasil do século XXI. In: Seminário Brasil século XXI*, Campinas, mimeo, 1988; FURTADO, C. *Brasil*: a construção interrompida. São Paulo: Paz e Terra, 1992; DINIZ, C. *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. Brasília, IPEA, 1994. DINIZ, C. & CROCCO, M. *Restruturação econômica e impacto regional*: o novo mapa da indústria brasileira. *Revista Nova Economia*, v. 6, n. 1, jul. 1996.

va no produto industrial nacional de 58,9% para 38,6%, ao passo que o grupo dos seis estados localizados nas regiões Sul e Sudeste (excluindo SP) aumentou de 34,4% para 42% e o conjunto das 20 unidades da federação pertencentes às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste elevou de 6,7% para 19,4%.

Nesse primeiro quartel do século XXI, percebe-se que o sentido geral da desindustrialização tem sido mais evidente no estado de São Paulo do que em outras regiões territoriais do país. Assim, o antigo núcleo dinâmico da sociedade urbana e industrial sofre inegável esvaziamento industrial, ainda mais acentuado pelo deslocamento das atividades industriais para os demais estados da federação, sobretudo nos estados das regiões Norte, Nordeste e Sudeste.[22]

De modo geral, a desindustrialização precoce antecipa a passagem para a sociedade de serviços, repleta de especificidades no território nacional. A começar pelo fato de concomitantemente com o enfraquecimento da produção industrial transcorrer importante expansão dos setores de serviços e agropecuária e, até mesmo, espasmo de avanço industrial em algumas unidades federativas.

Nas últimas quatro décadas, por exemplo, o PIB nacional registrou a expansão média anual 2,3%, enquanto o setor agro-

[22] Acerca do debate sobre desindustrialização e repercussões regionais, ver: BONELLI, R.; PESSOA, S. *Desindustrialização no Brasil*. TD, 7, Brasília,DF: IBRE/FGV, 2010; CANO, W. *A desindustrialização no Brasil*. TD, 200. Campinas: IE/UNICAMP, 2012; COUTINHO, L. A especialização regressiva. In: VELLOSO, J. (ed.) *Brasil*: desafios de um país em transformação. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997; NASCIMENTO, A.; LIMA, M. *Nordeste brasileiro em questão*: uma agenda para reflexão. Recife: Ed. UFPE, 2014; PACHECO, C. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. *Economia e Sociedade*, Campinas, SP, IE/UNICAMP, n. 6, 1996; MARTINS, G.; LIMA, J. Evidências da precoce desindustrialização no Brasil. *Nexos Econômicos*, v. 9, n. 1, 2015; MELO, M. Comércio exterior da região Nordeste na esteira do "efeito China". *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 44, n. 2, 2013.

pecuário avançou 3,4%, seguido de 2,5% no setor de serviços e de 1,5% na indústria. A consequência direta disso foi a alteração significativa da composição setorial do PIB.

Desde a década de 1930, com o início da passagem para a sociedade urbana e industrial, a economia brasileira tinha como principal dinamismo a expansão do setor manufatureiro. Por conta disso, a composição do PIB registrou entre 1950 e 1980 o crescimento da participação do setor industrial de 24,2% para 40,1% (65,7% de elevação), enquanto a agropecuária reduziu de 24,3% para 10,1% (-58,4% de queda) e o setor de serviços também registrou leve queda de 51,5% para 49,8% (-3,3% de diminuição).

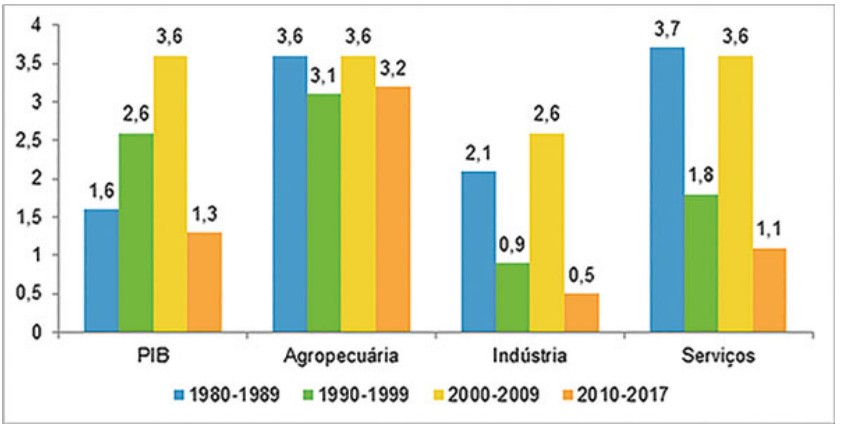
Nas duas últimas décadas do século passado, somente o setor de serviços cresceu a sua participação no PIB, enquanto a indústria e a agropecuária perderam posições relativas. Entre os anos 2000 e 2016, o setor de serviços continuou crescendo em relação ao PIB, com a agropecuária mantendo-se relativamente estabilizada e a indústria em processo de queda significativa.

Na segunda década do século XXI, o setor de serviços aproximou-se de representar quase 4/5 do PIB nacional, com os setores agropecuário e industrial assumindo participação relativamente ínfima no total da produção nacional. Cabe considerar, nesse sentido, o comportamento dos serviços, especialmente em sua composição setorial.

Na medida em que a sociedade urbana e industrial foi avançando no Brasil, o setor de serviços foi se tornando mais complexo, posto que na década de 1950, por exemplo, as atividades dominantes concentravam-se no comércio e atividades imobiliárias (proprietários de imóveis, agentes e corretores voltados para a compra, a venda e o aluguel de imóveis e outros serviços). Com o movimento de desindustrialização, o setor de serviços ampliou sua complexidade e dimensão, com a expansão das funções

da administração pública, educação e saúde, bem como de informação e comunicação.

Gráfico 10 – Brasil: evolução média anual em períodos selecionados do tempo do PIB total e da Agropecuária, Indústria e Serviços (em %)



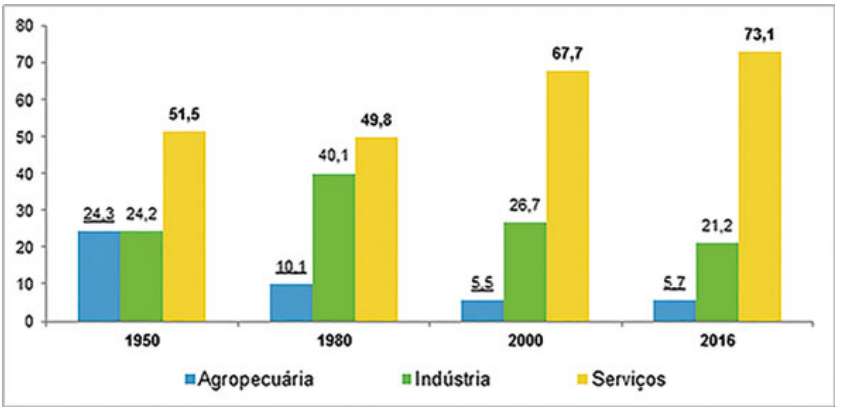
Fonte: IBGE (elaboração própria).

Apesar da queda importante nas atividades relativas ao comércio e imobiliárias, o setor de terciário da economia manteve significativa heterogeneidade entre serviços modernos e tradicionais. De certa forma, os serviços mais modernos cresceram no rastro da presença industrial, tendo em vista que o esvaziamento da produção de manufatura possibilitou também o próprio inchamento dos serviços tradicionais.[23]

[23] Sobre os serviços, ver mais em: DE NEGRI, J.; KUBOTA, L. (org.). *Estrutura e dinâmica do setor de serviços no Brasil*. Brasília, DF: IPEA, 2006; SOUZA, K.; BASTOS, S.; PEROBELLI, F. As múltiplas tendências de terciarização. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 39, 2011, Foz do Iguaçu. *Anais...*, Foz do Iguaçu, 2011; JACINTO, P.; RIBEIRO, E. Crescimento da produtividade no setor de serviços e da indústria no Brasil.

No estado de São Paulo, por exemplo, a sua participação relativa no PIB dos serviços decaiu de 35,6% para 34,3% entre 1995 e 2016, assim como no agrupamento dos seis estados considerados retardatários na industrialização nacional localizados nas regiões do Sul e Sudeste de 37,3% para 36,3%. Somente o conjunto das 20 unidades da federação pertencentes às regiões N, NE e CO conseguiu elevar a participação no total dos serviços de 27,1% para 29,4% no mesmo período de tempo.

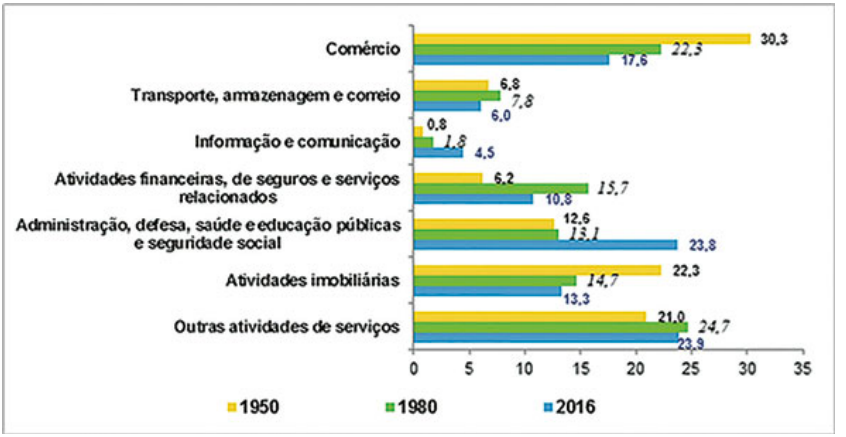
Gráfico 11 – Brasil: evolução da composição setorial do PIB em anos selecionados (em %), 1950-2016



Fonte: IBGE (elaboração própria).

Economia Aplicada, v. 19, n. 3, 2015; KON, A. *A produção terciária*. São Paulo: Nobel, 1992; ALMEIDA, W. *Dinâmica do Setor de Serviços no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1973. AZZONI, C. Setor Terciário e Concentração Regional no Brasil. *In*: DINIZ, C.; LEMOS, M. (org.). *Economia e território*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

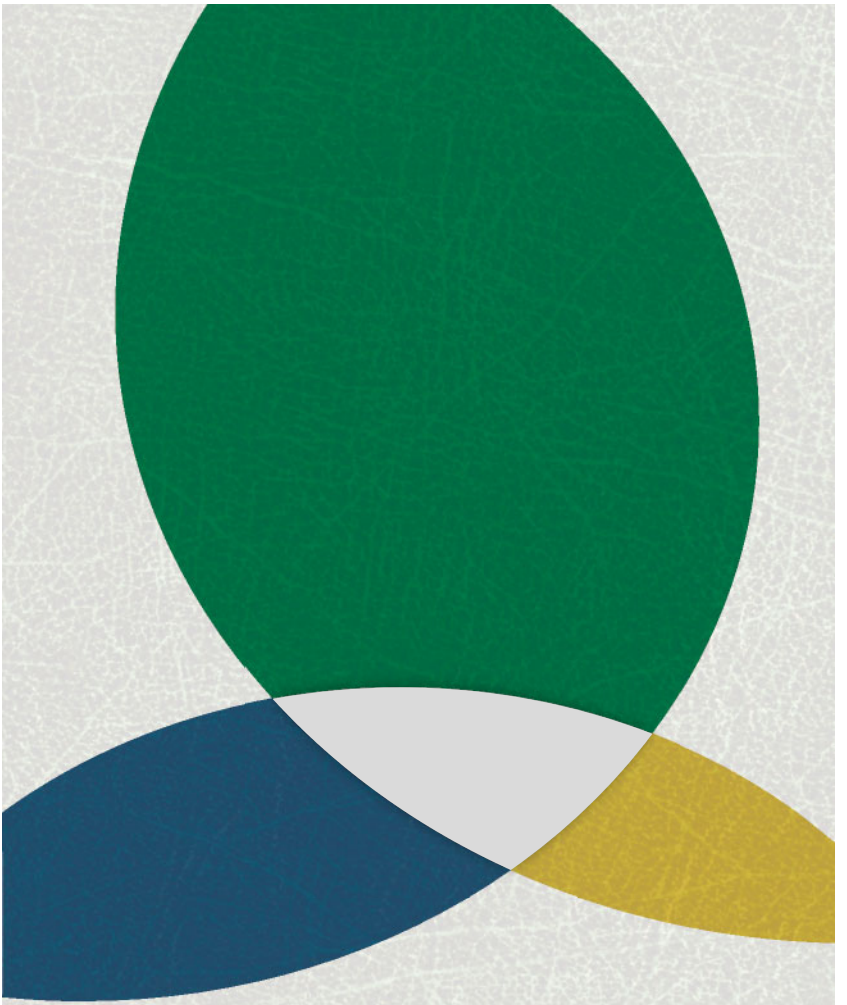
Gráfico 12 – Brasil: evolução da composição setorial do PIB dos Serviços em anos selecionados (em %)



Fonte: IBGE (elaboração própria).

Se considerar ainda o desempenho do setor agropecuário, percebe-se também que o estado de São Paulo perdeu participação relativa de 13,2% para 12,5% entre os anos 1995 e 2016, assim como o grupo dos seis estados das regiões Sul e Sudeste de que decaiu de 43,7% para 41,3%. Para o mesmo período de tempo, o conjunto das 20 unidades da federação localizado nas regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste aumentou de 43,1% para 46,2% a sua participação relativa no total do PIB da agropecuária.

Todas essas mudanças na distribuição da produção no território nacional colocam em xeque a antiga centralidade na dinâmica econômica regional. Sendo o estado de São Paulo o mais afetado negativamente pela desindustrialização e o avanço relativo ao PIB dos segmentos do agronegócio, industriais e dos serviços nas 20 unidades federativas consideradas periféricas na sociedade urbana e industrial, cabe melhor conhecer o que há de novo no federalismo brasileiro.



SEGUNDA PARTE

Ascensão recente das unidades federativas até então consideradas periféricas na sociedade urbana e industrial

Ascensão das unidades federativas até então consideradas periféricas na sociedade urbana e industrial

A conformação de mudanças no panorama regional do país na virada para o século 21, conforme descrito anteriormente, encontra-se associada a, pelo menos, duas razões principais. De um lado, a reconfiguração do processo de expansão econômica que combinou tanto a contração da industrialização e avanços na primarização das atividades produtivas em áreas geográficas mais avançadas da sociedade urbana e industrial, como o aprofundamento da descentralização dos investimentos públicos e privados e o protagonismo da fronteira da produção de *commodities* nas regiões, até então, apontadas como periféricas da produção manufatureira nacional.[24]

De outro lado, a renovação das práticas governamentais e melhoras nos serviços e infraestrutura impulsionadas pela marcha democrática, desde o final do século passado, impactou a estrutura social e política no conjunto dos estados da federação. Além disso, o avanço do processo de terciarização na economia nacional contribuiu, também, para constranger longevos arranjos familiares e antigas oligarquias políticas regionais e permitir o aparecimento de novas elites econômicas e políticas nos espaços locais.

[24] Sobre isso ver: BRASIL – Congresso Nacional. *Desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro*. Relatório Final da Comissão Mista sobre o Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro, 1993. CARVALHO, I. *Nordeste*: discutindo transformações recentes e novas questões. *In*: Série Estudos e Pesquisas n. 17, 1989; BRANDÃO, M. *A regionalização da grande indústria do Brasil*: Recife e Salvador na década de 70. *In*: Revista de Economia Política, v. 5, n. 4, 1985; SANTOS FILHO, M. (org.). *O processo de urbanização do oeste baiano*. Recife, Sudene, 1992; SUDENE-BNB. *Relatório de pesquisa sobre o desempenho da indústria incentivada no Nordeste*. Recife, Sudene, 1992.

Os sinais de transformação apontam para uma espécie de salto histórico a revelar acelerada passagem da antiga condição de retaguarda do agrarismo primitivo para a vanguarda associada à sociedade de serviços. Tudo isso, contudo, sem que tenha superado plenamente a passagem pela sociedade urbana e industrial nas grandes três regiões geográficas consideradas até então periféricas.

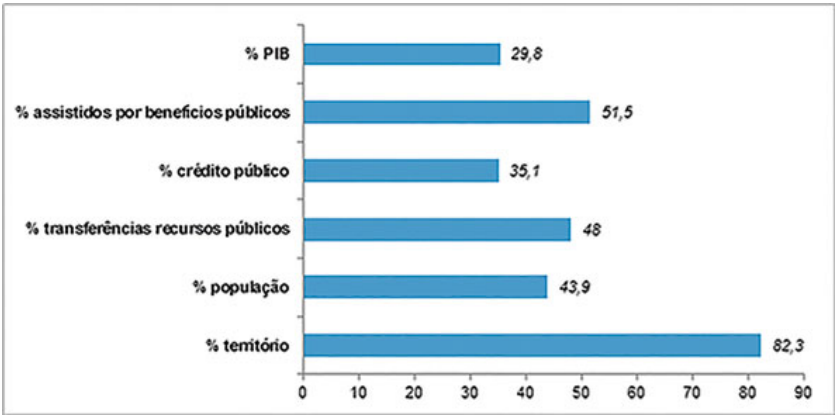
Quando se se considera o conjunto das 20 unidades federativas pertencentes às três grandes regiões geográficas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, que juntas respondem por mais de 82% do território nacional, quase 44% do total dos brasileiros e menos de 36% do Produto Interno Bruto, constata-se a força das transformações no panorama regional. Isso porque essa parte do Brasil identificada por área de periferia da sociedade urbana e industrial detém quase 52% do total da população assistida por benefícios sociais do país, 48% das transferências obrigatoriamente realizadas com recursos públicos e 31,1% do total de crédito realizados pelos bancos públicos federais (Bndes, BB, CEF, Basa, BND).

Essas mesmas três grandes regiões geográficas (N, NE e CO), que se encontravam secularmente assentadas em antigas estruturas econômicas herdadas do velho agrarismo, passaram, desde o final da década de 1980 a se reposicionar no cenário nacional, distinguindo-se da tradicional dinâmica econômica, social e política rebaixada do passado. De acordo com registros históricos, a participação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste no Produto Interno Bruto nacional era, em 1872, de 25,9%, praticamente idêntica à situação verificada no ano de 1985, o que apontava para certa paralisia frente à transformação a qual o Brasil passou ao longo do século XX.

Em quase 115 anos passados, as três grandes regiões geográficas permaneceram relativamente à margem da transição e consolidação da sociedade urbana e industrial, salvo as referências vinculadas a enclaves de modernidade localizados, geralmente,

nas capitais dos respectivos estados. Por conta disso, a presença das mesmas regiões na produção nacional chegou a declinar a quase 17% na primeira metade do século passado.

Gráfico 13 – Brasil: Participação das 20 unidades federativas pertencentes às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste no total do Produto Interno Bruto (PIB), da população, do território, da população assistida por benefícios públicos, das operações de créditos dos bancos públicos e das transferências obrigatórias de recursos públicos (em %)



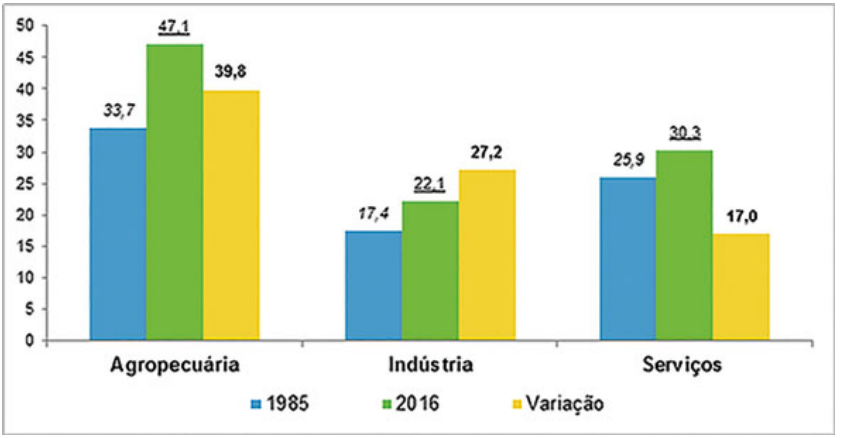
Fonte: IBGE e TCU (elaboração própria).

Nas últimas três décadas, contudo, o conjunto dos 20 estados pertencentes às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste cresceu sua participação relativa no total da produção nacional. No ano de 2016, por exemplo, mesmo diante da mais grave recessão econômica desde 1929, essas três grandes regiões geográficas responderam por quase 35% do PIB nacional.

De acordo com o IBGE, o crescimento da agropecuária de 39,8% entre 1985 e 2016 foi responsável pela maior ampliação da participação relativa do N, NE e CO na produção nacional,

seguida dos avanços nos setores industriais (27,2%) e serviços (17%). No mesmo período de tempo, o aumento acumulado do PIB *per capita* foi significativamente mais expressivo nas regiões N, NE e CO (35,8%), especialmente quando comparado com o estado de São Paulo (23,4%), o antigo centro dinâmico da industrialização, e os seis estados de industrialização retardatária (25,8%).

Gráfico 14 – Evolução da participação relativa na população total e no PIB total e composição setorial do grupo de 20 unidades da federação pertencentes às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste entre 1985 e 2016 (em %)



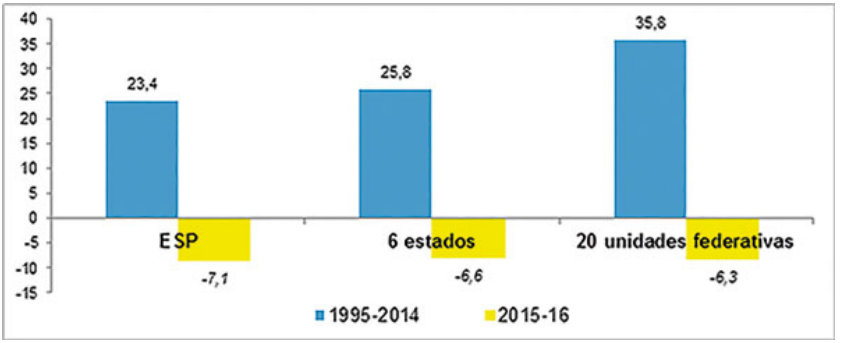
Fonte: IBGE (elaboração própria).

Pela queda geral no nível de atividade verificada entre os anos de 2015 a 2016 decorrente da gravíssima recessão nacional, percebe-se que o recuo econômico nas regiões foi relativamente equilibrado. O que não significou alteração substancial na participação regional na produção nacional.[25]

[25] Mais detalhes podem ser encontrados em: LIMA, P. *Abertura comercial, rebatimentos regionais e o planejamento*. *Revista de Análise Econômica*, ano 16, n. 2, 1998; MONTEI-

A sustentação do maior ritmo de expansão do PIB *per capita* das três grandes regiões geográficas, acompanhada do aumento na participação relativa no PIB nacional, encontra justificativa no comportamento econômico de diversos indicadores vitais. Destaca-se, por exemplo, o protagonismo presente no comércio externo e na recepção de investimentos estrangeiros.

Gráfico 15 – Brasil: Evolução acumulada do Produto Interno Bruto por habitante no estado de São Paulo, no grupo dos seis estados das regiões Sul e Sudeste e nas 20 unidades da federação pertencentes às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste entre 1995-2014 e 2015-2016 (em %)

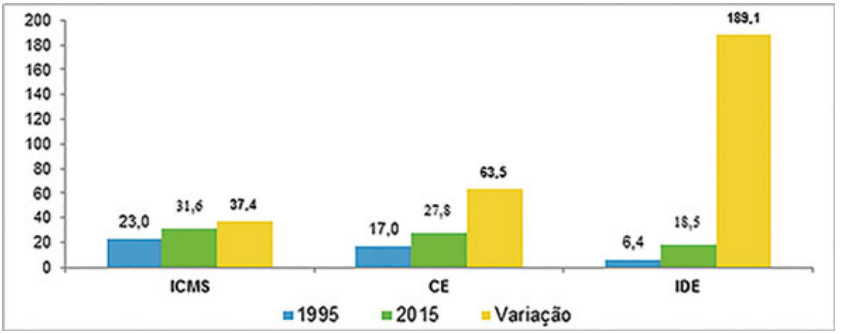


Fonte: IBGE (elaboração própria).

Em duas décadas que se referem aos anos de 1995 a 2015, as regiões N, NE e CO cresceram o conjunto de suas participações relativas ao comércio externo brasileiro em 63,5%, enquanto o recebimento de Investimentos Diretos do Exterior subiu, acumuladamente, 189,1%. Ao mesmo tempo, o peso relativo das três regiões na arrecadação do ICMS nacional subiu mais de 37% no mesmo período de tempo.

RO NETO, A. *et al.* (org.). *Desenvolvimento regional no Brasil*. Brasília: IPEA, 2017; CRUZ, B. *et al.* (org.). *Economia regional e urbana*. Brasília: IPEA, 2011; POCHMANN, M. *Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

Gráfico 16 – Brasil: Evolução da participação das 20 UFs pertencentes às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste no total da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do Comércio Externo (CE) e do Investimento Direto do Exterior (IDE) entre 1995 e 2015 (em %)



Fonte: MDIC/SCE; Bacen; MF/STN (elaboração própria).

Diante da melhora econômica, as três regiões juntas acolheram, em consequência, importante expansão do emprego formal, que cresceu 31% entre 1995 e 2014. Nos estados pertencentes às regiões Sul e Sudeste, outrora, as mais dinâmicas no ciclo da industrialização, tiveram comportamentos distintos.

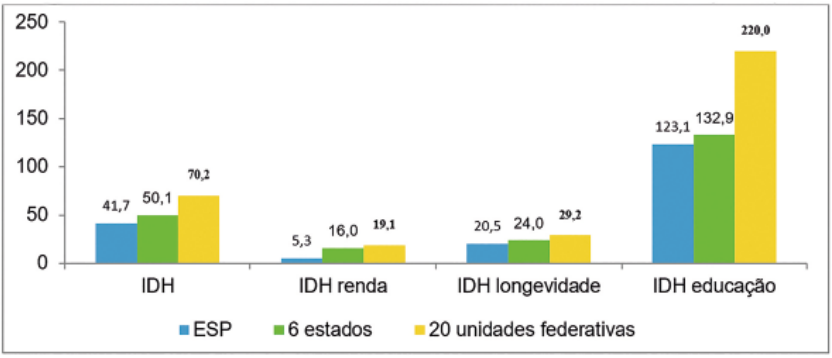
Enquanto o estado de São Paulo expandiu acumuladamente o emprego formal, entre 1995 e 2014, em apenas 16,4%, os demais estados das regiões Sudeste e Sul aumentaram em quase 37%. Com isso, a taxa de desemprego total permaneceu, no mesmo lapso de tempo, relativamente estabilizada.

No caso do comportamento do desemprego juvenil, alterações importantes foram registradas. No ano de 2014, por exemplo, as três regiões geográficas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste responderam por 38,4% do total nacional do desemprego juvenil, enquanto no ano de 1995 era de 36,1%.

A razão do aumento na participação relativa durante uma fase de desaceleração da taxa nacional de desemprego se deveu ao crescimento do desemprego juvenil de 38,3% nos 20 estados pertencentes às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Além disso, o desemprego juvenil aumentou, acumuladamente, mais para o conjunto dos estados das regiões Sul e Sudeste.

Por outro lado, ao se considerar o desempenho do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud/Onu), constata-se que as três regiões geográficas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste acumularam expressiva melhora entre os anos de 1991 a 2015. Para uma expansão registrada no IDH no conjunto das 20 unidades federativas (N,NE, CO) de 70,2% entre 1991 e 2015, os seis estados das regiões Sul e Sudeste (menos SP) elevaram o IDH em 50,1% e o estado de São Paulo em 41,7%.

Gráfico 17 – Brasil: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano no estado de São Paulo, no grupo de seis estados do Sul e Sudeste nas 20 unidades da federação pertencentes ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste entre 1991 e 2015 (em %)



Fonte: IBGE; Pnud (elaboração própria).

A principal razão a explicar o crescimento recente maior no IDH nas regiões consideradas periféricas durante o ciclo da industrialização nacional se deve ao desempenho do IDH educacional, com melhora em 220%, seguido do IDH longevidade (29,2%) e do IDH renda (19,1%). No conjunto dos estados das regiões Sul e Sudeste, os aumentos acumulados entre 1991 e 2015 foram menores nos três componentes do IDH (renda, educação e longevidade).

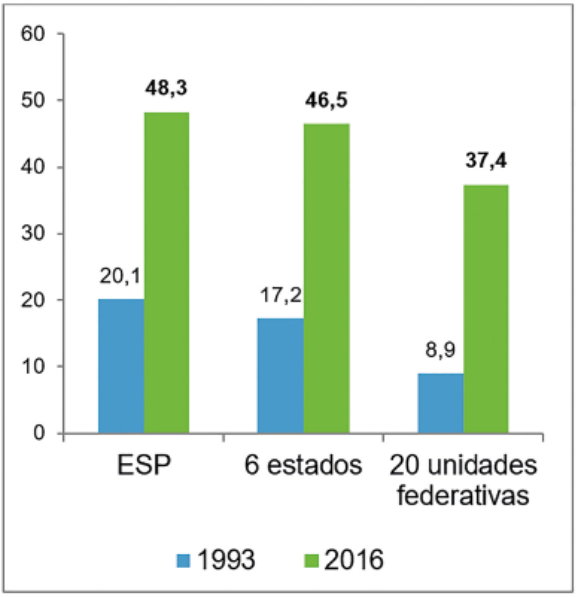
Quando são analisadas as informações referentes à educação, percebe-se o conjunto dos motivos pelos quais o IDH educacional nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentou significativa melhora. Exemplo disso pode ser observado em relação à evolução tanto das matrículas no ensino superior como na distribuição dos estudantes universitários nas unidades federativas e grandes regiões geográficas do país.

No ano de 1993, por exemplo, a taxa bruta de matrículas no ensino superior do conjunto das 20 unidades federativas pertencentes às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste equivalia a apenas 44% da taxa bruta de matrículas no ensino superior do estado de São Paulo, o antigo centro dinâmico da expansão econômica da sociedade urbana e industrial. Em menos de ¼ de século depois, com a emergência da sociedade de serviços, a taxa bruta de matrículas no ensino superior das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste passou a ser 77% da verificada no estado de São Paulo.

Entre os anos de 1993 a 2016, a taxa bruta de matrícula no ensino superior foi multiplicada por 4,2 vezes no conjunto dos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, enquanto no estado de São Paulo foi multiplicada por 2,4 vezes e no conjunto dos demais estados das regiões Sul e Sudeste foi multiplicado por 2,7 vezes. No período de tempo considerado, a quantidade de estudantes universitários matriculados foi multiplicada por 5 vezes, passando de 1.594,7 mil matrículas, em 1993, para 8.052,2 mil matrículas em 2016.

A expansão média anual de 7,3% no número de estudantes universitários não foi homogênea em todo o território nacional. Exemplo disso foi o conjunto das 20 unidades federativas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que possuía, em 1993, 29,5% de todas as matrículas do ensino superior brasileiro e passou a representar, em 2016, 42,4% do total dos estudantes universitários do país.

Gráfico 18 – Brasil: Evolução da taxa bruta de matrículas no ensino superior* no estado de São Paulo, no grupo de seis estados das regiões Sul e Sudeste (menos SP) e nas 20 unidades da federação pertencentes às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste em anos selecionados (em %)



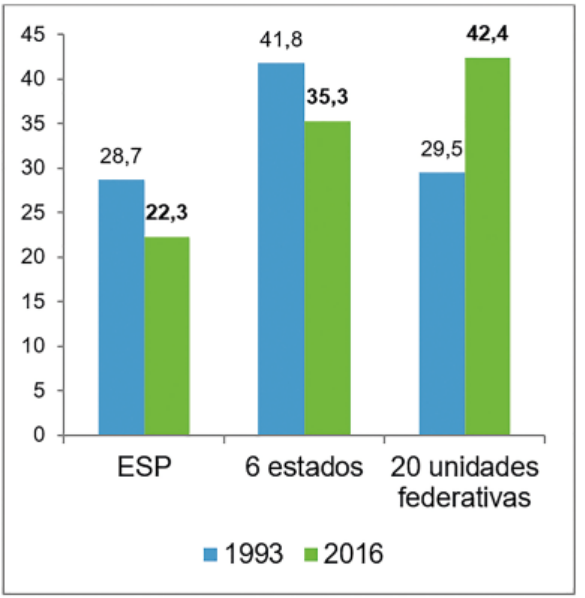
Fonte: IBGE/Pnad; ME/Inep/CES (elaboração própria).

* Relação entre os estudantes do ensino superior e o total da população com 18 a 22 anos de idade.

O crescimento acumulado, no mesmo período em referência, nas três regiões foi de 43,7% no conjunto de graduandos universitários em relação ao total do país. Em função disso, a participação relativa dos estados das regiões Sul e Sudeste foi reduzida.

No estado de São Paulo, por exemplo, a participação no total dos universitários do país diminuiu 22,3%, decaindo de 28,7%, em 1993, para 22,3%, em 2016. No conjunto dos demais estados das regiões Sul e Sudeste (menos SP), a queda foi de 15,5%, registrando decréscimo na participação relativa de 41,8%, em 1993, para 35,3%, em 2016.

Gráfico 19 – Brasil: Evolução da composição das matrículas do ensino superior no estado de São Paulo, no grupo de seis estados das regiões Sul e Sudeste (menos SP) e nas 20 unidades da federação pertencentes às regiões Norte, Nordeste e Centro- Oeste em anos selecionados (em %)

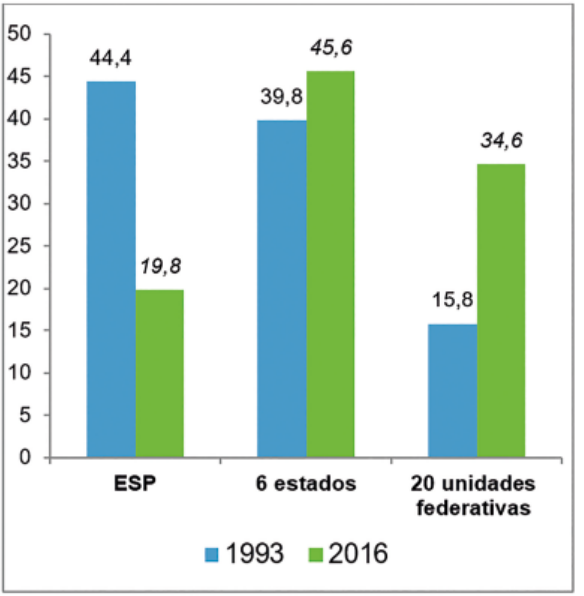


Fonte: IBGE/Pnad; ME/Inep/CES (elaboração própria).

Além dos importantes ganhos alcançados no ensino superior, ressaltam-se, também, os avanços considerados tanto na infraestrutura científica como nas empresas que conseguem inovar e no pessoal ocupado nas atividades técnico-científicas.

Entre os anos de 1993 a 2016, por exemplo, as 20 unidades federativas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste saltaram a participação relativa no total dos grupos de pesquisa de menos de 16% para quase 35%, segundo levantamento realizado pelo CNPq do Ministério de Ciência e Tecnologia do governo federal.

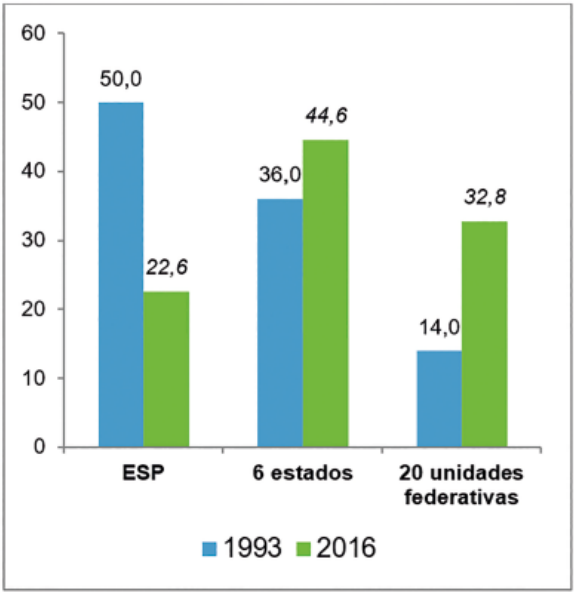
Gráfico 20 – Brasil: Evolução da composição dos grupos de pesquisa no estado de São Paulo, no grupo de seis estados das regiões Sul e Sudeste (menos SP) e nas 20 unidades da federação pertencentes às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste em anos selecionados (em %)



Fonte: Censo CNPq/MCT (elaboração própria).

Da mesma forma, o aumento relativo de doutores no conjunto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste no total do país foi significativo. Entre os anos de 1993 a 2016, por exemplo, as três regiões juntas passaram de 14% para quase 33% na participação relativa no total de doutores residentes no país.

Gráfico 21 – Brasil: Evolução da distribuição do conjunto de doutores no estado de São Paulo, no grupo de seis estados das regiões Sul e Sudeste (menos SP) e nas 20 unidades da federação pertencentes às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste em anos selecionados (em %)

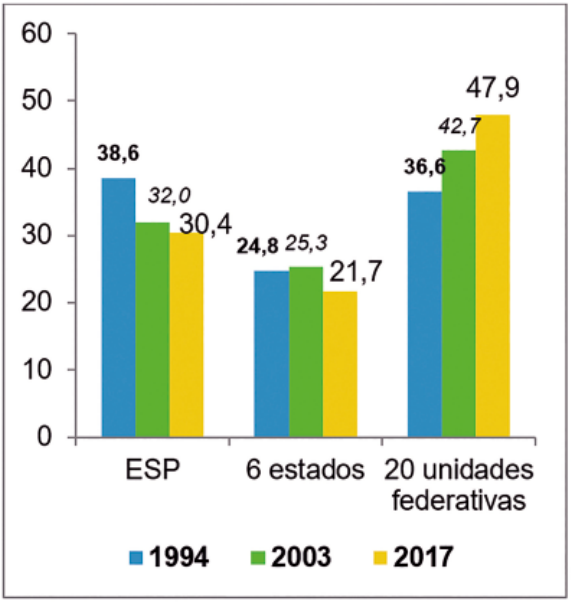


Fonte : Censo CNPq/MCT (elaboração própria).

Para o caso das empresas que programam inovações tecnológicas de processos e produtos, conforme levantamento do IBGE, o salto das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, também, parece inequívoco. No ano de 2011, último levantamento oficial disponí-

vel, 20,5% das empresas que inovam no Brasil estavam concentradas nas três regiões geográficas, enquanto em 1998 representavam apenas 16,3% no total do país.

Gráfico 22 – Brasil: Evolução da distribuição das empresas em atividades profissionais, científicas e técnicas no estado de São Paulo, no grupo de seis estados das regiões Sul e Sudeste (menos SP) e nas 20 unidades da federação pertencentes às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste em anos selecionados (em %)



Fonte: Censo MT-Rais (elaboração própria).

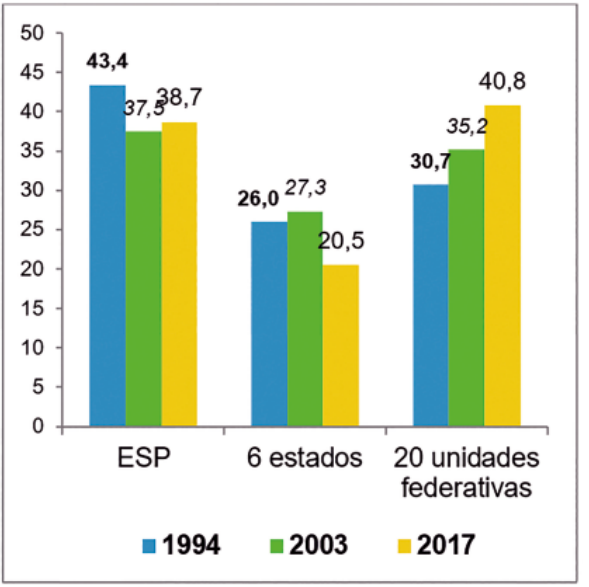
Por fim, em relação à concentração de empresas e empregos formais nas atividades profissionais, científicas e técnicas observa-se, também, a recente evolução positiva para as 20 unidades da federação correspondentes às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Na distribuição das empresas em atividades profissionais, científicas e técnicas, a participação relativa das três re-

giões (N, NE e CO) tem sido crescente, com aumento de 30,9% entre 1994 e 2017, uma vez que saltou de 36,6% (1994) para 47,9% (2017), segundo os dados disponibilizados pela Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho.

Além das empresas, percebe-se, também, o peso relativo do emprego formal nas 20 unidades federativas das três grandes regiões geográficas até então consideradas periféricas durante o ciclo da industrialização nacional com aumento significativo. Entre os anos de 1994 a 2017, por exemplo, o conjunto dos empregos formais nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste passou de 30,7%, em 1994, para 40,8%, em 2017, o que significou, crescimento acumulado de 32,9% no mesmo período de tempo.

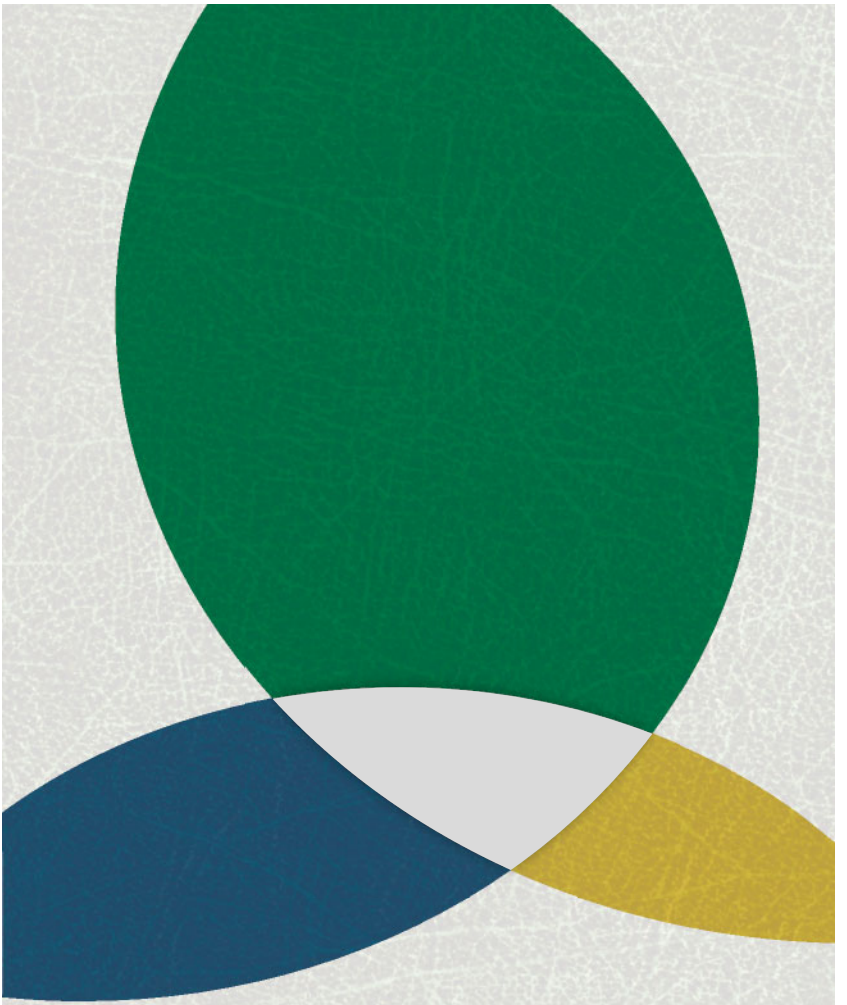
Em resumo, percebe-se que há uma associação entre avanços no campo da Ciência, Tecnologia e Inovação e a mudança no desenvolvimento regional nesse início do século XXI. A importante ampliação relativa da presença de doutores, grupos de pesquisa, empresas e empregos formais nas atividades profissionais, científicas e técnicas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste aponta, inequivocamente, a ascensão das 20 unidades da federação frente à emergência da transição antecipada para a sociedade de serviços no Brasil.

Gráfico 23 – Brasil: Evolução da distribuição dos empregos formais nas atividades profissionais, científicas e técnicas no estado de SP, no grupo de seis estados das regiões Sul e Sudeste (menos SP) e nas 20 unidades da federação pertencentes às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste em anos selecionados (em %)



Fonte: Censo MT-Rais (elaboração própria).

Diante disso, torna-se importante considerar a experiência exitosa do desenvolvimento no estado do Piauí, até então situado nas grandes regiões de natureza periférica em relação à sociedade urbana e industrial instalada no Brasil. O protagonismo de seu experimentalismo recente aponta o salto possível em transitar do legado de atraso do antigo agrarismo para a nova sociedade de serviços, mesmo sem ter completado plenamente a passagem pela condição de sociedade industrial.



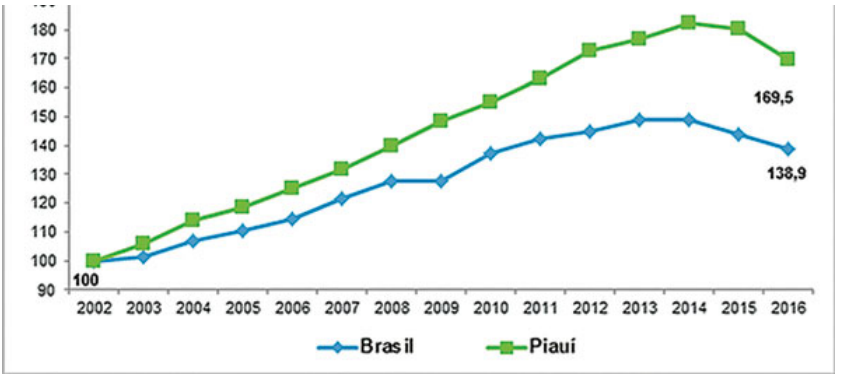
TERCEIRA PARTE

Trajetória econômica piauiense na transição antecipada para a sociedade de serviços

Trajetória econômica piauiense na transição antecipada para a sociedade de serviços

No conjunto das 20 unidades federativas que tem registrado significativa alteração no panorama regional mais recente no país, encontra-se o estado do Piauí, tendo em vista o significativo progresso no interior de sua estrutura produtiva e padrão de inclusão social. Do ponto de vista produtivo, destaca-se, por exemplo, o crescimento de 38,6% na participação relativa do PIB nacional entre 1985 e 2016, sendo a maior expansão (29,4%) ocorrida entre os anos de 1995 a 2016.

Gráfico 24 – Evolução do índice do Produto Interno Bruto no Brasil e no estado do Piauí (2002 = 100)



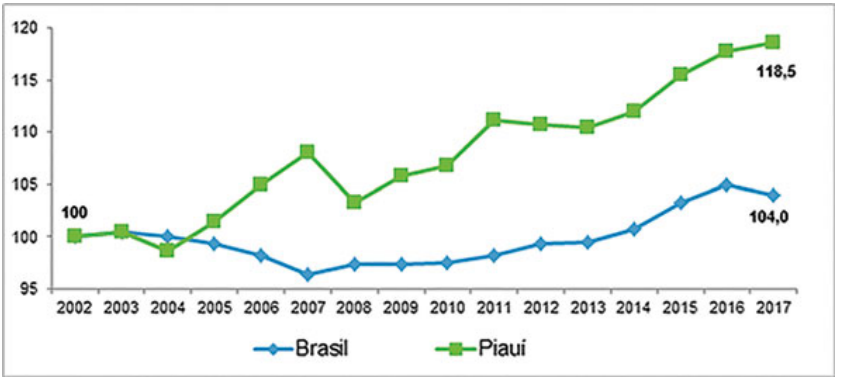
Fonte: IBGE (elaboração própria).

Para o período de 2002 a 2016, por exemplo, o Produto Interno Bruto do estado do Piauí acumulou expansão de 72,7%, o que equivale ao crescimento médio de 4% ao ano, ao passo que o Brasil registrou expansão de 40,6% (2,5% ao ano, em média).

O principal estímulo ao crescimento da participação relativa do estado do Piauí no PIB nacional deveu-se à expansão acumulada de 133,2% no produto industrial, seguido de 51,8% no setor de serviços e de 0,4% na produção agropecuária. Com isso, também se verifica a variação acumulada do PIB *per capita* desde a estabilidade monetária alcançada pelo Plano Real, em 1994, que chegou a 31% em 2014, tendo recuado, contudo, para 21,1% frente à recessão econômica nacional transcorrida entre 2015 e 2016.

De todo modo, a mudança produtiva no estado do Piauí tem proporcionado tanto a ampliação positiva no nível do emprego formal, com crescimento de 121,7%, como a elevação da taxa de formalização nas ocupações de 17,8%, em 1995, para 32,7%, em 2014 e a 40,5%, em 2017. Também, nota-se o incremento do emprego formal nas micro e pequenas empresas em relação ao total do emprego formal.

Gráfico 25 – Evolução do índice de participação do emprego formal nas micro e pequenas empresas em relação ao total do emprego formal no Brasil e no estado do Piauí (2002 = 100)



Fonte: IBGE; Pnud (elaboração própria).

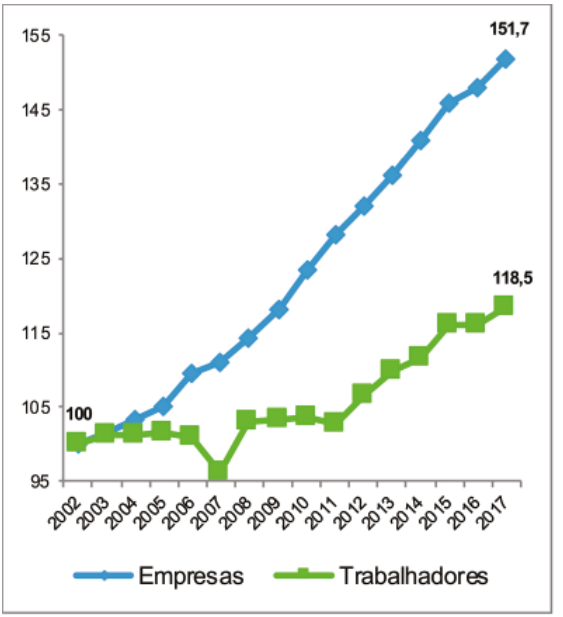
Entre os anos de 2002 a 2017, por exemplo, o emprego com carteira assinada nas micro (até 9 empregados) e pequenas empresas (10 a 49 empregados) no Estado cresceu 126,7%, o que equivaleu ao aumento médio de 5,6% ao ano, enquanto no Brasil a elevação foi de 67,8% (3,5% como média anual). Em função disso, a presença dos trabalhadores nas micro e pequenas empresas cresceu em relação ao total do emprego formal, de forma mais intensa no estado do Piauí (18,5%) do que no Brasil (4,0%).

Ao se considerar a evolução das micro e pequenas empresas em relação ao total das empresas no Brasil também se percebe o melhor desempenho do estado do Piauí que o do Brasil como um todo. Entre 2002 e 2017, por exemplo, a quantidade de micro e pequenas empresas no estado do Piauí aumentou 144% (6,1% ao ano, em média), enquanto no Brasil o crescimento foi de 58,9% (3,1% médio anual).

Diante disso, a participação relativa do estado do Piauí no total nacional foi intensa. No caso do emprego formal piauiense, o aumento foi de 18,5% em relação ao Brasil e nas empresas piauienses houve elevação de 51,7% comparada ao total nacional entre 2002 e 2017.

Para o mesmo período de tempo, as micro e pequenas empresas e a quantidade de empregados em relação ao total nacional registraram desempenho ainda mais significativo. Enquanto o emprego nas MPEs no Piauí aumentou 35,1% em relação ao Brasil, as micro e pequenas empresas piauienses tiveram acréscimo de 53,6%, comparativamente com o total nacional.

Gráfico 26 – Evolução do índice de participação das empresas formalizadas e do emprego formal no estado do Piauí em relação ao total do Brasil (2002 = 100)



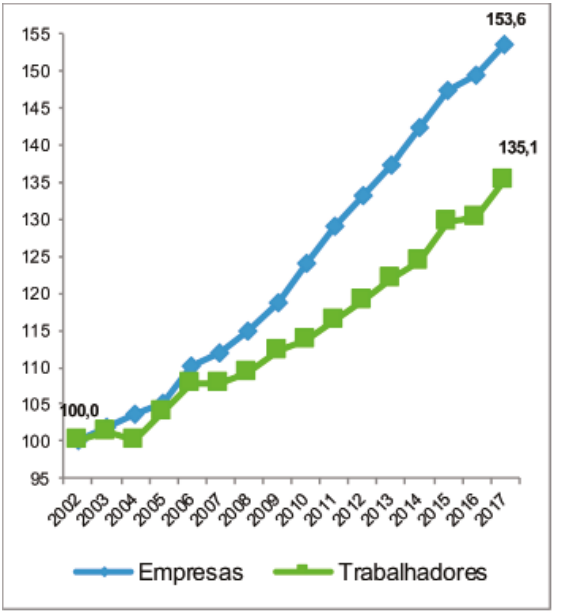
Fonte: ME/Rais (elaboração própria).

Da mesma forma, constata-se como o grau de desigualdade medido pelo Índice Gini apontou redução em 16% entre os anos de 1995 a 2014, pois decaiu de 0,59 para 0,49 no período. No caso da proporção de domicílios pobres, a queda acumulada de 74% foi ainda mais intensa, pois decaiu de 59,9%, em 1995, para 15,6%, em 2017.

Em relação à evolução do Índice de Desenvolvimento Humano, o estado do Piauí foi a terceira das 27 unidades federativas com maior avanço entre os anos de 1991 a 2015. Enquanto o estado de Tocantins cresceu acumuladamente 98,4% e do Ma-

ranhão 89,6% no mesmo período de tempo, o Piauí elevou o IDH em 86,5%, passando de 0,36% para 0,68%.

Gráfico 27 – Evolução do índice de participação das micro e pequenas empresas e dos empregados formais no estado do Piauí em relação ao total do emprego formal no Brasil e no estado do Piauí (2002 = 100)



Fonte: IBGE; Pnud (elaboração própria).

A melhora no IDH educação, com elevação acumulada de 272,6%, foi a principal razão para o salto no Índice do Desenvolvimento Humano. O IDH renda cresceu 33,2% e o IDH longevidade aumentou 28,6% entre os anos de 1991 a 2015.

O salto educacional no estado do Piauí pode ser explicado por avanços em todos os níveis do ensino. Ocorre registrar,

por sua importância e relação com a ciência, tecnologia e inovação, bem como a moderna estrutura das atividades produtivas, os avanços recentes no ensino superior.

Entre os anos de 1993 a 2016, por exemplo, a participação relativa do Piauí no total das matrículas do ensino superior no país saltou de 1,1% para 1,6%, com avanço acumulado de 45,4%. Isso porque a taxa bruta de estudantes universitários passou de apenas 4,1% do total de jovens piauienses de 18 a 22 anos de idade, em 1993, para 38,3%, em 2016, o que correspondeu à multiplicação por 9,3 vezes no mesmo período de tempo.

A inegável expressão de transformação da educação na formação e preparação da juventude no período recente trouxe, em consequência, impactos positivos no estado do Piauí em relação à quantidade de grupos de pesquisa em ciência, pesquisa e inovação. No ano de 2016, por exemplo, conforme levantamento do Ministério de Ciência e Tecnologia desenvolvido pelo CNPq, o Piauí detinha 389 grupos de pesquisa, o que equivalia a 1% do total nacional, enquanto no ano 2000 eram apenas 53 grupos de pesquisa, ou seja, 0,5% do conjunto do Brasil.

Em síntese, a quantidade de grupos de pesquisas em ciência, tecnologia e inovação foi multiplicada por 7,3 vezes em apenas 16 anos, enquanto a presença relativa do estado do Piauí no total nacional de grupos de pesquisa foi multiplicada por 2 vezes.

Se considerar ainda a distribuição de doutores no Brasil percebe-se também o mesmo sentido positivo para o Piauí, uma vez que no ano de 2016 registrou a presença de 1.410 doutores, representando 0,9% do total do país. No ano 2000 eram apenas 103 doutores (0,4%) presentes no estado do Piauí, segundo levantamento do MCT/CNPq, significando que, entre os anos de 2000 a 2016, a participação relativa do Piauí no quadro nacional foi multiplicada por 2,2 vezes, com acréscimo de 1,2 mil novos doutores.

Esse mesmo movimento encontra-se relacionado ao crescimento de empresas e empregos formais relativo às atividades profissionais, científicas e técnicas no Piauí nesse início do século XXI. Em 2017, por exemplo, o Estado possuía 1.580 empresas nas atividades profissionais, científicas e técnicas que empregavam 31.290 empregados formais, enquanto no ano 2000 eram 522 empresas com 4.940 empregos formais.

Em 17 anos, a quantidade de empresas foi multiplicada por 3 vezes, ao passo que o emprego foi multiplicado por 6,3 vezes. Se considerado o período entre os anos de 1994 a 2000, apenas para comparação, a quantidade de empregos formais nas atividades profissionais, científicas e técnicas crescia, como média anual, 3,4%, enquanto nos anos de 2000 a 2017 aumentou 11,5% ao ano, em média.

Os consideráveis avanços encontram-se em sintonia com a positividade das transformações na estrutura produtiva local. Não apenas a participação do Piauí aumentou no comércio externo em 47,4% acumuladamente, passando de 0,14%, em 1995, para 0,21%, em 2015, como o peso relativo do Estado no total dos Investimentos Diretos do Exterior realizados no Brasil foi multiplicado por 25,6 vezes, de 0,01%, em 1995, para 0,32%, em 2015.

Da mesma forma, o crescimento na participação relativa do Piauí na arrecadação nacional do ICMS foi de 74,1% em 20 anos, pois saltou de 0,46%, em 1995, para 0,8%, em 2015. Todas essas alterações, no âmbito do desenvolvimento regional, revelam a associação significativa, em curso, com os esforços no campo da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Uma nobre alteração quanti e qualitativa na diversificação da estrutura produtiva, bem como positivamente no nível de ocupação apontam para o vigor do panorama econômico e social vigente nesse início do século XXI, quando o estado do Piauí

avançou para a nova sociedade de serviços. Mesmo sem ter transitado plenamente pela sociedade urbana e industrial, o progresso recente se apresentou inegável.

Por outro lado, destaca-se, também, que até o final do século XX, algumas características da antiga sociedade agrária ainda estavam em evidência, sobretudo nas áreas correspondentes ao interior do estado do Piauí, carentes de acesso aos serviços públicos nas áreas de educação, saúde, entretenimento e lazer, bem como na infraestrutura urbana (água, esgoto, estradas, transporte, energia elétrica, telefonia) e na estrutura produtiva.

Na maior parte das vezes, a modernidade do acesso aos serviços em geral apresentava-se na forma de enclave no território identificado por periferia da sociedade urbana e industrial. As cidades, no Brasil arcaico, em geral estabelecidas nas áreas litorâneas, por terem proximidade a portos e ao comércio externo, reprodutor da tradição secular do passado colonialista, aguardavam a perspectiva civilizatória a ser proveniente do estrangeiro.

Assim, o interior do Brasil era visto pelas elites da epóca como mera extensão rural atrasada, distante do propagandeado padrão europeizado de vida moderna. Tanto assim, que as experiências de reformas urbanas realizadas em diversas cidades na virada para o século XX trouxeram embutidos traços sintéticos de embelezamento inspirados na estética europeia das vias e prédios públicos, iluminação, saneamento e higienização.

Instalavam-se, portanto, as condições para o dinamismo capitalista nos mercados imobiliários profundamente excludentes dos segmentos sociais de baixa renda, cada vez mais determinantes na constituição de periferias aos moradores suburbanizados em favelas e em condições precárias de vida. Distante do processo de modernização em áreas nobres e centro urbano, a exclusão foi

reproduzida na alocação dos pobres e miseráveis em morros ou várzeas impróprias para a habitação decente.

Como tratado anteriormente, a passagem para a sociedade urbana e industrial manteve traços fortes da antiga sociedade agrária, especialmente nas regiões de menor penetração da industrialização. Nas cidades, o deslocamento da população empobrecida para as áreas periféricas definiu a maior distância em relação ao local de trabalho, acesso restrito aos serviços urbanos (educação, saúde, assistência, segurança e outros), ao comércio de menor preço, às alternativas de lazer e cultura e às condições de ilegalidade nas moradias.[26]

A partir da década de 1930, com a passagem para a sociedade urbana e industrial, o processo de urbanização, além de muito intenso, serviu para alterar a trajetória anterior de expansão da população urbana associada à exploração econômica do território de natureza exportadora. Assim, ao invés da fragmentada evolução da população urbana no espaço territorial, determinado pela diversidade dos ciclos econômicos, o salto industrializante permitiu que, em apenas três décadas (1930 e 1960), a maior parte dos brasileiros saísse do campo e se dirigisse para residir nas cidades, não mais, necessariamente, localizadas nas áreas litorâneas.

[26] Para mais detalhes ver: DAVIDOVICH, F. Urbanização brasileira. *Revista Espaço e Debates*, São Paulo: NERU, n. 13, 1984. Edição Especial; CAMPOS, C. *Cidades brasileiras*. São Paulo: Nobel: 1989; NATAL, J. *Transporte, ocupação do espaço e desenvolvimento capitalista no Brasil*. Campinas: IE/UNICAMP, 1991; SANTOS, M. *Metamorfose do espaço habitado.* São Paulo: HUCITEC, 1988; SINGER, P. *Economia política da urbanização*. 11 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Tabela 01 – Brasil – evolução da taxa de urbanização (em %), 1940-2010

Região	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	31,24	36,16	44,67	55,92	67,59	75,59	81,23	84,36
Norte	27,75	31,49	37,38	45,13	51,65	59,05	69,83	73,53
Nordeste	23,42	26,4	33,89	41,81	50,46	60,65	69,04	73,13
Sudeste	39,42	47,55	57,00	72,68	82,81	88,02	90,52	92,95
Sul	27,73	29,50	37,10	44,27	62,41	74,12	80,94	84,93
Centro-Oeste	21,52	24,38	34,22	48,04	67,79	81,28	86,73	88,80

Fonte: IBGE (elaboração própria).

A convergência acelerada dos processos de industrialização com a urbanização esteve, também, acompanhada pela integração e articulação da economia das cidades com os territórios não urbanizados e rurais. A conexão da produção agrária com as atividades nas cidades rapidamente avançou tanto pelo processamento industrial de matérias-primas e pelo atendimento comercial das demandas crescentes de alimentação da população urbana como pela geração de bens industrializados para o campo (tratores, equipamentos agrícolas, produtos químicos entre outros).

Mas sem a realização das reformas clássicas do capitalismo contemporâneo, como a fundiária, a urbanização brasileira transcorreu veloz e muito desigual para o conjunto da população espalhada em todo o território nacional. A região Sudeste, por exemplo, foi a primeira do país a deter taxa de urbanização majoritária registrada no ano de 1960, enquanto o Brasil como um todo conferiu população urbana superior à rural ao longo da década de 1970.

Por outro lado, as regiões Norte e Nordeste expressaram convergência na trajetória de lentidão na passagem para a sociedade urbana e industrial. Algumas capitais dos estados do Norte e Nordeste, no entanto, já eram localidades com maior população residindo na cidade desde a primeira metade do século XX.

Esse é o caso da cidade de Teresina que no Censo Demográfico de 1940 registrou deter mais de 51% do total de sua população convivendo com o modo de vida urbano. Mas, no estado do Piauí, somente meio século após, conforme atesta o Censo Demográfico de 1991, a maior parte do conjunto de sua população passou a residir em localidades urbanas.

O processo tardio de urbanização teve como características importantes a crescente concentração da população na capital do estado do Piauí, fenômeno similar a de outros estados da federação. Entre os anos de 1940 e 1991, por exemplo, a participação relativa da população residente na capital do Estado foi multiplicada por 2,8 vezes, pois passou de 8,3% para 23,3%, para se estabilizar abaixo de 27% até o ano de 2010.

Em relação ao peso relativo de Teresina no total da população urbana também se percebe idêntico sentido da concentração na capital do Estado. No mesmo período de 1940 a 1991, a população urbana de Teresina, que representava 27,9% do total da população urbana do Piauí, passou para quase 41%, ou seja, aumento de 1,5 vezes. A partir dos anos 1990, Teresina passou a perder população relativamente ao conjunto da população urbana.

Também se pode destacar que o deslocamento concentrado no tempo das grandes massas humanas do campo para as cidades foi caracterizado pela constituição excessiva da oferta de mão de obra frente ao potencial da geração de empregos urbanos. Assim, o mercado nacional de trabalho se constituiu abundante no que se refere à mão de obra, levando em consideração as necessida-

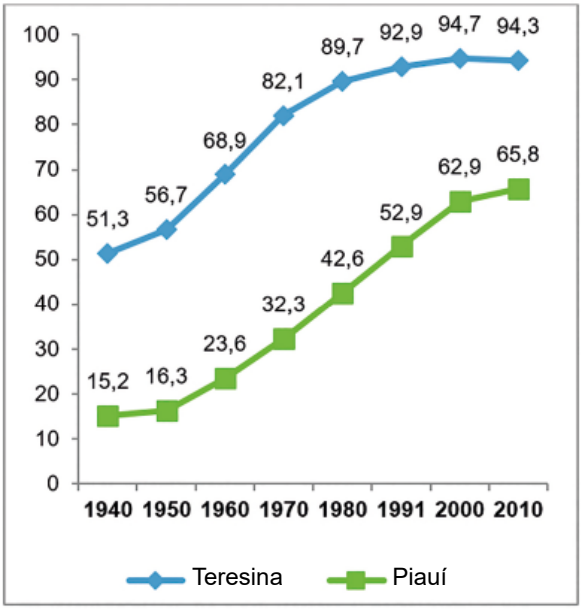
des do setor produtivo, o que levou à prevalência da subocupação, da informalidade nas relações de trabalho, dos baixos rendimentos e do empobrecimento trazido do meio rural para as cidades.

A criação da enorme parcela de brasileiros exposta a relações de trabalhos informais comprometeu a possibilidade dos trabalhadores terem seus salários reais acompanhando, pelo menos, os ganhos de produtividade registrados durante os avanços na sociedade urbana e industrial. Com isso, a transformação de população rural em urbana transcorreu desacompanhada do acesso generalizado ao modo de vida decente e ao padrão de consumo de bens industriais.[27]

Considerava-se, ainda, a ausência da experiência democrática longeva no país, pois compreende-se que parcela significativa da pobreza rural terminou sendo transplantada e generalizada nas cidades. Ou seja, o subdesenvolvimentismo brasileiro se manteve, reproduzindo-se através dos avanços de uma modernização conservadora e associada à manutenção de traços inegáveis do atraso, coniventes com governos e políticas públicas adotadas para a reprodução da pobreza e preservação da dominação ideológica e política dos enriquecidos.

[27] Maior aprofundamento pode ser visto em: BARBOSA, A. *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008; CARDOSO, A. *Trabalhar, verbo transitivo*. Rio de Janeiro: FGV, 2000; DIEESE. A situação do trabalho no Brasil. São Paulo: DIEESE, 2001; GUERRA, A. *et al.*, *Trabalhadores urbanos*: ocupação e queda na renda. São Paulo: Cortez, 2007; POCHMANN, M. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo, 2001.

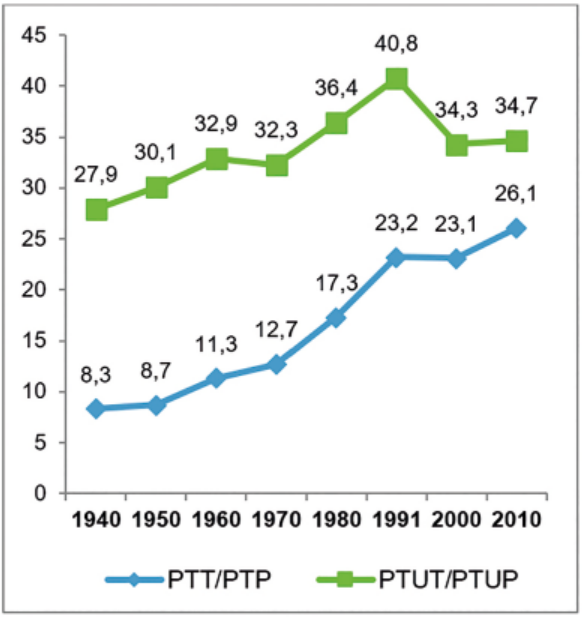
Gráfico 28 – Evolução da taxa de urbanização de Teresina e da taxa de urbanização do estado do Piauí em anos selecionados (em %)



Fonte: IBGE (elaboração própria).

Percebe-se, portanto, que o salto para a sociedade urbana e industrial entre as décadas de 1930 a 1980 implicou acesso extremamente diferenciado da população ao inédito padrão de consumo de bens manufaturados, cuja generalização se deu concentrada nos segmentos de maior renda, sobretudo, aqueles vinculados à grande empresa privada nacional e estrangeira, bem como no setor produtivo estatal e na alta adminstração pública (federal, estadual e municipal). Para a parcela da população submetida aos baixos rendimentos e à informalidade ocupacional, reprodutora da pobreza, o acesso ao padrão de consumo urbano se mostrou extremamente limitado.

Gráfico 29 – Relação da população total de Teresina (PTT) com a do Piauí (PTP) e da população total urbana de Teresina (PTUT) e a do Piauí (PTUP) em anos selecionados (em %)



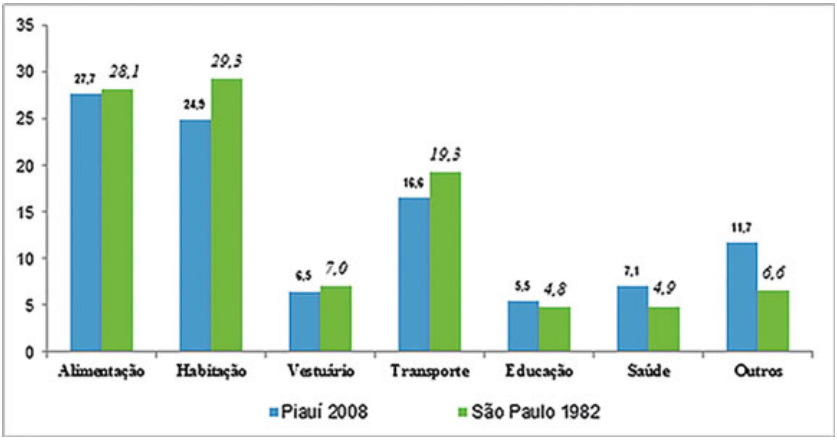
Fonte: IBGE (elaboração própria).

De acordo com a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) realizada no ano de 2008/09, pode-se perceber, por exemplo, como a estrutura de consumo do conjunto da população piauiense daquele ano se aproximava do padrão de consumo dos habitantes da cidade de São Paulo, em 1982. A diferença temporal revela, justamente, a significativa desigualdade que separa a integração da população na sociedade urbana e industrial a partir do território nacional.

Apesar disso, a difusão do padrão de consumo de bens industriais no período mais recente cresceu significativamente

nos domicílios piauienses. No ano de 2015, por exemplo, a posse de geladeira, fogão e televisão estava praticamente universalizada no conjunto da população piauiense, ao passo que no ano de 1982, o padrão de consumo desses bens industriais incluía menos de 40% dos moradores de domicílios particulares permanentes.

Gráfico 30 – Comparação entre a composição da estrutura de consumo no estado do Piauí em 2008 e a da cidade de São Paulo em 1982 (em %)



Fonte: IBGE; Dieese (elaboração própria).

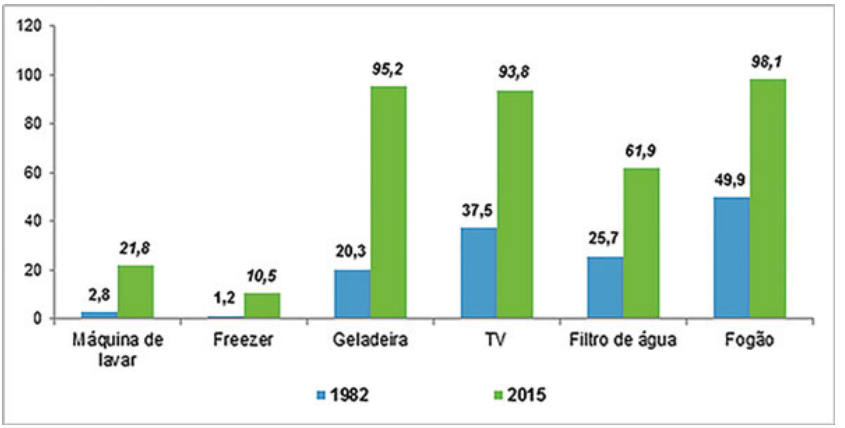
Outros bens industriais, mesmo com aceleração da posse de bens entre 1982 e 2015, permaneceram ainda contidos no conjunto da população. Isso parece ter sido a situação de aquisição da máquina de lavar e do *freezer*, por exemplo, entre os piauienses.

Em grande medida, a condição de periferia imposta aos estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, como no caso do Piauí, prevaleceu entre as décadas de 1930 a 1980, quando o avanço da sociedade urbana e industrial ocorreu extremanente

desigual no território nacional. Nesse sentido, as políticas de concentração industrial nas regiões Sul e Sudeste vigentes na época concediam, parcialmente, às demais regiões a possibilidade de integração parcial através de inciativas governamentais, tal como infraestrutura relacionada à expansão da malha rodoviária nacional.

Nos anos de 1960, por exemplo, as novas rodovias abertas no país favoreceram o entrocamento dos estados do Maranhão, Piauí, Pernambuco e Bahia, com repercussões importantes para os estados, especialmente as suas capitais. A melhora e ampliação da infraestrutura naquela oportunidade se mostraram essenciais, porém insuficientes ao atendimento pleno e decente das necessidades do total da população nos estados naquela época.

Gráfico 31 – Piauí: Evolução da posse de bens industriais nos domicílios particulares permanentes em 1982 e 2015 (em %)



Fonte: IBGE (elaboração própria).

Da mesma forma, as ações derivadas da implantação do planejamento governamental nas áreas de infraestrutura urbana,

como energia, habitação popular e saneamento exigiu nova institucionalidade estabelecida por órgãos públicos nos estados. No caso do Piauí, isso ocorreu por meio da localização da sede de novos órgãos concentrados em Teresina, a capital que abrigou, por exemplo, a sede da Companhia Energética do Piauí S.A. (CEPISA), da Águas e Esgotos do Piauí S.A. (AGESPISA) e da Companhia de Habitação do Piauí (COHAB), entre outras.

Por conta disso, as regiões terminaram reproduzindo o processo nacional de desenvolvimento desigual no interior dos estados e municípios. Exemplo disso, a concentração de empresas, públicas e privadas, e por consequência, das ocupações na capital do Estado ou em sua região metropolitana.

Nesse sentido, o traço comum nos estados das regiões periféricas da sociedade urbana e industrial foi o papel determinante dos governos municipais e estaduais na geração de postos de trabalho formais. Para além do emprego, o setor público passou a exercer papel-chave nas possibilidades de avanço da modernização e urbanização no Piauí, bem como a inclusão da população no padrão de consumo de bens industriais.

A concentração das funções estatais e dos investimentos públicos em Teresina terminou por ampliar ainda mais o desequilíbrio entre a capital e o interior do Estado. Diante do melhor desempenho econômico e maior potencial de abertura de empregos, a capital atraiu importante fluxo demográfico decorrente da transferência do interior agrário para a urbanidade da grande cidade.

Em sequência, a imediata expansão das demandas por habitação e condições decentes de vida urbana, o que gerou possibilidades adicionais de expansão da especulação imobiliária e, por consequência, apartação social no território das cidades. O maior fluxo na oferta de mão de obra em relação ao da demanda

local de trabalho permitiu reproduzir condições generalizadas de pobreza através de ocupações de baixa remuneração e subempregos precário, em geral, favorável à sustentação de uma massa de serviços aos segmentos de média e alta renda residentes nas grandes cidades.

Com isso, a proliferização da desigualdade nas condições de vida e moradia indecentes e espalhadas pelo território distante do centro urbano das cidades. Esse traço importante do processo de urbanização do Piauí guardou, em grande medida, identidade com o verificado em outras partes do Brasil. Não se tratou, por exemplo, de especificidade local.

Mais recentemente, contudo, a transição para sociedade de serviços vem sendo acompanhada de melhora inquestionável na infraestrutura dos municípios do interior do Estado, bem como a dinâmica especial no sul do Piauí pelo agronegócio. O resultado tem sido certa desaceleração da migração campo-cidade e a elevação da qualidade de vida para todos, conforme tratado a seguir.

3.1 Desempenho econômico dos municípios piauienses

Esta seção tem como finalidade realizar um diagnóstico do desenvolvimento econômico nos municípios piauienses a partir do início dos anos 2000. O recorte temporal utilizado refere-se ao período de crescimento econômico brasileiro (2002-2014) e ao período de recessão econômica pelo qual o país vem passando (2015-2016). No caso dos municípios, utilizou-se o ano de 2016 como último analisado, por se tratar do período mais atualizado da série histórica do Sistema de Contas Regionais disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

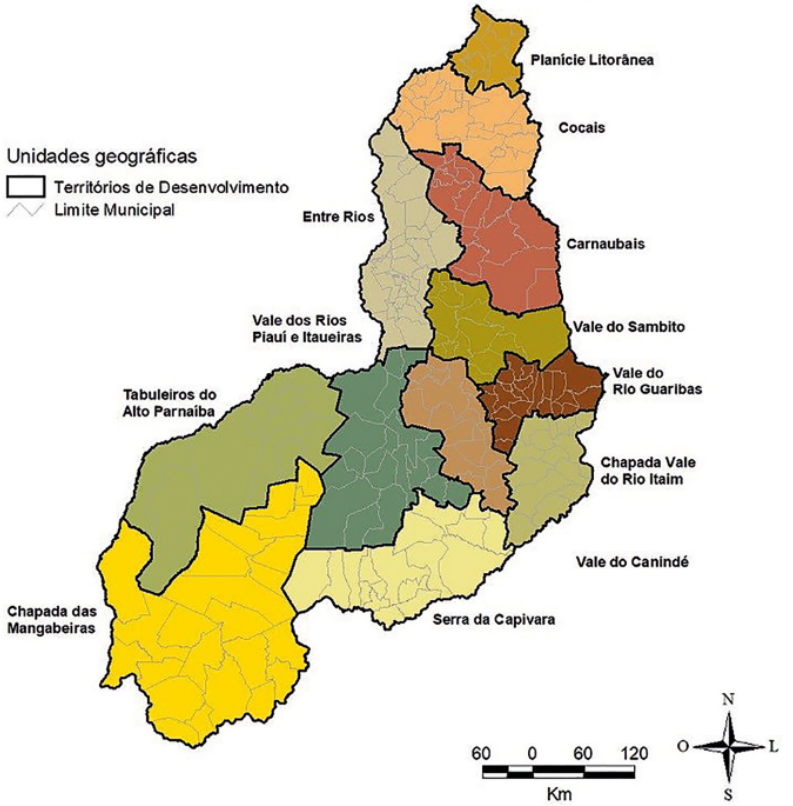
O recorte geográfico considerou os atuais 224 municípios que compõem a unidade federativa do Piauí, assim como suas agregações territoriais em 12 Territórios de Desenvolvimento. Os Territórios de Desenvolvimento foram estabelecidos pelo governo estadual do Piauí por meio da Lei Complementar nº 87/2007 e modificado pela Lei 6967/2017. Assim, segundo o texto das leis citadas os territórios tratam-se de "unidades de planejamento da ação governamental, visando a promoção do desenvolvimento sustentável do Estado, a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população piauiense, através da democratização dos programas, das ações e da regionalização do orçamento".

O objetivo central do presente trabalho foi analisar como se deu o processo de geração de riquezas no território piauiense nos períodos de crescimento e crise econômica. Nesse sentido, optou-se em dividir a evolução do PIB Real segundo níveis de variação média anual, sendo os municípios agrupados em cinco categorias: variação abaixo de -6,3%; de -6,2% a 0%; de 0,1% a 2,9%; de 3% a 5,4%; e acima de 5,5%.

A investigação também se propôs a analisar a variação do PIB segundo as seguintes tipologias: cidades-polo e do entorno, semiárido, urbano e rural, hierarquia urbana, tamanho do município, dependência orçamentária dos entes federados e capacidade de investimento. A pesquisa também buscou caracterizar os municípios piauienses de acordo com os setores econômicos predominantes (primário, secundário e terciário).

Por fim, o estudo também buscou investigar o processo de concentração e desigualdade do PIB e do valor adicionado bruto dos setores de atividade econômica via Índice de Gini e outros indicadores de desigualdade. A produtividade de cada setor de atividade econômica foi mensurado pela relação entre o valor adicionado e a quantidade de trabalhadores formais.

Mapa 02 – Distribuição dos Territórios de Desenvolvimento. Piauí, 2007



Fonte: Governo do Estado do Piauí.

Predominantemente, o estudo utilizou-se de métodos de tradição quantitativa por meio da exploração de dados secundários que atendessem aos objetivos da pesquisa. As principais bases de dados exploradas foram Produto Interno Bruto dos Municípios e as Estimativas Populacionais, ambas disponibilizadas pelo IBGE, bem como dados do Tesouro nacional e da RAIS disponibilizada pelo Ministério do Trabalho. Além disso, também foi reali-

zada análise documental que considerou os principais estudos de referência sobre a questão econômica já elaborados pelo Governo do Estado do Piauí, os quais destacam-se a produção da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (CEPRO) e o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Piauí.

3.1.1 Evolução do PIB nos Territórios de Desenvolvimento e municípios piauienses no período 2002-2014 e 2015-2016

Ao se considerar o desempenho do PIB neste começo do século 21, pode-se identificar dois períodos distintos na evolução da economia brasileira e piauiense. No primeiro, verificado até 2014, constata-se a trajetória do crescimento econômico, geração de emprego e avanços sociais fomentados articuladamente pelos governos federal e do estado do Piauí. Verifica-se, também, redução nas desigualdades regionais associadas à geração de riquezas em unidades federativas que historicamente haviam ficado à margem do desenvolvimento econômico do país. Destacam-se, por exemplo, os municípios das regiões Norte e Nordeste, nos quais se inclui grande parte das cidades do Piauí, Amazonas, Maranhão, Acre, Paraná, Ceará, Pará e Mato Grosso.

O segundo período de tempo, que compreende os anos de 2015 e 2016, caracteriza-se pela crise econômica, desestruturação do mercado de trabalho e instabilidade política. O impacto da recessão ocorreu em parcela significativa das regiões brasileiras e também afetaram os municípios piauienses, que assistiram uma inversão no contexto de crescimento econômico que havia vivido desde o início dos anos 2000.

No período entre 2002 e 2014, o PIB piauiense obteve um crescimento médio acumulado de 86,4% e um crescimento

médio anual real[28] de 5,3%. Em valores nominais, o PIB do Piauí passou de R$ 7,1 bilhões para R$ 37,7 bilhões em igual período.

Em 2015, o PIB piauiense decresceu 1,1% em relação a 2014. Em 2016, a queda do PIB foi ainda maior e correspondeu a -6,3% em relação ao ano anterior, sendo o valor nominal do PIB de R$ 41,4 bilhões. O principal setor afetado foi o agropecuário que passou por uma queda na produção de grãos em 2016. As quedas do PIB do período 2015-2016 foram as maiores desde 2002, período que se iniciou a série compatibilizada pelo IBGE. O maior crescimento anual do PIB piauiense foi de 7,7%, registrado entre 2003 e 2004.

Tabela 02 – Evolução do Produto Interno Bruto. Piauí, 2002-2016

Ano	PIB Nominal (em R$ 1.000)	PIB real Cres. Acumulado (2002 = 100)	PIB real Var. em relação ao ano anterior (%)
2002	7.123	100,0	-
2003	8.415	105,7	5,7
2004	9.406	113,8	7,7
2005	10.712	118,3	3,9
2006	13.360	124,9	5,6
2007	13.736	131,6	5,4
2008	16.203	139,8	6,2
2009	18.946	148,6	6,3
2010	22.269	154,9	4,2
2011	25.941	162,9	5,2
2012	28.638	173,0	6,1
2013	31.284	177,0	2,3
2014	37.723	186,4	5,3
2015	39.148	184,4	-1,1
2016	41.406	172,7	-6,3

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2002-2016.

[28] Para obter o PIB em valores reais utilizou-se o deflator implícito do PIB divulgado pelo IBGE/Sistema de Contas Regionais.

Do ponto de vista regional, observaram-se diferentes padrões de concentração e variação do PIB no período de crescimento e de crise econômica. Ao longo do período estudado, o território de desenvolvimento Entre Rios foi o principal concentrador econômico do Piauí, sendo que sua participação representou mais da metade de toda a riqueza gerada no Estado. Isso se deve especialmente à capital Teresina, que chega a concentrar 46% do PIB estadual e 26,4% da população do Estado. A capital teve o setor de serviços como atividade principal, representando em torno de 80% do valor adicionado.

Apesar de o território de desenvolvimento Entre Rios concentrar a maior parte do PIB, no período de crescimento econômico (2002-2014), essa região obteve um crescimento médio anual de 4,9% – abaixo da média estadual de 5,3%.

Por outro lado, os territórios de desenvolvimento menos representativos, como Tabuleiros do Alto Parnaíba e Chapada das Mangabeiras, obtiveram crescimento médio anual real do PIB de 10,9% e 8,1% no período 2002-2014, respectivamente. Esses dois territórios juntos tiveram níveis de crescimento econômico superiores ao da China, bem como assistiram sua participação no PIB do Estado aumentar de 7,3% para quase 12%, em igual período. Esses territórios eram, em sua maioria, compostos de municípios de base agrária, tendo como predominância o setor agropecuário.

O período de crise econômica reverteu a tendência de crescimento e todos os territórios de desenvolvimento assistiram à queda real do PIB entre 2015 e 2016. Os territórios mais afetados foram justamente os que haviam vivenciado maior dinamismo econômico, portanto, Tabuleiros do Alto Parnaíba e Chapada das Mangabeiras que obtiveram uma variação negativa do PIB de -32,1% e -24,7%, respectivamente – motivado pelo setor agrope-

cuário. Esses dois territórios juntos viram sua participação no PIB estadual cair de 12,4% para 9,4%, entre 2015 e 2016.

Tabela 03 – Distribuição dos territórios de desenvolvimento segundo a variação do PIB real e participação relativa no PIB. Piauí, 2002-2016

Territórios de Desenvolvimento	Variação média anual do PIB (%)		Participação relativa no PIB (%)				Nº Municí-pios
	Var 2002/2014	Var 2015/2016	2002	2014	2015	2016	
Tabuleiros do Alto Parnaíba	10,9	-32,1	3,3	6,2	6,3	4,5	12
Chapada das Mangabeiras	8,1	-24,7	4,0	5,5	6,1	4,9	24
Vale dos Rios Piauí e Itaueiras	5,5	-2,1	4,1	4,1	4,2	4,4	19
Serra da Capivara	5,3	-2,8	2,6	2,6	2,7	2,8	18
Planície Litorânea	5,1	-3,7	6,7	6,5	6,8	7,0	11
Vale do Rio Guaribas	5,1	-2,1	6,0	5,9	5,9	6,1	23
Vale do Canindé	5,1	-1,7	2,3	2,3	2,4	2,5	17
Cocais	4,9	-2,6	6,8	6,5	6,8	7,0	22
Entre Rios	4,9	-3,8	56,3	53,3	51,5	52,8	31
Carnaubais	4,7	-0,7	3,2	3,0	3,1	3,3	16
Chapada Vale do Rio Itaim	4,5	-1,3	2,3	2,1	2,3	2,4	16
Vale do Sambito	3,8	-2,0	2,3	2,0	2,0	2,1	15
Total	5,3	-6,3	100,0	100,0	100,0	100,0	224

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2002-2016.

Entre 2015 e 2016, o território Entre Rios, que inclui a capital Teresina, aumentou sua participação no PIB estadual de 51,5% para 52,8%, apesar de ter tido uma variação média anual real do PIB negativa de 3,8% – mesmo assim, situando-se abaixo da média estadual de -6,3% para o período.

Para analisar a evolução da geração de riquezas intra-estadual optou-se em dividir a evolução do PIB, segundo níveis de variação média anual do PIB Real. Assim, os municípios foram agrupados em cinco categorias: variação abaixo de -6,3%; de -6,2% a 0%; de 0,1% a 2,9%; de 3% a 5,4%; e acima de 5,5%.

Tabela 04 – Distribuição dos municípios segundo territórios de desenvolvimento e faixas de variação do PIB Real. Municípios do Piauí, 2002-2014

Territórios de Desenvolvimento	De -6,3% a 0%		De 0,1% a 2,9%		De 3% a 5,4%		Acima de 5,5%		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Carnaubais	0	0,0	1	6,3	10	62,5	5	31,3	16	100,0
Chapada das Mangabeiras	0	0,0	3	12,5	9	37,5	12	50,0	24	100,0
Chapada Vale do Rio Itaim	1	6,3	1	6,3	7	43,8	7	43,8	16	100,0
Cocais	0	0,0	0	0,0	18	81,8	4	18,2	22	100,0
Entre Rios	1	3,3	4	13,3	20	66,7	5	16,7	30	100,0
Planície Litorânea	0	0,0	0	0,0	9	81,8	2	18,2	11	100,0
Serra da Capivara	0	0,0	0	0,0	13	72,2	5	27,8	18	100,0
Tabuleiros do Alto Parnaíba	0	0,0	1	8,3	3	25,0	8	66,7	12	100,0
Vale do Canindé	0	0,0	0	0,0	13	76,5	4	23,5	17	100,0
Vale do Rio Guaribas	0	0,0	2	9,1	15	68,2	5	22,7	22	100,0
Vale do Sambito	0	0,0	4	26,7	10	66,7	1	6,7	15	100,0
Vale dos Rios Piauí e Itaueiras	0	0,0	4	21,1	11	57,9	4	21,1	19	100,0
Total	2	0,9	20	9,0	138	62,2	62	27,9	222	100,0

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2002-2014.

No período 2002-2014, ao distribuir os territórios de desenvolvimento e os municípios do estado do Piauí, segundo padrões de evolução do PIB, observou-se diferenças regionais. Ao focalizar o olhar nos municípios que tiveram maiores níveis de crescimento médio anual, nota-se, a partir da tabela a seguir, que 27,9% das cidades piauienses (62 municípios) apresentaram crescimento superior a 5,5% entre 2002 e 2014. Pouco mais de 67% dos municípios localizados no território de desenvolvimento de Tabuleiros do Alto Parnaíba se enquadraram na faixa acima de 5,5% de crescimento do PIB. Em seguida, os territórios de desenvolvimento de Chapada de Mangabeiras e Chapada Vale Rio Itaim se destacaram por terem 50% e 43,8% dos seus municípios com crescimento maior que 5% do PIB, respectivamente. Os demais territórios obtiveram menos de 31% de seus municípios com crescimento acima de 5% no período 2002-2014.

Os dois anos de crise econômica alteraram drasticamente o ciclo de crescimento do período anterior. A quantidade de cidades com crescimento médio do PIB de 5,5% caiu para 2,7% (correspondente a seis municípios) e regionalizadas de forma difusa nos territórios Tabuleiros do Alto Parnaíba, Chapada das Mangabeiras, Chapada Vale do Rio Itaim, Vale do Canindé, Vale do Rio Guaribas, Vale dos Rios Piauí e Itaueiras.

Por outro lado, 27,7% das cidades tiveram forte redução do PIB com variação entre -62,3% e -6,2% (correspondente a 62 municípios). Entre os municípios situados nesta faixa de redução do PIB destacam-se, proporcionalmente, os pertencentes aos territórios Tabuleiros do Alto Parnaíba (75% das cidades) e Chapada das Mangabeiras (54,2%) – exatamente os territórios que tinham a maior quantidade de municípios com elevado crescimento do PIB no período 2002-2014.

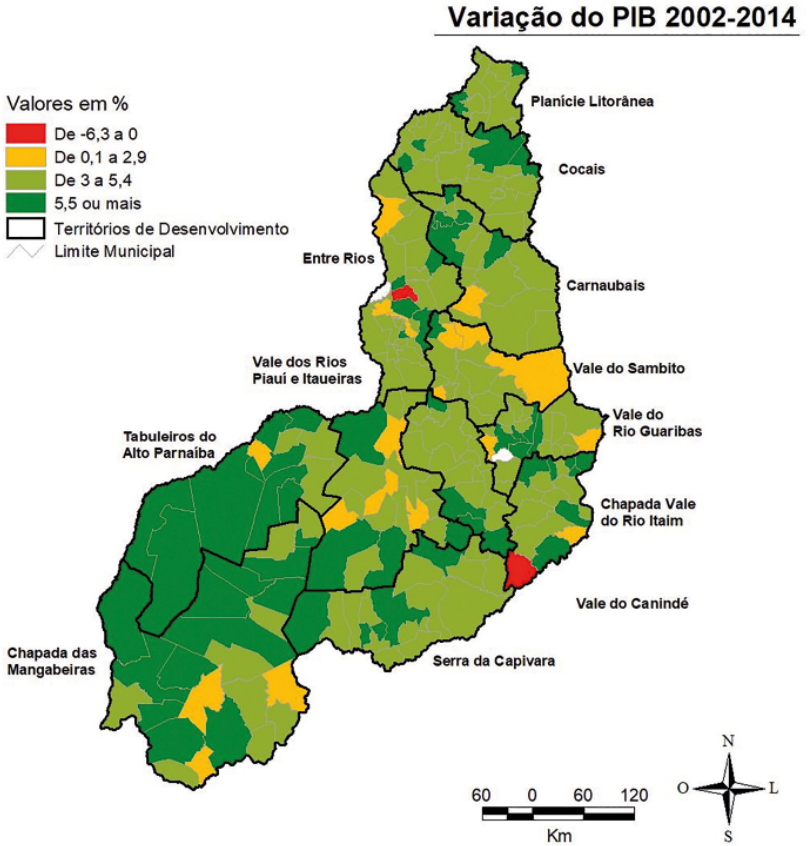
Tabela 05 – Distribuição dos municípios segundo territórios de desenvolvimento e faixas de variação do PIB Real. Piauí, 2015-2016

Territórios de Desenvolvimento	Abaixo de -6,2%		De -6,3% a 0%		De 0,1% a 2,9%		De 3% a 5,4%		Acima de 5,5%		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Carnaubais	2	12,5	10	62,5	2	12,5	2	12,5	0	0,0	16	100,0
Chapada das Mangabeiras	13	54,2	10	41,7	0	0,0	0	0,0	1	4,2	24	100,0
Chapada Vale do Rio Itaim	4	25,0	7	43,8	1	6,3	3	18,8	1	6,3	16	100,0
Cocais	2	9,1	18	81,8	2	9,1	0	0,0	0	0,0	22	100,0
Entre Rios	10	32,3	15	48,4	6	19,4	0	0,0	0	0,0	31	100,0
Planície Litorânea	0	0,0	5	45,5	4	36,4	2	18,2	0	0,0	11	100,0
Serra da Capivara	6	33,3	8	44,4	4	22,2	0	0,0	0	0,0	18	100,0
Tabuleiros do Alto Parnaíba	9	75,0	2	16,7	0	0,0	0	0,0	1	8,3	12	100,0
Vale do Canindé	2	11,8	12	70,6	2	11,8	0	0,0	1	5,9	17	100,0
Vale do Rio Guaribas	6	26,1	13	56,5	2	8,7	1	4,3	1	4,3	23	100,0
Vale do Sambito	2	13,3	9	60,0	2	13,3	2	13,3	0	0,0	15	100,0
Vale dos Rios Piauí e Itaueiras	6	31,6	11	57,9	0	0,0	1	5,3	1	5,3	19	100,0
Total	62	27,7	120	53,6	25	11,2	11	4,9	6	2,7	224	100,0

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2015-2016.

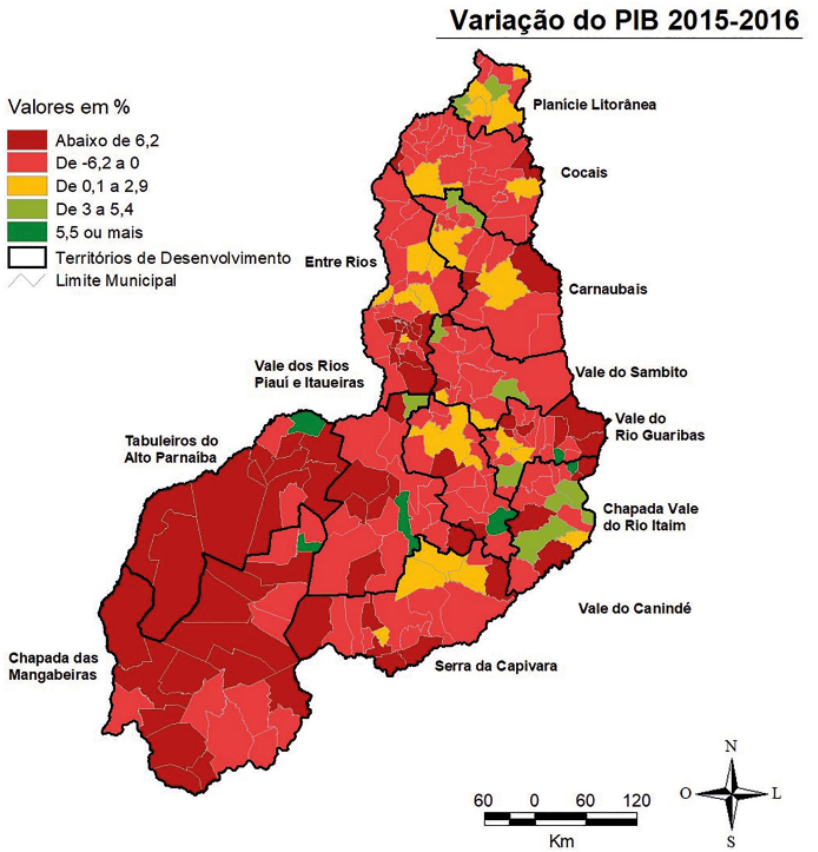
A comparação entre os mapas a seguir permite observar as diferenças já mencionadas entre o crescimento da economia do Piauí no período 2010-2014 e o período recessivo de 2015-2016. O próximo mapa demonstra que o crescimento desse período se concentrou em municípios dos territórios de Tabuleiros do Alto Parnaíba e Chapada das Mangabeiras. Por sua vez, o forte impacto da recessão é prontamente percebível no mapa que se baseia nos resultados de 2015 a 2016.

Mapa 03 – Distribuição dos municípios segundo a variação do PIB Real. Piauí, 2002-2014



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2002-2014.

Mapa 04 – Distribuição dos municípios segundo a variação do PIB Real. Piauí, 2015-2016



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2015-2016.

3.1.2 Evolução do PIB por meio de tipologias de análise territorial

A seção buscou analisar a variação média do PIB no período de crescimento e crise econômica do Piauí classificando os

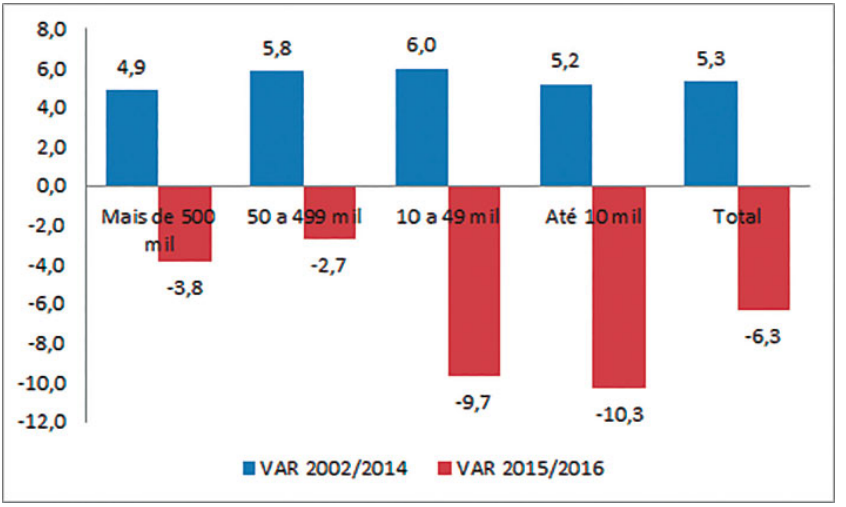
municípios segundo as seguintes tipologias: cidades-polo e do entorno, semiárido, rural e urbano, hierarquia urbana e tamanho do município. Vale ressaltar que os mapas classificando cada município, segundo as tipologias utilizadas, encontram-se no Anexo.

Tamanho do município

Os municípios com população entre 10 mil e 49 mil habitantes (categoria pequeno 2) e os de médio porte (população ente 50 e 499 mil) correspondem a 58 municípios e 4 municípios, respectivamente. Entre 2002 e 2014, os municípios pertencentes a essas duas categorias foram os que mais cresceram, com variação média anual do PIB de 6% e 5,8%, respectivamente.

Em 2015 e 2016, os municípios piauienses assistiram à queda do PIB em todas as categorias de porte populacional. Os municípios menores foram os mais afetados pela redução da geração de riquezas. Os municípios com até 10 mil habitantes (categoria pequeno 1) representam 161 municípios e tiveram uma variação média anual do PIB de -10,3% no período analisado. Por sua vez, os municípios com população entre 10 mil e 49 mil (pequeno 2) assistiram a uma redução de -9,7% do PIB entre 2015-2016.

Gráfico 32 – Variação média anual do PIB Real segundo o tamanho do município. Municípios do Piauí, 2002-2014 e 2015-2016 (em %)

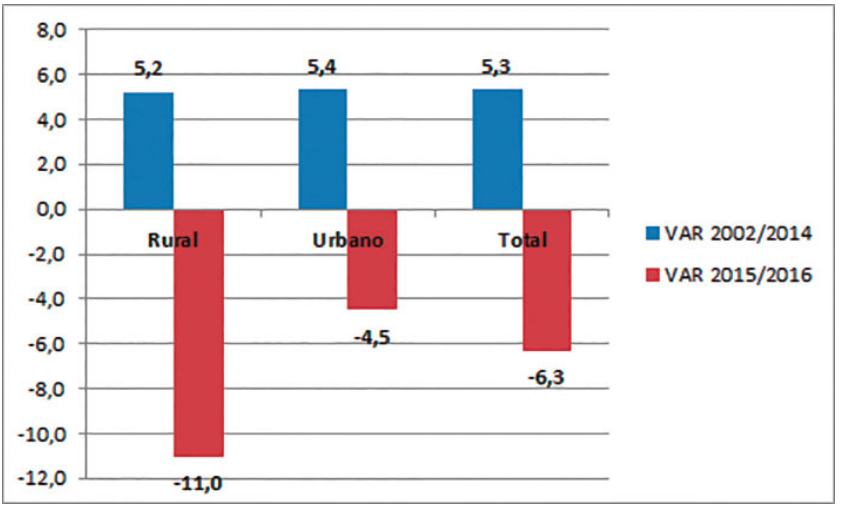


Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2002-2016.

Situação urbana e rural

A maioria dos municípios piauienses foi considerada rural segundo classificação do IBGE, correspondente a mais de 190 localidades do Estado. Entre o período 2002 e 2014, os municípios urbanos e rurais tiveram taxas médias de crescimento do PIB muito similares – um pouco mais de 5% de crescimento médio anual. No entanto, no cenário de crise predominante entre 2015 e 2016, os municípios rurais foram os mais atingidos pela evolução negativa do PIB. Para os rurais, a variação média anual do PIB foi de -11%, enquanto a das localidades urbanas foi de -4,5%.

Gráfico 33 – Variação média anual do PIB Real segundo a situação urbana e rural. Municípios do Piauí, 2002-2014 e 2015-2016 (em %)



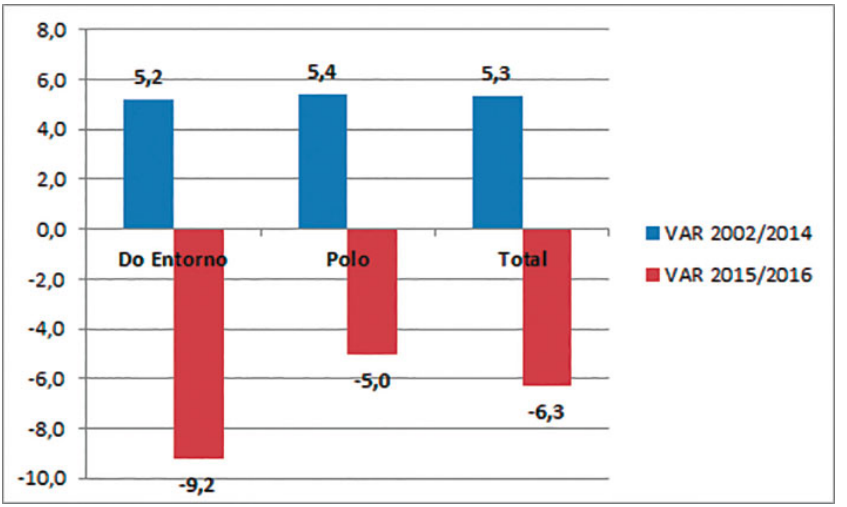
Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2002-2016.

Municípios-polo e do entorno

Segundo classificação do IBGE, 21 localidades piauienses eram consideradas municípios-polo, que atraem os moradores das cidades do entorno para a realização de atividades econômicas e sociais, como Teresina, São João do Piauí, Floriano, Água Branca e Uruçuí. Essas cidades se destacam dentre os demais núcleos urbanos menores e exercem grande influência em seu entorno.

Entre 2002 e 2014, o crescimento do PIB foi parecido para os municípios-polo e também para os situados no entorno da cidade-polo. No entanto, no período de crise econômica iniciado em 2015, ocorreu queda do PIB para as duas categorias, sendo que as cidades polo foram as menos afetadas. Para as cidades-polo, a variação média anual do PIB foi de -5%, enquanto para os municípios do entorno foi de -9,2%.

Gráfico 34 – Variação média anual do PIB Real segundo a região imediata. Municípios do Piauí, 2002-2014 e 2015-2016 (em %)



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2002-2016.

Hierarquia urbana

A hierarquia urbana é uma classificação dos municípios elaborada pelo IBGE que considera a posição relativa de um centro urbano (sede de município) ou de um arranjo populacional no conjunto funcionalmente articulado de cidades do território brasileiro. Ela é aferida por meio da quantificação de suas funções (presença de instituições e empresas) e do grau de centralidade em relação ao deslocamento de moradores de outros municípios em busca de bens e serviços. O estudo Regiões de Influência das Cidades 2007, divulgado pelo IBGE, em 2008, identificou 11 posições no território brasileiro, nas quais quatro posições são aplicáveis para o estado do Piauí: Capital Regional, Centro de Zona, Centro Local, Centro Sub-regional.

No caso do Piauí, a categoria Capital Regional é hierarquicamente a mais influente e é composta pela cidade de Teresina (núcleo da capital) e Demerval Lobão (integrante). Segundo o IBGE, essas cidades têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino para um conjunto de atividades, por um grande número de municípios. No período de crescimento (2002-2014), a variação média anual do PIB, dessa categoria, foi de 4,9%, enquanto no período de crise econômica foi de -3,8%.

As cidades da categoria Centro Sub-regional correspondem a cinco municípios: Campo Maior, Floriano, Parnaíba, Picos e São Raimundo Nonato. Estas cidades são centros com atividades de gestão menos complexas se comparado à capital, têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com a capital.

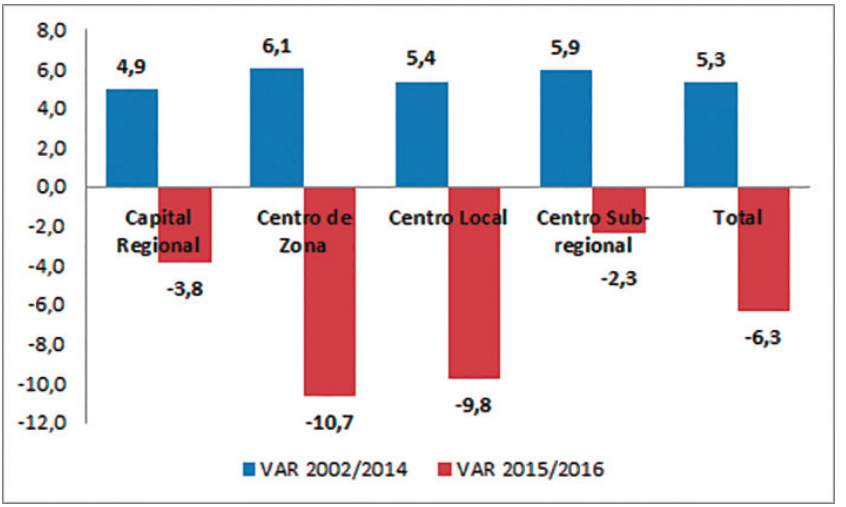
As cidades da categoria Centro Sub-regional tiveram crescimento médio anual do PIB de 5,9% entre 2002-2014, além disso, foram as menos atingidas pelos efeitos da crise com uma redução de 2,3% do PIB, entre 2015-2016.

De acordo com o IBGE, as cidades da categoria Centro de Zona são de menor porte e com atuação restrita à sua área de atuação imediata, bem como exercem funções de gestão elementares. Essa categoria é composta de 29 cidades, entre elas Água Branca, Bom Jesus, Piripiri e Uruçuí. Entre 2002-2014 foi o grupo de cidades com maior crescimento médio anual (6,1%), mas entre 2015-2016 foi a que mais perdeu com a crise – queda no PIB de -10,7%.

Por fim, a categoria Centro Local é composta pela maioria dos municípios piauienses (188 cidades), cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes e têm população dominantemente inferior a 10 mil habitantes. No período 2002-2014, o grupo de ci-

dades da categoria Centro Local tiveram um crescimento médio anual do PIB de 5,4%, portanto próximo à média estadual. Entre 2015-2016, a categoria Centro Local esteve entre as cidades com maior redução do PIB, correspondente a -9,8%.

Gráfico 35 – Variação média anual do PIB Real segundo a hierarquia urbana. Municípios do Piauí, 2002-2014 e 2015-2016 (em %)



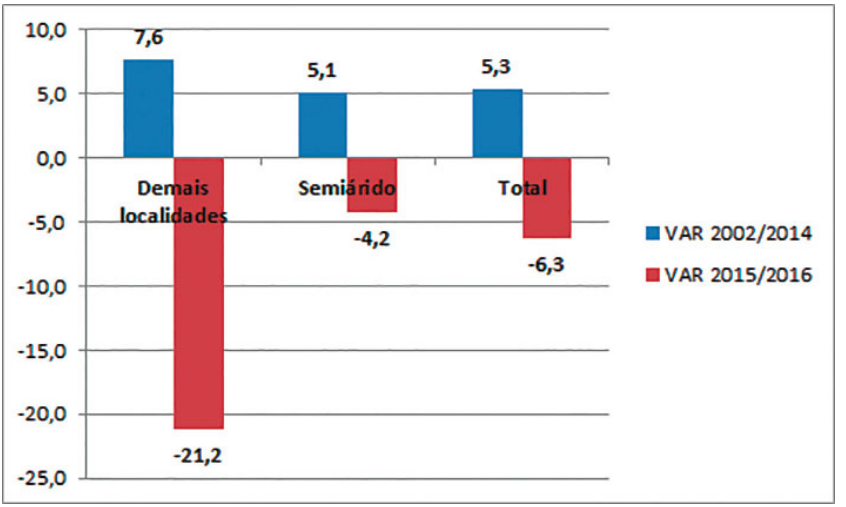
Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2002-2016.

Semiárido

O semiárido piauiense possui como características mais marcantes as altas temperaturas, seguidas de longos períodos de estiagem, solo pedregoso e escassez de água. Dos 224 municípios do Piauí, 185 deles (82%) estão inseridos na região semiárida. Ao todo, 200 mil km^2 da área territorial do Estado são do semiárido, envolvendo uma população total de 2.805.394 habitantes, inclusive Teresina, e as cidades litorâneas estão inseridas na delimitação.

Entre 2002-2014 os municípios do semiárido tiveram um crescimento médio anual do PIB de 5,1%, contra 7,6% das demais localidades. Já no período 2015-2016, os municípios pertencentes ao semiárido piauiense sofreram uma queda em menor proporção se comparado aos demais municípios, correspondente a -4,2%, contra -21,2% das demais localidades do Estado.

Gráfico 36 – Variação média anual do PIB Real segundo a área do semiárido. Municípios do Piauí, 2002-2014 e 2015-2016 (em %)



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2002-2016.

3.1.3 Valor Adicionado Bruto por setores de atividade econômica

A seguir, apresenta-se uma análise territorial segundo o comportamento do Valor Adicionado Bruto (VAB). De acordo com o IBGE, o VAB é o valor que a atividade agrega aos bens e

serviços consumidos no seu processo produtivo. Dessa maneira, é a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

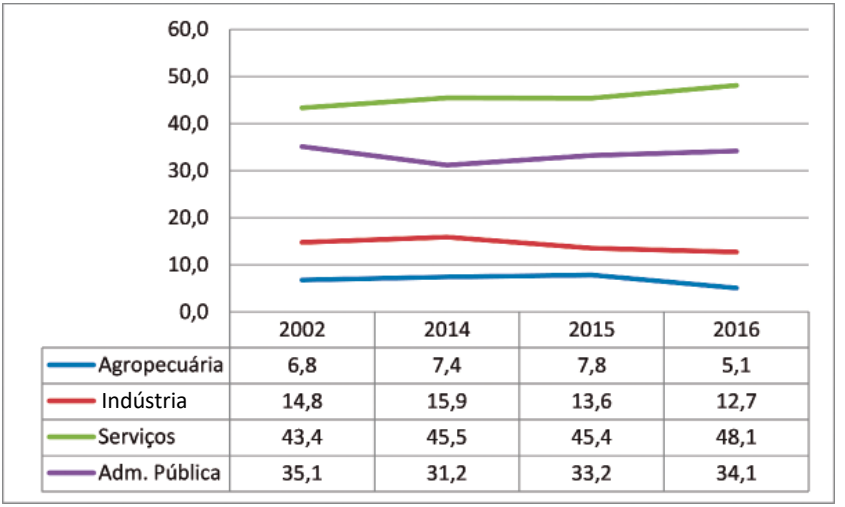
Independente do período analisado na série histórica 2002-2016, o setor econômico que mais gerou riquezas no Estado foi o de serviços, especialmente por ser a atividade predominante na capital Teresina, que detêm quase a metade do PIB do Estado. Entre 2002 e 2014, o setor de serviços aumentou sua participação no valor adicionado total de 43,4% para 45,5%. Já no período de crise (2015-2016) continuou ganhando participação no valor adicionado, ampliando de 45,4% para 48,1%.

A administração pública é a segunda atividade que mais contribuiu para o valor adicionado no período abordado, sendo a principal atividade econômica na maioria dos municípios do Estado. No período de crescimento econômico (2002-2014) reduziu-se a participação no valor adicionado total de 35,1% para 31,2%, enquanto, no período de crise (2015-2016) a administração pública aumentou sua participação de 33,2% para 34,1%.

A indústria é o terceiro maior gerador de riquezas e no momento de crescimento econômico do Piauí ampliou sua participação de 14,8% para 15,9%. Entretanto, no momento de crise econômica (2015-2016) viu sua participação cair de 13,6% para 12,7%.

Nesse aspecto, a agropecuária vinha aumentando sua participação no valor adicionado entre 2002 e 2014, passando de 6,8% para 7,4%. No primeiro ano da crise (2015), ainda continuou ganhando participação em relação ao ano anterior, mas entre 2015 e 2016 viu sua participação reduzir de 7,8% para 5,1%.

Gráfico 37 – Participação do Valor Adicionado Bruto do PIB segundo os setores de atividade econômica. Piauí, 2002-2016 (em %)



	2002	2014	2015	2016
Agropecuária	6,8	7,4	7,8	5,1
Indústria	14,8	15,9	13,6	12,7
Serviços	43,4	45,5	45,4	48,1
Adm. Pública	35,1	31,2	33,2	34,1

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2002-2016.

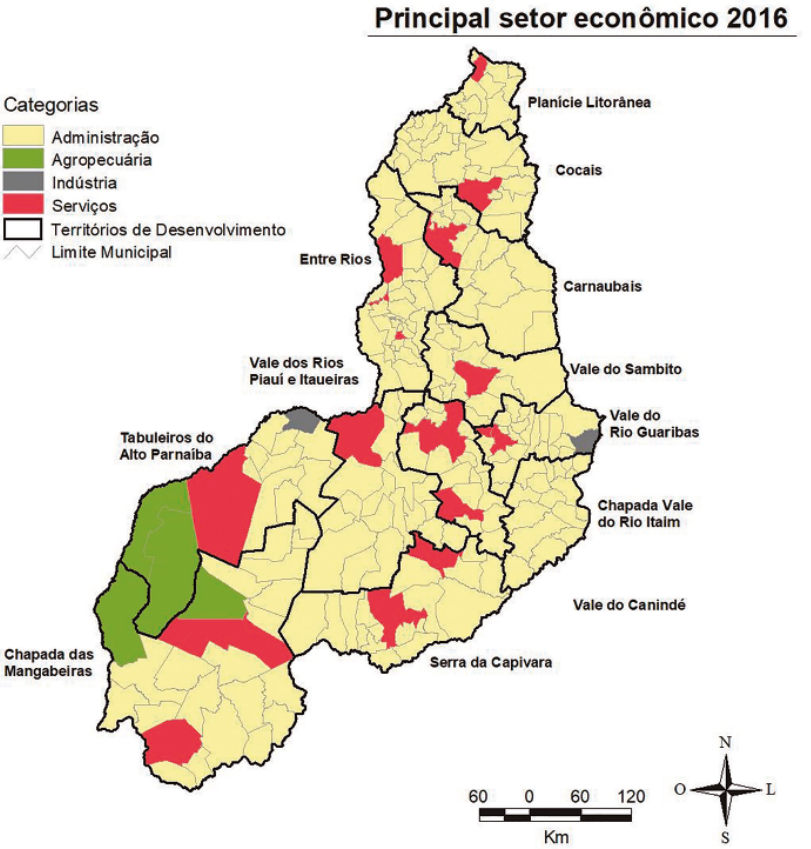
Em 2016, verificaram-se diferentes padrões de interação do território piauiense ao considerar o principal setor de atividade econômica do município, ou seja, o Valor Adicionado Bruto do setor que mais contribuiu para o PIB. Destaca-se a importância do setor de administração pública, que inclui defesa, educação, saúde pública e seguridade social em 90,2% dos municípios do Estado. Ou seja, em 202 municípios piauienses a administração pública foi a atividade que mais contribuiu para o valor adicionado total do PIB. Por sua vez, os serviços (exceto administração pública) apresentavam grande relevância em 16 municípios, além da capital Teresina, tais como: Água Branca, Bom Jesus, Campo Maior, Dom Expedito Lopes, Floriano, Oeiras, Parnaíba, Picos, Piripiri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Simplício Mendes, Uruçuí, Valença do Piauí e Corrente.

A indústria foi o principal setor de atividade econômica de dois municípios: Fronteiras e Guadalupe. Em Fronteiras merece destaque a indústria de transformação, enquanto em Guadalupe são relevantes as atividades de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação.

Por fim, a agricultura é o Valor Adicionado Bruto do setor que mais contribuiu para o PIB em quatro localidades: Baixa Grande do Ribeiro, Currais, Ribeiro Gonçalves e Santa Filomena, estes são municípios pertencentes aos territórios de desenvolvimento de Tabuleiros do Alto Parnaíba e Chapada das Mangabeiras.

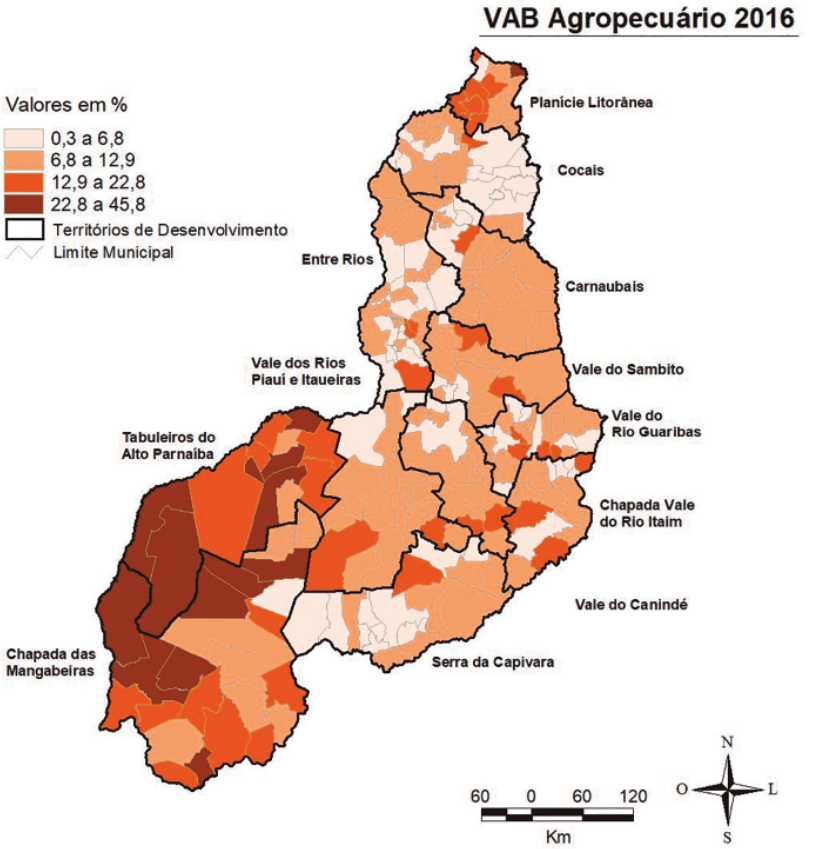
Ao detalhar um pouco mais a questão setorial, notam-se diferenças regionais relevantes na desagregação da participação do valor adicionado do PIB pelos setores de atividade econômica. Quanto à participação do setor primário no valor adicionado, destacam-se os territórios de desenvolvimento de Tabuleiros do Alto Parnaíba e Chapada das Mangabeiras.

Mapa 05 – Setor de atividade econômica que mais contribuiu para o PIB. Valor Adicionado Bruto. Piauí, 2016



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2016.

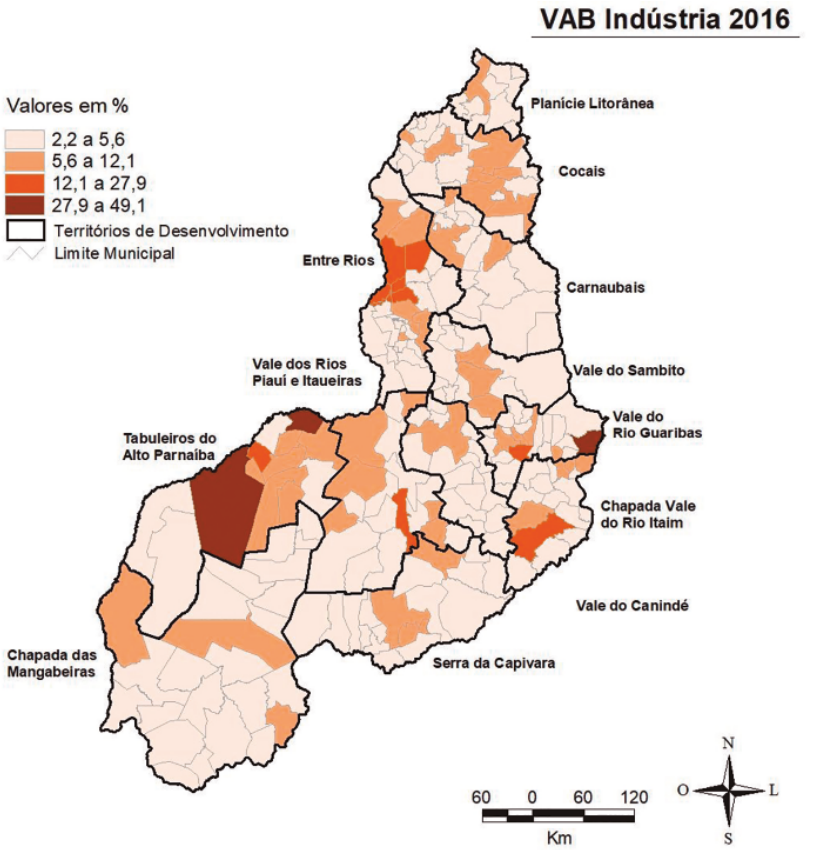
Mapa 06 – Participação do setor primário no valor adicionado bruto (em %). Municípios do Piauí, 2016



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2016.

Sobre a participação do setor secundário no valor adicionado do PIB vale ressaltar cidades específicas dos territórios de desenvolvimento Tabuleiros do Alto Parnaíba e Vale do Rio Guaribas.

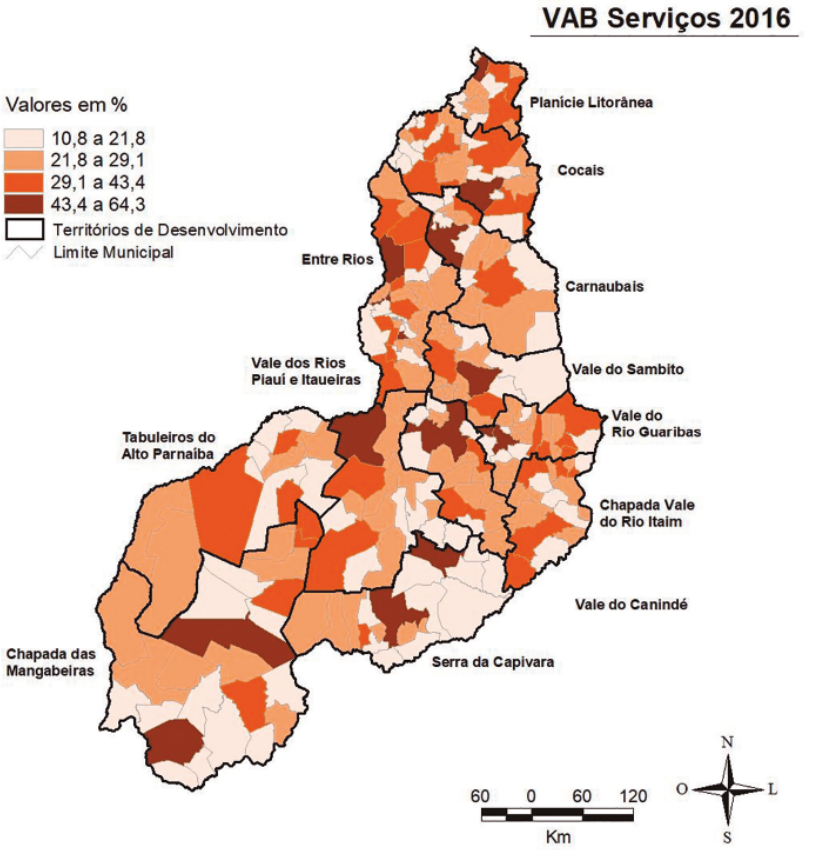
Mapa 07 – Participação do setor secundário no valor adicionado bruto (em %). Municípios do Piauí, 2016



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2016.

Por sua vez, o setor terciário[29] é uma atividade econômica relevante em alguns municípios dos territórios de desenvolvimento Entre Rios, Vale dos Rios Piauí e Itaueiras, Planície Litorânea e Vale do Rio Guaribas.

Mapa 08 – Participação do setor terciário no valor adicionado bruto (em %). Municípios do Piauí, 2016

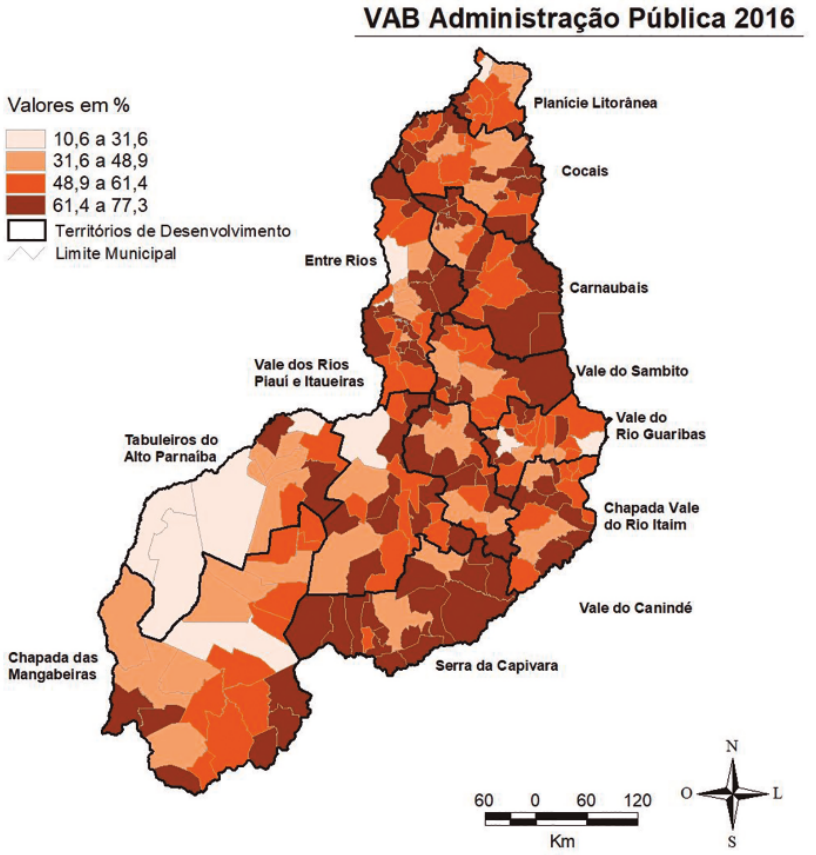


Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2016.

[29] Exclusive serviços relacionados à administração, educação, saúde e seguridade social pública.

De forma complementar, os serviços relacionados à administração, educação, saúde e seguridade social pública tornaram-se atividades econômicas importantes em grande parte dos municípios piauienses, com destaque para os territórios Chapada Vale do Rio Itaim, Vale do Sambito, Cocais, Carnaubais, Serra da Capivara e Vale do Canindé.

Mapa 09 – Participação da administração pública no valor adicionado bruto (em %). Municípios do Piauí, 2016



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2016.

3.1.4 Produtividade

Por meio da relação entre o valor adicionado e a quantidade de trabalhadores formais foi possível mensurar o comportamento da produtividade de cada setor de atividade econômica. O quociente representa o valor agregado por cada trabalhador formal segundo o setor econômico, em termos monetários, ou produtividade média de cada trabalhador (KON, 2002).

Entre 2002 e 2016, o crescimento médio da produtividade do valor adicionado bruto dos municípios piauienses representou um aumento médio de 8,7% ao ano. Ao comparar os setores econômicos no mesmo período, observa-se crescimento semelhante ao valor adicionado total para indústria e serviços, ambos de 8,7%. Já o setor agropecuário elevou sua produtividade em um ritmo menor, correspondente a 5,4% em igual período.

Tabela 06 – Evolução da produtividade formal, trabalhadores e valor adicionado nominal segundo o setor econômico. Piauí, 2002 e 2016

Setor	Valor adicionado (em R$ 1000)		Trabalhadores		Produtividade		Var. média anual 2002/16
	2002	2016	2002	2016	2002	2016	
Agropecuária	425.753	1.868.312	3.615	7.565	117.774	246.968	5,43
Indústria	930.320	4.692.482	35.511	55.357	26.198	84.768	8,75
Serviços	4.950.870	30.417.157	197.819	378.771	25.027	80.305	8,68
Valor adicionado bruto	6.306.956	36.977.951	236.945	434.128	26.618	85.178	8,66

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios; MTE/RAIS, 2002-2016.

3.1.5 Análise do processo de concentração do PIB por setor econômico

De forma geral, observou-se forte concentração das riquezas geradas no Território de Desenvolvimento Entre Rios, especialmente devido à capital Teresina, que chegou a concentrar 46% do PIB piauiense em 2016. No município de Teresina, capital do estado, concentra-se no setor de serviços públicos e privados a principal atividade geradora de mais de 4/5 do total do valor adicionado total no mesmo ano.

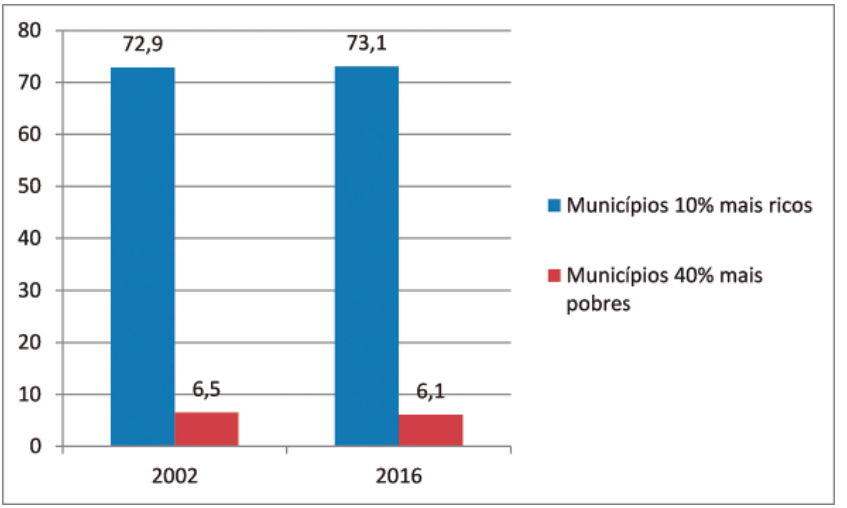
Conforme foi apresentado nas seções anteriores, apesar de bastante concentrada na capital, a composição da geração de riquezas do Piauí vinha sofrendo alguma alteração no período de crescimento econômico. Entre 2002 e 2014, por exemplo, observou-se perda de participação da capital Teresina, e algum ganho de dinamismo econômico de territórios de desenvolvimento situados mais ao sul do Estado, tais como Tabuleiros do Alto Parnaíba e Chapada das Mangabeiras, que possuem base econômica na agropecuária. No entanto, essa tendência tímida de desconcentração foi interrompida no período de crise econômica (2015-2016) e a região Entre Rios, a qual está incluída Teresina, recuperou sua posição na participação do PIB.

Dessa maneira, pode-se dizer que a distribuição do PIB nos municípios ainda é bastante concentrada. Ao analisar a concentração de riquezas pela ótica da produção por meio de indicadores de mensuração da desigualdade, tal como o Índice de Gini, percebe-se estagnação do processo de concentração a partir de 2002.

Para entender a desigualdade entre as cidades, optou-se em analisar a diferença da concentração das riquezas entre os municípios 10% mais ricos e os municípios 40% mais pobres em

relação ao PIB. Em 2016, os municípios 10% mais ricos concentravam 73,1% das riquezas geradas, enquanto os municípios 40% mais pobres concentravam 6,1% das riquezas geradas. Essa situação não sofreu grandes alterações no período recente, já que em 2002 os municípios 10% mais ricos concentravam 72,9% do PIB e os municípios 40% mais pobres concentravam apenas 6,5% da produção de bens e serviços gerados no Piauí.

Gráfico 38 – Participação dos municípios 10% mais ricos e dos 40% mais pobres no Produto Interno Bruto. Piauí, 2002-2016



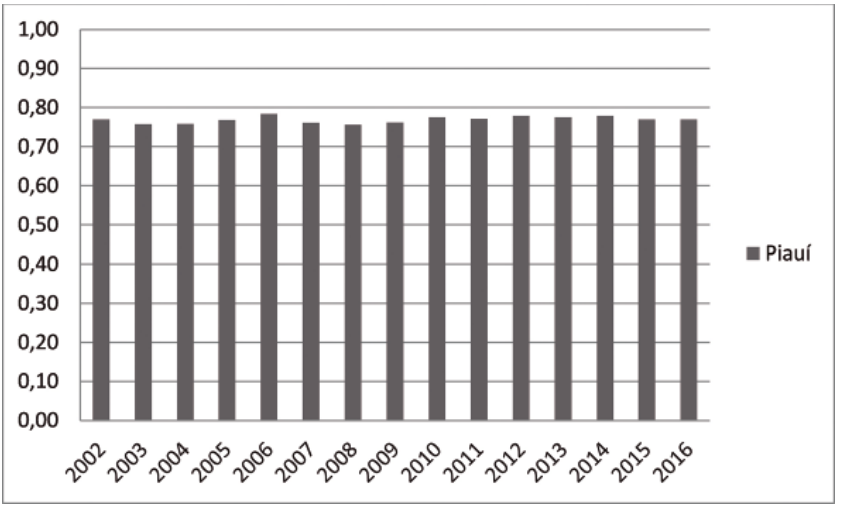
Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2002-2016.

No que se refere à integração dos municípios ao processo de geração de riquezas nacional (PIB), observou-se dois movimentos em longo prazo na economia brasileira. O primeiro movimento seguiu uma tendência de concentração da produção em um conjunto reduzido de municípios do país, resultado do processo de industrialização. O processo de concentração gerou uma

elevação do Índice de Gini do PIB que varia de zero a um (quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade) de 0,64 para 0,86 entre 1920 e 1970 (IPEA, 2008). Após a década de 1970, o país estagnou o processo de concentração na geração de riquezas nas cidades do país. Esse segundo movimento praticamente congelou o Índice de Gini do PIB dos municípios brasileiros em torno de 0,86 entre 1970 e 2007(IPEA, 2008).

Como já apontado, a produção de bens e serviços no Piauí é concentrada em poucos municípios. No período recente, essa unidade federativa assistiu à integração de seus municípios na participação do PIB estagnada em relação ao grau de desigualdade territorial, com um coeficiente de Gini de 0,77 entre 2002 e 2016. Ou seja, o estado do Piauí segue a mesma tendência nacional de estagnação da concentração na participação dos seus municípios no PIB em um patamar elevado, porém abaixo do nacional.

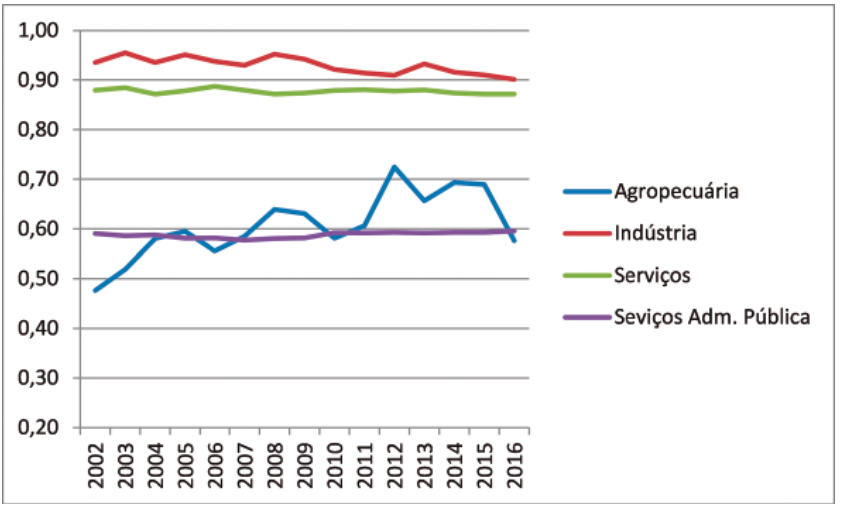
Gráfico 39 – Evolução da desigualdade do PIB (Índice de Gini). Municípios do Piauí, 2002-2016



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2002-2016.

A evolução do coeficiente de Gini do PIB dos municípios piauienses não ocorreu da mesma forma em todos os setores de atividade econômica. Nesse sentido, foi possível observar no período de crescimento econômico de 2002-2014 uma concentração do valor adicionado do PIB da agropecuária, desconcentração da indústria e estagnação do setor de serviços. Com a crise do período 2015-2016, o setor agropecuário inverteu sua tendência de ampliação de concentração e volta a patamares próximos ao que tinha em 2010, enquanto que os demais setores seguem a tendência de desconcentração ou estagnação do período anterior.

Gráfico 40 – Evolução da desigualdade do valor adicionado do PIB segundo os setores econômicos (Índice de Gini). Municípios do Piauí, 2002-2016



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2002-2016.

Entre 2002 e 2016, o coeficiente de Gini aponta para uma concentração do valor adicionado do PIB do setor agropecuário de 0,48 para 0,58. Para igual período, a indústria assistiu a um leve

movimento de desconcentração do coeficiente de Gini do valor adicionado do PIB, que passou de 0,94 para 0,90. Por fim, o setor de serviços se manteve congelado em torno de 0,87, enquanto os serviços de administração pública estagnaram-se em um coeficiente de Gini entre 0,59 e 0,60.

3.1.6 Aspectos do orçamento público

Denomina-se receita pública o conjunto de recursos financeiros que entram para os cofres estatais provindo de quaisquer fontes, a fim de garantir as despesas orçamentárias. No caso específico da receita municipal, incluem-se recursos financeiros oriundos dos tributos municipais pela utilização de bens ou serviços, e demais ingressos que o município recebe em caráter permanente, como a sua participação nas transferências constitucionais estaduais e federais (ICMS, FPM), ou eventuais, como os advindos de financiamentos, empréstimos, subvenções, auxílios e doações de outras entidades ou pessoas físicas.

A Constituição Federal de 1988 definiu os tributos e contribuições que são a base do nosso sistema tributário, assim como também regulou as atribuições de cada ente da federação e a divisão da receita que cabe à união, ao estado e aos municípios.

No que se refere aos recursos próprios, a prefeitura tem a competência de cobrar o Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), o Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos (ITBI) devido, quando se vende um imóvel e o Imposto sobre Serviços (ISS), com exceção de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. Esses três são de competência exclusiva do município, cabendo a ele, a arrecadação. Também existe a contribuição do regime próprio de previdência, quando houver.

A Constituição Federal também definiu as formas de contribuição do valor arrecadado pela união e pelos estados, bem como estabeleceu transferências obrigatórias para as prefeituras. Entre os impostos de competência da união estão a cota do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que são reservadas aos municípios. A União tem que repassar 23,5% do total arrecadado com o IR e o IPI para compor o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que por assumir um formato redistributivo entre os entes da federação tem o cálculo da cota baseado no número de habitantes de cada município.

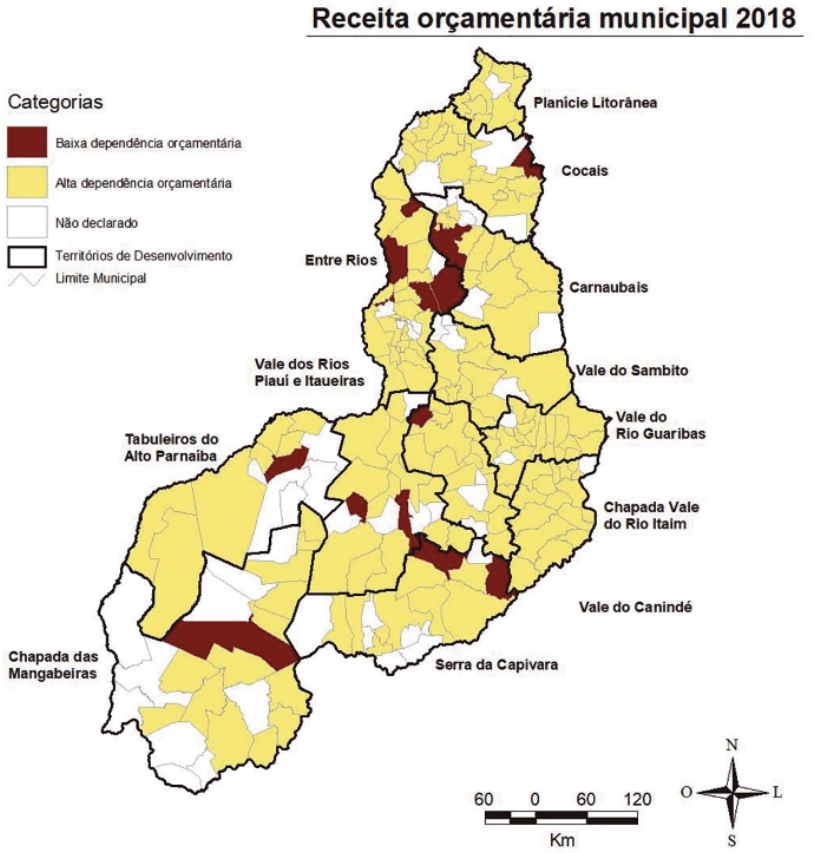
Além disso, a Constituição determina que 25% do que se arrecada pelos estados com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e 50% dos recursos provenientes do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) sejam repassados aos municípios. Os estados também são obrigados a repassar para os municípios ¼ dos 10% da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que recebem da União.

Destacam-se, também, as transferências voluntárias por convênios firmados pelo município com o Estado e a União, comuns nas áreas de saúde, saneamento e educação. Alguns municípios possuem compensações financeiras, destinadas a indenizar a exploração de recursos naturais, como petróleo, gás natural, água (barragens para geração de energia, por exemplo) ou minérios. São os royalties e as chamadas participações especiais.

O mapa a seguir ilustra a distribuição espacial dos municípios piauienses segundo o grau de proporção das transferências correntes da União e Estado no total da receita orçamentária de cada município. Dos 224 municípios, 158 deles possuíam transferências correntes acima da média estadual de 76,9%, portanto, classificados com alta dependência orçamentária da União e do Estado. Por outro lado, 13 municípios possuíam transferências

correntes abaixo da média estadual, entre eles estavam Teresina, São João da Fronteira, Cajazeiras do Piauí, Ribeira do Piauí, Lagoa do Barro do Piauí e Bom Jesus. Torna-se relevante mencionar que 53 municípios não tinham registros na base de dados do tesouro nacional acessada em 10/03/2019.

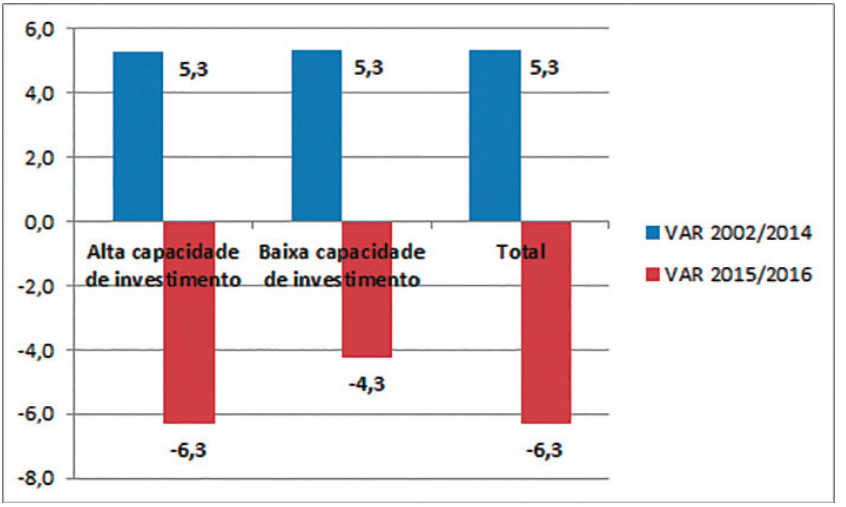
Mapa 10 – Dsitribuição dos municípios segundo o grau de dependência de transferências correntes do estado e união. Municípios do Piauí, 2018



Fonte: Tesouro Nacional/Finbra, 2018.

Entre 2002 e 2014, o crescimento do PIB foi similar para os municípios com alta e baixa dependência orçamentária da União e Estados. No entanto, no período de crise econômica (2015-2016) houve redução do PIB para as duas categorias, mas as cidades de baixa dependência orçamentária foram as menos afetadas. Para os municípios de baixa dependência a variação média anual do PIB foi de -4,6%, enquanto para os municípios de alta dependência orçamentária foi de -6,9%.

Gráfico 41 – Variação média anual do PIB Real segundo as transferências correntes da união e estado. Municípios do Piauí, 2002-2014 e 2015-2016 (%)



Fonte: IBGE. PIB dos Municípios, 2002-2016; Tesouro Nacional/Finbra, 2018.

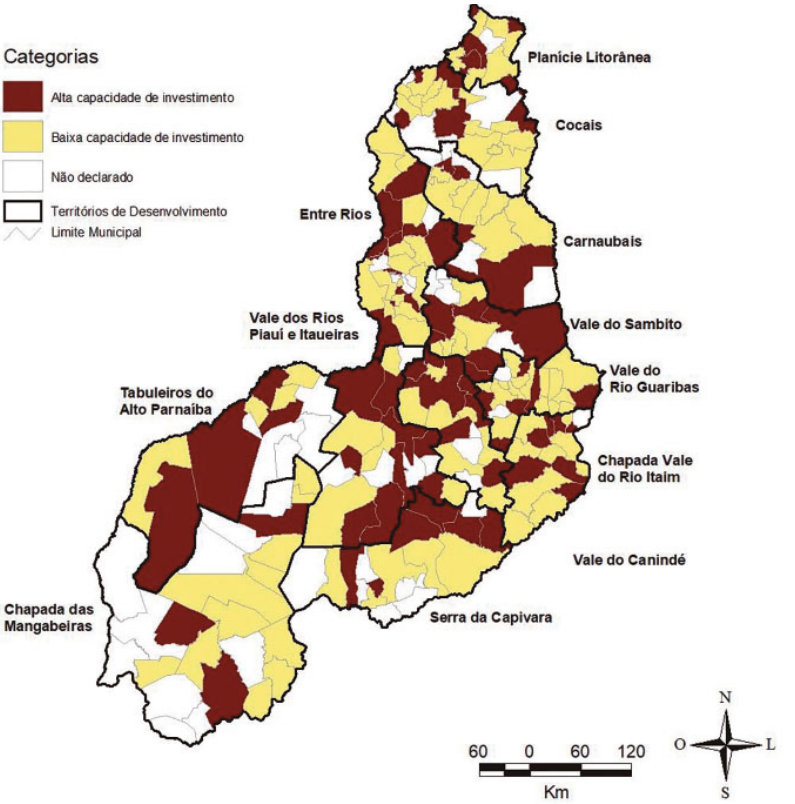
As despesas municipais são formadas pelo conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos a fim de saldar gastos fixados na lei do orçamento ou em lei especial, visando à realização e ao funcionamento dos serviços públicos. A despesa faz parte

do orçamento e corresponde às autorizações para gastos com as várias atribuições governamentais.

Essas despesas são classificadas de acordo com a sua categoria econômica de gasto, que são basicamente: i) as despesas de custeio/correntes (pessoal, material de consumo e serviços de terceiros) e ii) as de investimento/capital. As despesas de custeio são relacionadas à manutenção das atividades e serviços já prestados pelo ente público, já as de investimento/capital estão relacionados a um incremento da capacidade do ente público em prestar serviços à população.

O mapa a seguir ilustra a distribuição espacial dos municípios piauienses, segundo o grau de capacidade de investimento no total da despesa orçamentária. Dos 224 municípios, 99 deles possuíam despesas de capital abaixo da média estadual de 7,2%, portanto classificados com baixa capacidade de investimento. No outro extremo, 73 municípios possuíam capacidade de investimento acima da média estadual, entre eles Teresina, Cajazeiras do Piauí, Floriano, Fronteiras e Parnaguá. Na base de dados do Tesouro Nacional não constavam registros de 52 municípios.

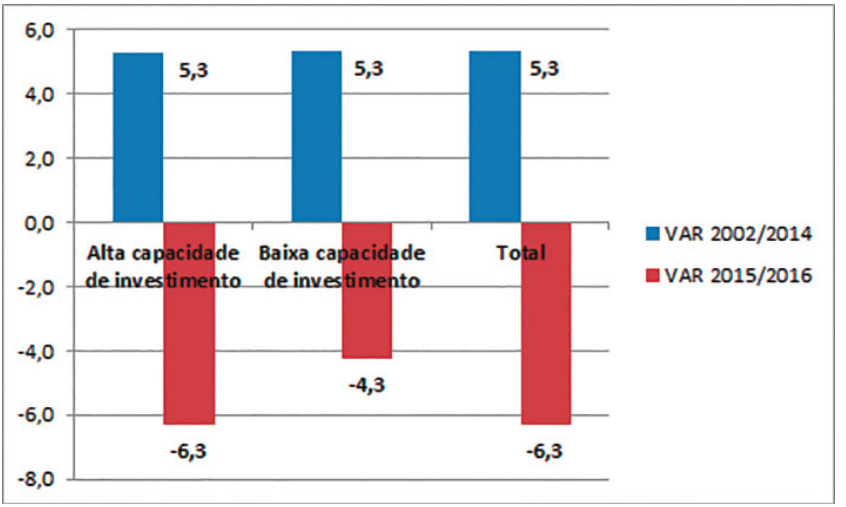
Mapa 11 – Distribuição dos municípios segundo a capacidade de investimento público municipal. Piauí, 2018



Fonte: IBGE. Tesouro Nacional/Finbra, 2018.

Entre o período 2002 e 2014, os municípios com alta e baixa capacidade de investimento tiveram taxas médias de crescimento do PIB idênticas (5,3%). No entanto, no cenário de crise predominante entre 2015 e 2016, os municípios com maior capacidade de investimento foram os mais atingidos pela evolução negativa do PIB. Para as cidades com maior capacidade de investimento, a variação média anual do PIB foi de -6,3%, enquanto a das localidades com baixa capacidade de investimento foi de -4,3%.

Gráfico 42 – Variação média anual do PIB Real segundo a capacidade de investimento público. Municípios do Piauí, 2002-2014 e 2015-2016 (em %)



Fonte: IBGE. PIB dos Municípios, 2002-2016; Tesouro Nacional/Finbra, 2018.

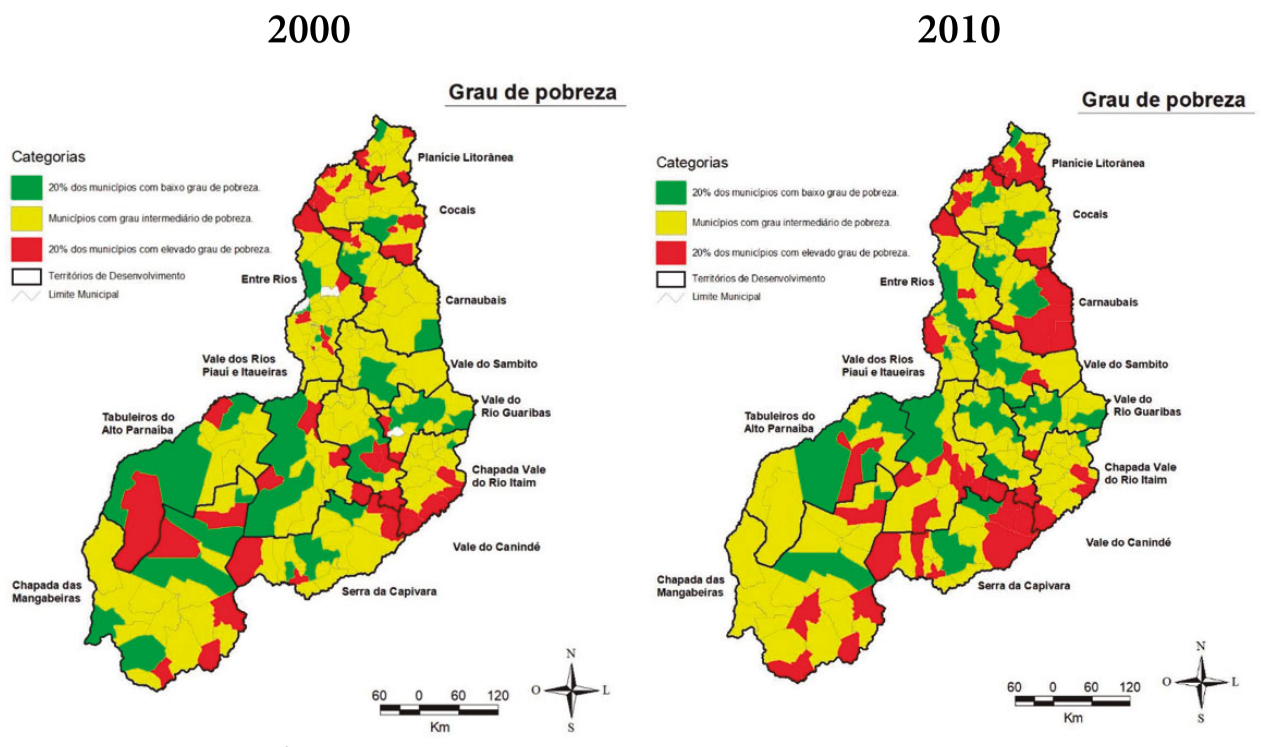
3.1.7 Avanços sociais no âmbito municipal

Os municípios do Piauí do século XXI vêm vivenciando conquistas sociais bastante expressivas, especialmente no período

de crescimento econômico nacional e estadual. Conforme mencionado nas seções anteriores, entre 2002 e 2014, o PIB do conjunto dos municípios piauienses cresceu, em média, 5,3% ao ano, ciclo interrompido apenas pela crise econômica iniciada entre 2015 e 2016.

A finalidade desta seção foi analisar como se deu o desenvolvimento social nos municípios piauienses no período de ascensão econômica por meio de indicadores capazes de mensurar a expansão do acesso aos serviços públicos, ao emprego e à superação da pobreza. Para chegar a esse objetivo, optou-se em métodos de tradição de pesquisa quantitativa via exploração de dados secundários no período entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010. Infelizmente, devido à indisponibilidade de dados de desagregação municipal, não foi incluído na análise o período de crise econômica, situação que será possível de ser averiguada com a divulgação dos resultados do Censo Demográfico de 2020.

Mapa 12 – Distribuição dos municípios segundo as categorias analíticas. Municípios do Piauí, 2000 e 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e 2010.

A metodologia se baseou em criar categorias analíticas para mensurar a distância entre os municípios segundo o grau de extrema pobreza. Dessa maneira, para cada década os municípios foram ranqueados por percentual de pobreza da população, expressado pela proporção de domicílios com renda de até ¼ de salário mínimo *per capita*. A partir desse recorte de frações de renda, os municípios piauienses foram divididos nas seguintes categorias:

- Categoria 1 – 20% dos municípios com baixo grau de pobreza;
- Categoria 2 – Municípios com grau intermediário de pobreza;
- Categoria 3 – 20% dos municípios com elevado grau de pobreza.

A proposta foi focar o olhar para os 20% dos municípios mais pobres e perceber o processo de inclusão social e redução de parte importante das desigualdades. O Mapa 11 ilustra a metodologia aplicada na realidade municipal apresentada nos censos demográficos disponibilizados pelo IBGE para os anos de 2000 e 2010. Torna-se importante ressaltar que em 2000, a quantidade de municípios piauienses era inferior as 224 localidades apresentadas no Censo Demográfico de 2010.

Acesso à água via rede de abastecimento

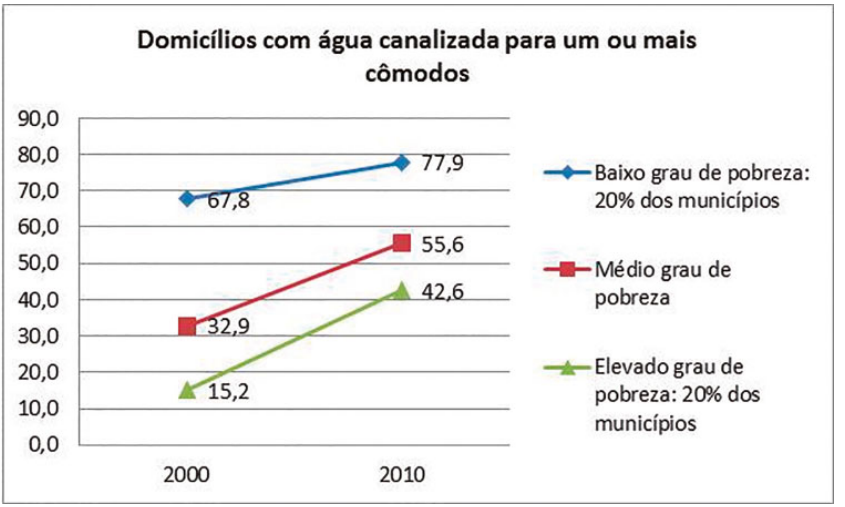
Grande parte do território piauiense está inserido no semiárido brasileiro, que possui como característica a escassez de água, longos períodos de estiagem e temperaturas elevadas. Dos 224 municípios do Piauí, 185 deles (82%) pertencem à área de abrangência semiárida, gerando um desafio adicional para o Estado expandir a rede de abastecimento de água canalizada, sendo comum a adoção de tecnologias sociais alternativas, como cisternas e poços artesianos.

Uma vez feitas essas ponderações, nota-se que a cobertura de acesso à água de qualidade aumentou significativamente nos municípios nas duas últimas décadas. Entre 2000 e 2010, a

proporção de domicílios com acesso à água via rede de abastecimento aumentou de 49% para 66,1%. Mesmo sendo um avanço considerável, os últimos dados censitários mostraram que a universalização ainda é um desafio a ser perseguido pelo poder público. O mapa a seguir aponta o percentual de acesso à água via rede para cada município do Estado.

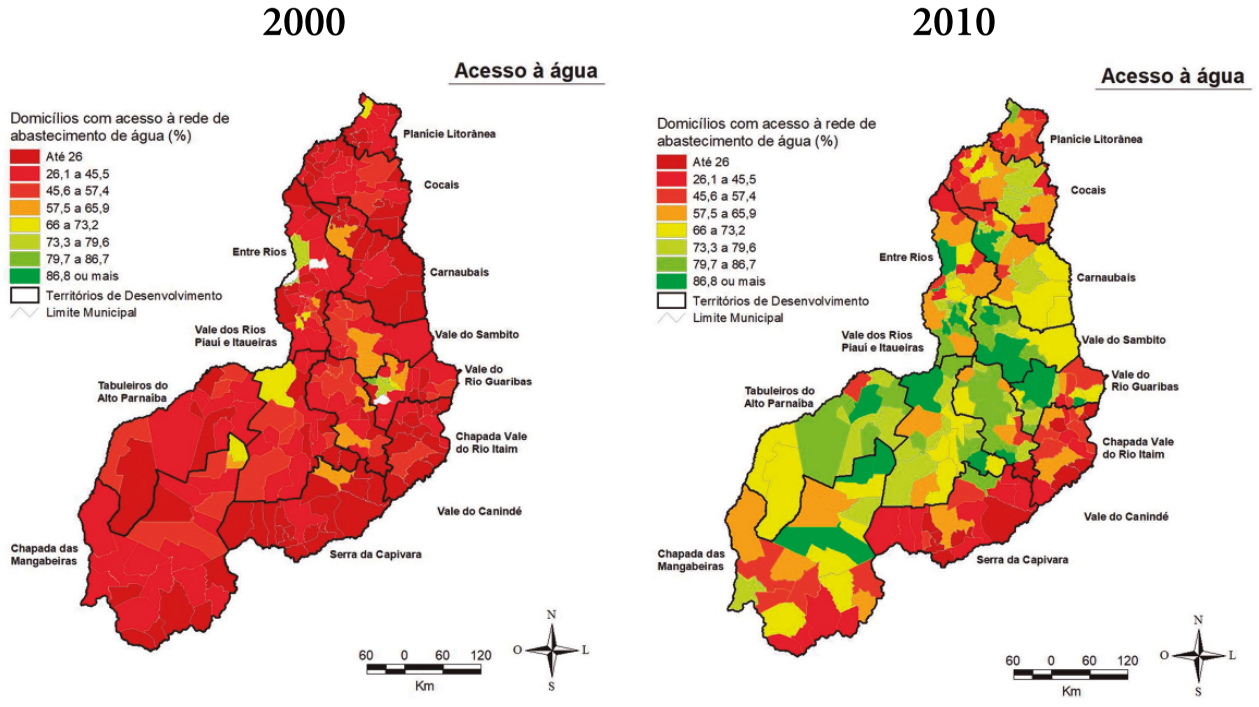
O esforço estatal fez com que o conjunto de municípios no que se refere ao elevado grau de pobreza diminuisse a diferença de acesso à água de qualidade em relação aos municípios intermediários e mais ricos. Entre 2000 e 2010, os municípios com alto grau de pobreza aumentaram sua cobertura de 15,2% para 42,6%. Enquanto os municípios de baixo grau de pobreza estavam mais próximos da universalização e da cobertura de quase 80% dos domicílios abastecidos com rede de abastecimento de água para igual período.

Gráfico 43 – Proporção de domicílios com abastecimento de água segundo o grau de pobreza municipal. Municípios do Piauí, 2000 e 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e 2010.

Mapa 13 – Distribuição dos municípios segundo a rede de abastecimento de água. Municípios do Piauí, 2000 e 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e 2010.

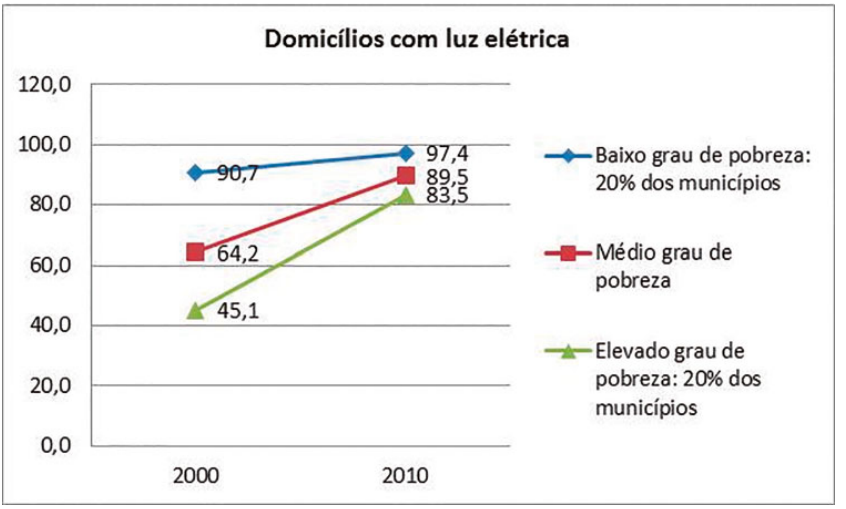
Acesso à energia elétrica

Para Campello (2017), possuir energia elétrica em domicílios residenciais e comerciais está entre as atividades mais essenciais para a vida moderna ao integrar elementos importantes, tais como o direito à educação, à saúde, à moradia e ao lazer. As possibilidades que se abrem a partir do amplo acesso à energia elétrica permitem a execução de atividades públicas como escolas rurais, conservação de medicamentos e vacinas na temperatura adequada.

Em 2010, os municípios piauienses alcançaram a marca de 6,9% de seus domicílios sem acesso à energia elétrica, fruto do empenho do governo do Estado e de iniciativas da União como o Programa Luz para Todos. Em 2000, a proporção de domicílios sem energia elétrica era de 24,1%. Ao considerar a informação de 2010, pode-se afirmar que o Estado esteve muito próximo da universalização do acesso à luz, mas vale considerar que os desafios estavam nas localidades rurais com domicílios difusos e remotos que carecem de esforços adicionais para expansão da rede. Em 2010, o território de desenvolvimento Serra da Capivara, por exemplo, convivia com municípios com baixo acesso à luz. O mapa 14 mostra a evolução da cobertura de energia elétrica para os municípios do Piauí no período analisado.

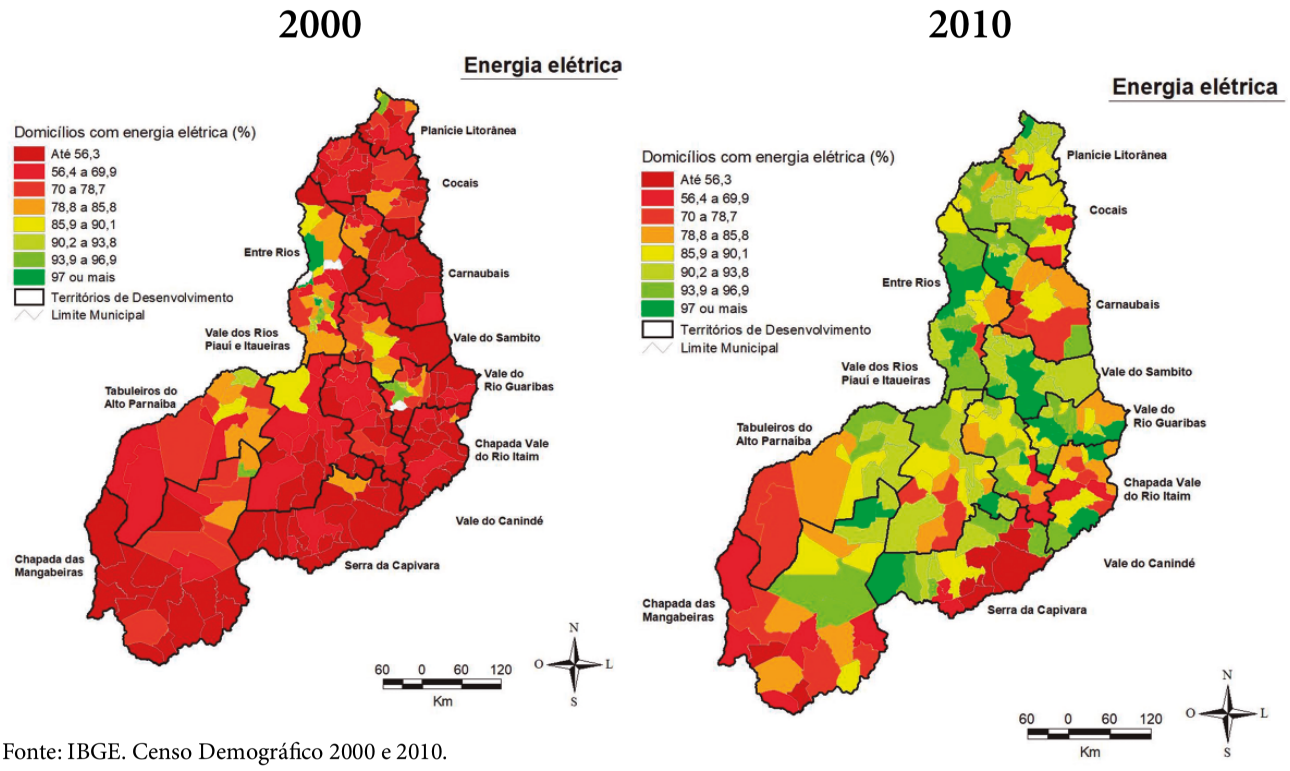
O empenho público para ampliação da energia elétrica fez com que as condições de acesso entre municípios pobres e os com melhores condições de renda quase se igualassem. Entre 2000 e 2010, os municípios com alto grau de pobreza elevaram sua cobertura de luz de 45,1% para 83,5%. Os municípios de médio grau de pobreza passaram de 64,2% para 89,5%, enquanto os municípios com baixo grau de pobreza passaram de 90,7% para 97,4%. Com a ampliação do acesso obtida, grupos populacionais conquistaram melhores condições de vida e de bem-estar.

Gráfico 44 – Proporção de domicílios com energia elétrica segundo o grau de pobreza municipal. Municípios do Piauí, 2000 e 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e 2010.

Mapa 14 – Distribuição dos municípios segundo o acesso à energia elétrica. Municípios do Piauí, 2000 e 2010



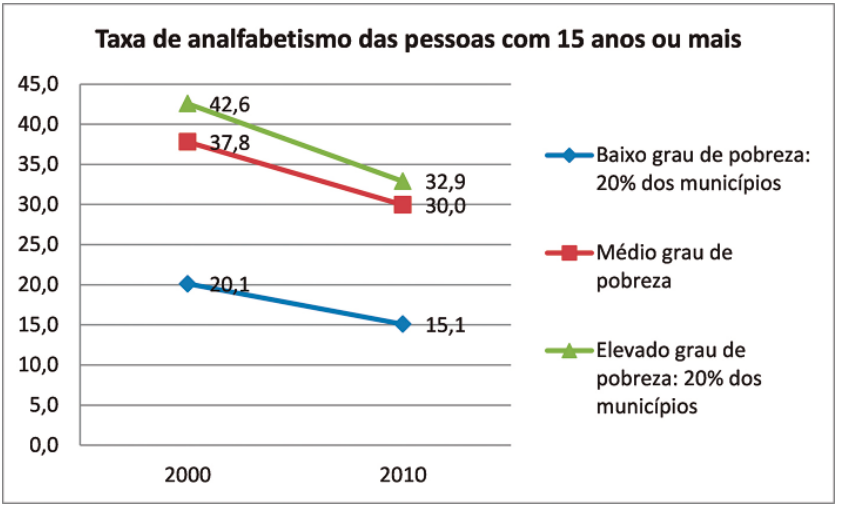
Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e 2010.

Alfabetização

O analfabetismo no mundo é uma preocupação persistente e foi, inclusive, uma das pautas dos Objetivos do Milênio da ONU. Segundo a Unesco, em 2015, foram contabilizados 757 milhões pessoas de 15 anos ou mais que se declararam analfabetos. No país, o fenômeno do analfabetismo se manifesta de forma mais intensa nas regiões Nordeste e Norte, nas áreas rurais, entre os mais pobres, pardos e negros. Em 2003, preocupado em enfrentar as diversas faces do analfabetismo, o governo federal criou o Programa Brasil Alfabetizado, focalizado para os entes da federação com taxas mais altas de analfabetismo, sendo a maior parte desses municípios concentrados no Nordeste.

A ação do governo federal unida com as iniciativas do governo estadual e prefeituras resultaram em avanços positivos no período analisado. Para o conjunto dos municípios do Piauí, a taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais sofreu uma queda de 29,2% para 22,2% entre 2000 e 2010. Mesmo com o avanço obtido, o estado do Piauí ainda possuía elevada taxa de analfabetismo se comparada com a média nacional, que era em torno de 9% no período.

Gráfico 45 – Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais segundo o grau de pobreza municipal. Municípios do Piauí, 2000 e 2010

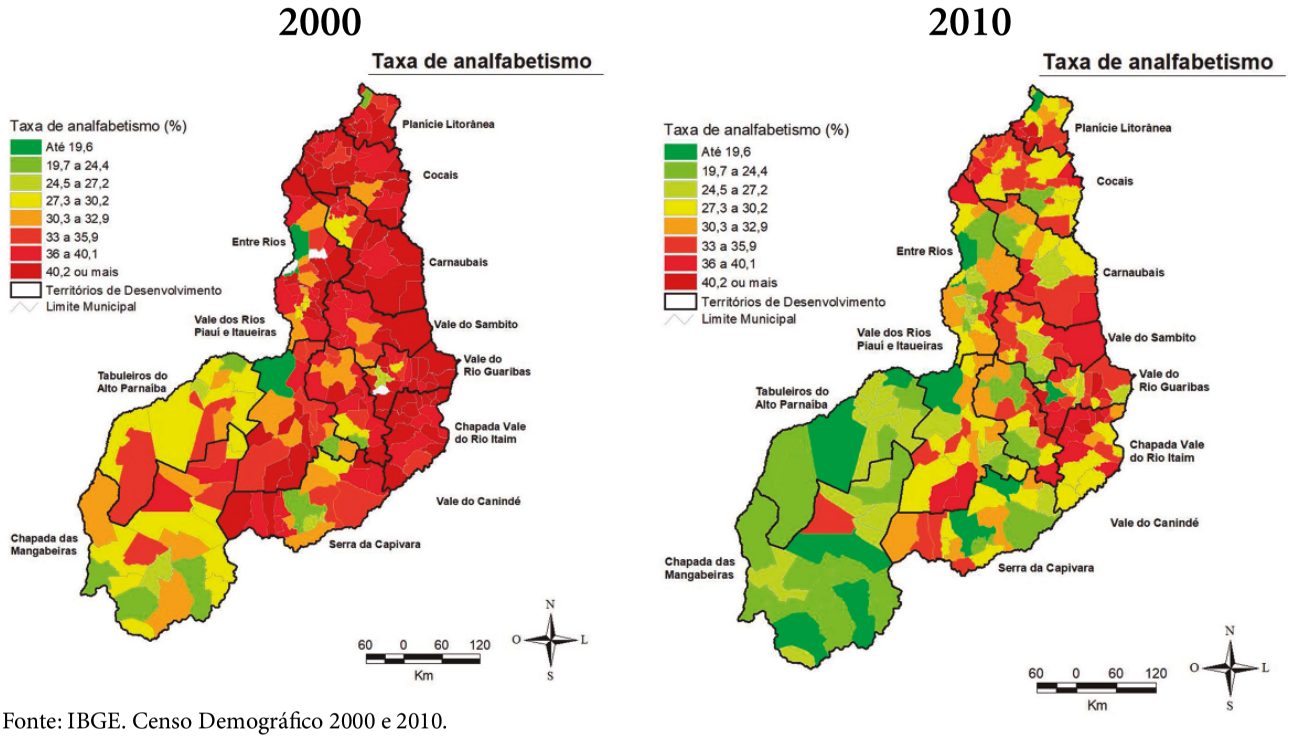


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e 2010.

O mapa a seguir ressalta as mudanças para cada município do Estado. Os territórios de desenvolvimento Chapada Vale do Rio Itaim, Vale do Sambito, Vale dos Rios Piauí e Itaueiras, Vale do Rio Guaribas chamam a atenção por apresentarem municípios com elevadas taxas de analfabetismo da população de 15 anos ou mais.

A trajetória do combate ao analfabetismo reduziu as diferenças entre municípios com alto grau de pobreza e os com baixo grau de pobreza. Entre 2000 e 2010, os municípios com alto grau de pobreza reduziram a taxa de analfabetismo de 42,6% para 32,9%, enquanto os municípios com baixo grau de pobreza passaram de 28,8% para 15,1% em igual período.

Mapa 15 – Distribuição dos municípios segundo a taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais. Municípios do Piauí, 2000 e 2010

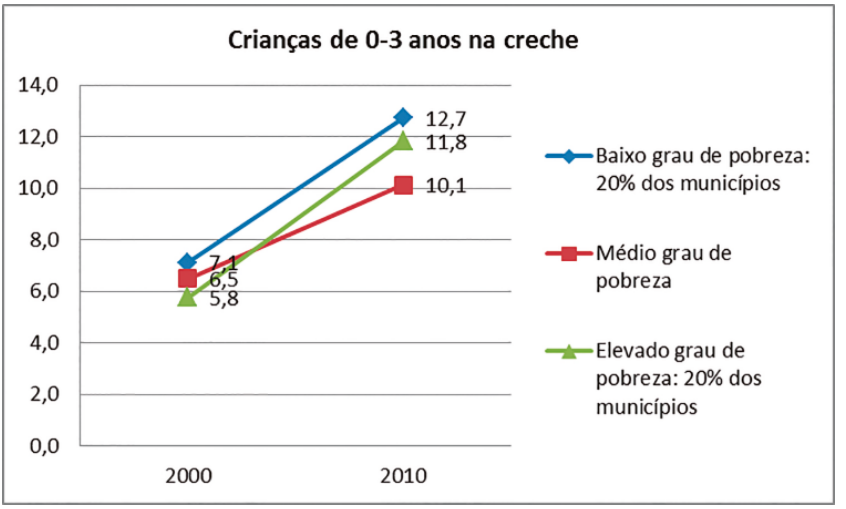


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e 2010.

Ocorreu avanço no acesso à creche nas duas últimas décadas, mas os desafios para a universalização ainda são grandes. Ao se perceber a proporção de crianças de 0 a 3 anos que frequentavam creches nos municípios do Piauí, verificou-se uma expansão da cobertura de 6,7% para 11,6%, entre 2000 e 2010. Os Territórios de Desenvolvimento Tabuleiros do Alto Parnaíba, Chapada das Mangabeiras, Serra da Capivara e Planície Litorânea destacaram-se por terem cidades com baixa cobertura de creche. O mapa a seguir aponta a distribuição do indicador no território do Piauí.

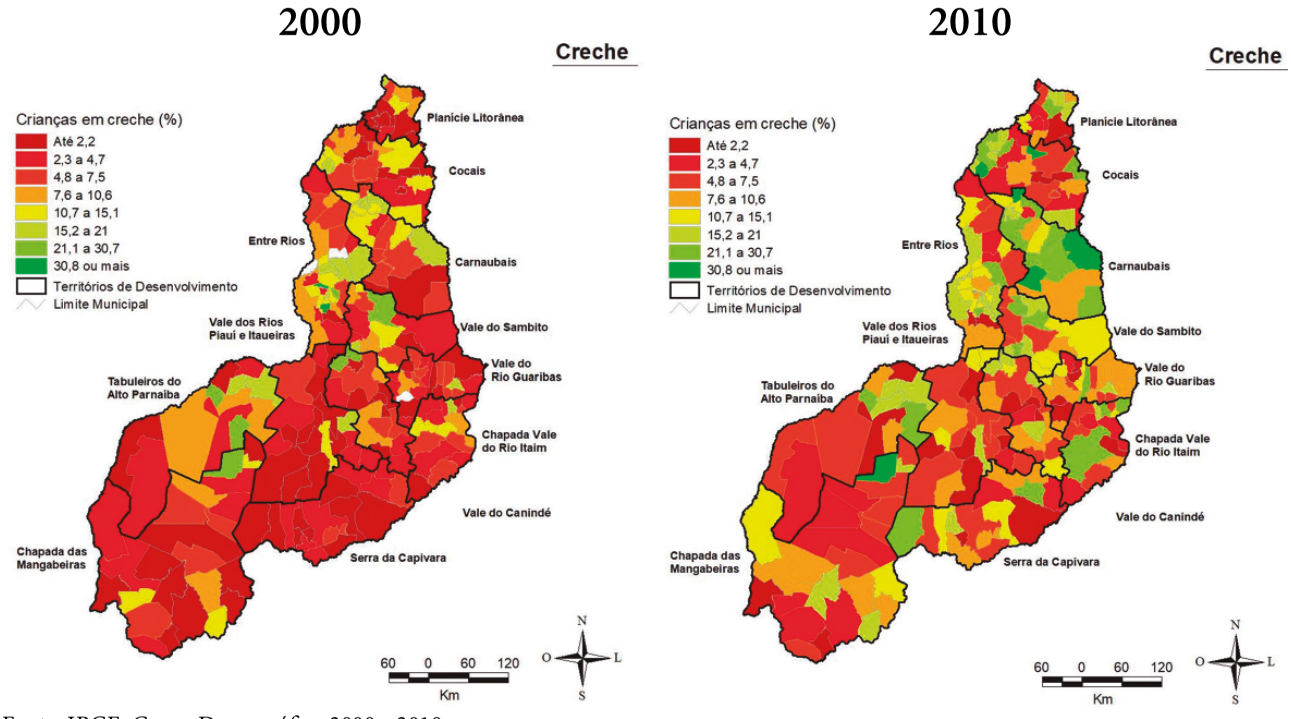
A ampliação de acesso à creche reduziu a diferença de cobertura entre municípios com elevado e baixo grau de pobreza. Os municípios com alto grau de pobreza elevaram de 5,8% para 11,8% sua cobertura de creche no período 2000-2010. Em 2010, a cobertura de creche para as cidades de baixo grau de pobreza era de 12,7%.

Gráfico 46 – Proporção de crianças de 0 a 3 anos na creche segundo o grau de pobreza municipal. Municípios do Piauí, 2000 e 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e 2010.

Mapa 16 – Distribuição dos municípios segundo o acesso de crianças de 0 a 3 anos na creche. Municípios do Piauí, 2000 e 2010

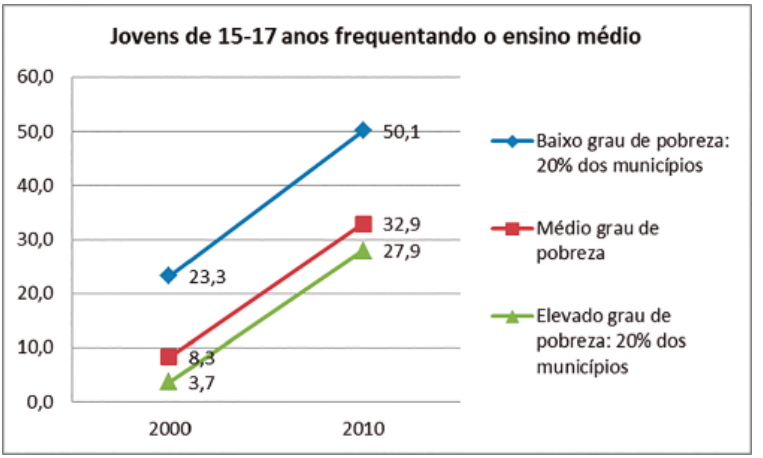


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e 2010.

Nas últimas duas décadas houve expansão da cobertura do ensino médio no conjunto de cidades do Piauí. Entre 2000 e 2010, a proporção de jovens de 15 a 17 anos que estavam frequentando o ensino médio passou de 15% para 40,8%. O mapa a seguir aponta a distribuição no Estado, e entre os resultados é possível averiguar baixa cobertura do indicador nos municípios dos seguintes territórios de desenvolvimento: Tabuleiros do Alto Parnaíba, Chapada das Mangabeiras, Serra da Capivara, Planície Litorânea, Vale dos Rios Piauí e Itaueiras e Cocais.

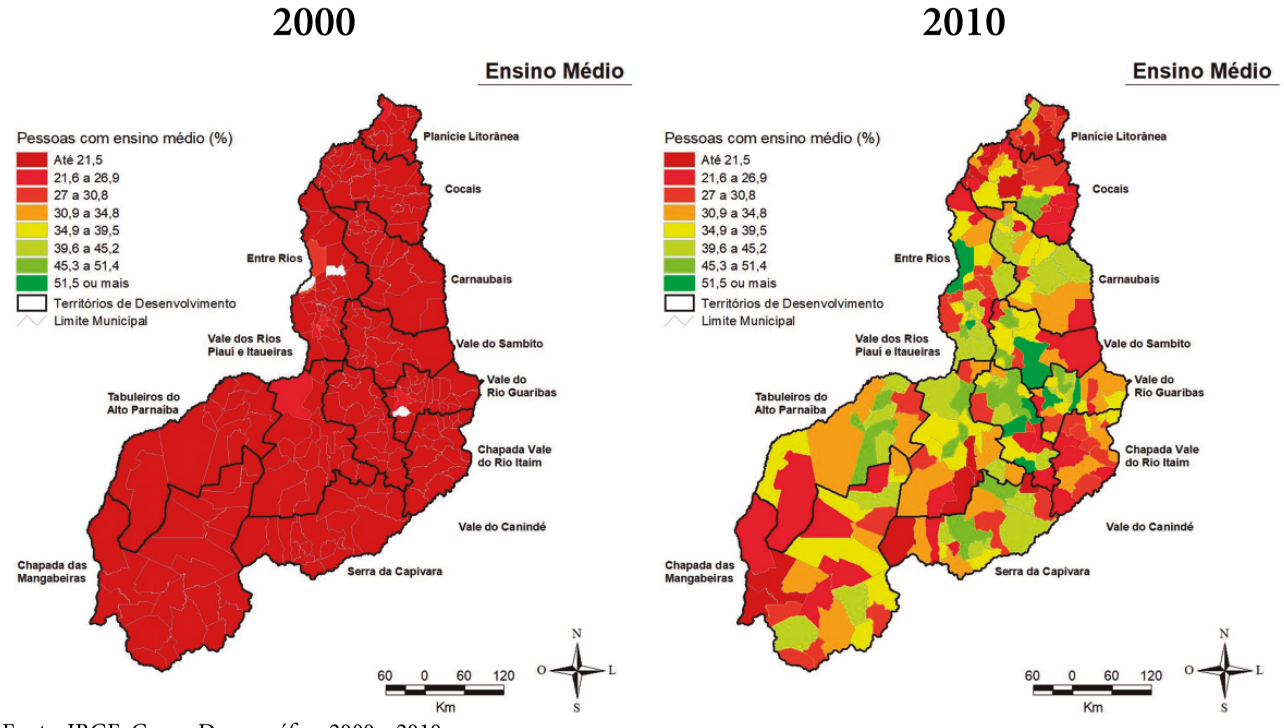
Em 2010, a cobertura de jovens de 15 a 17 anos frequentando o ensino médio chegou a 50% nos municípios com baixo nível de pobreza. Entre 2000 e 2010, os municípios com alto grau de pobreza elevaram a cobertura do indicador de 3,7% para 27,9%, mostrando importantes avanços e, também, muito a se conquistar. Os municípios de nível intermediário de pobreza apresentaram uma cobertura de ensino médio de quase 33% em 2010.

Gráfico 47 – Proporção de jovens de 15 a 17 anos no ensino médio segundo o grau de pobreza municipal. Municípios do Piauí, 2000 e 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e 2010.

Mapa 17 – Distribuição dos municípios segundo o acesso de jovens de 15 a 17 anos no ensino médio. Municípios do Piauí, 2000 e 2010

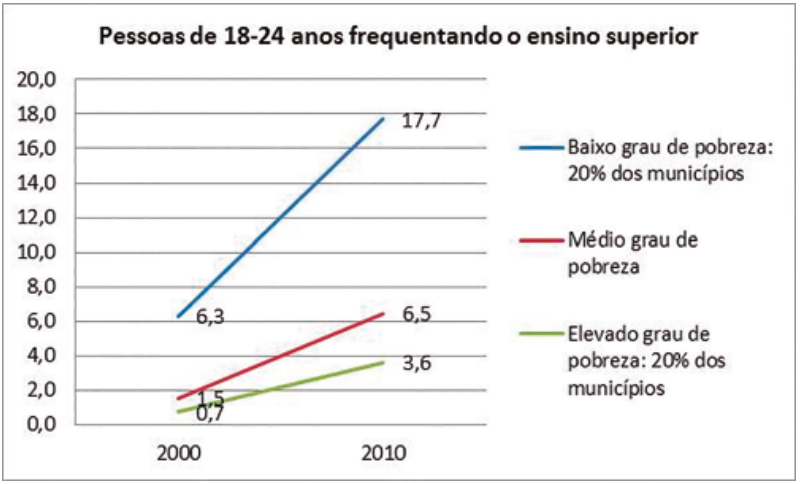


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e 2010.

Acesso ao ensino superior

Diferente da perspectiva de governo anteriores que consideravam a expansão do ensino superior concentrada nos centros urbanos, sobretudo do Centro-Sul, constatou-se neste início do século 21 uma inversão de prioridades. Entre os anos de 2002 e 2016, houve, por exempo, a expansão do ensino universitário através da criação e implementação de iniciativas como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a Universidade Aberta do Brasil (UAB), a Lei de Cotas e a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica.

Gráfico 48 – Proporção de pessoas de 18 a 24 anos no ensino superior segundo o grau de pobreza municipal. Municípios do Piauí, 2000 e 2010

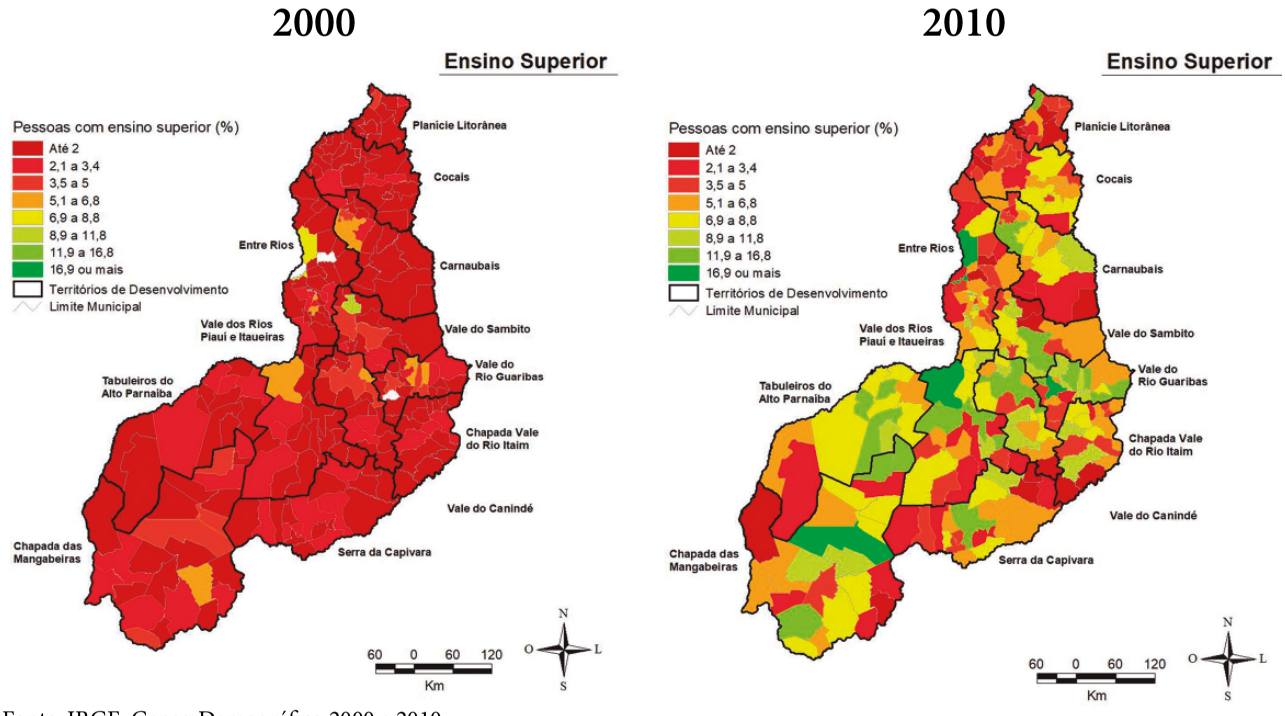


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e 2010.

Entre 2000 e 2010, a proporção de jovens de 18 a 24 anos que estavam frequentando o ensino superior passou de 3,9% para 12,3%. No mapa anterior, percebe-se a distribuição nas localidades piauienses e as informações apontam para maior cobertura do indicador nos municípios específicos dos Territórios de Desenvolvimento Entre Rios, Chapada das Mangabeiras, Vale do Rio Guaribas, Vale dos Rios Piauí e Itaueiras.

Além disso, observa-se que entre 2000 e 2010, a cobertura de pessoas de 18 a 24 anos frequentando o ensino superior nos municípios de menor grau de pobreza passou de 6,3% para 17,7%. Em 2010, por exemplo, a presença de matrículas do ensino superior nos municípios de maior grau de pobreza apresentava-se mais tímida, manifestando a cobertura de apenas 3,6% do público-alvo, ainda que o ritmo de expansão acumulado em 10 anos tenha sido multiplicado por 5,1 vezes.

Mapa 18 – Distribuição dos municípios segundo o acesso de pessoas de 18 a 24 anos no ensino superior. Municípios do Piauí, 2000 e 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e 2010.

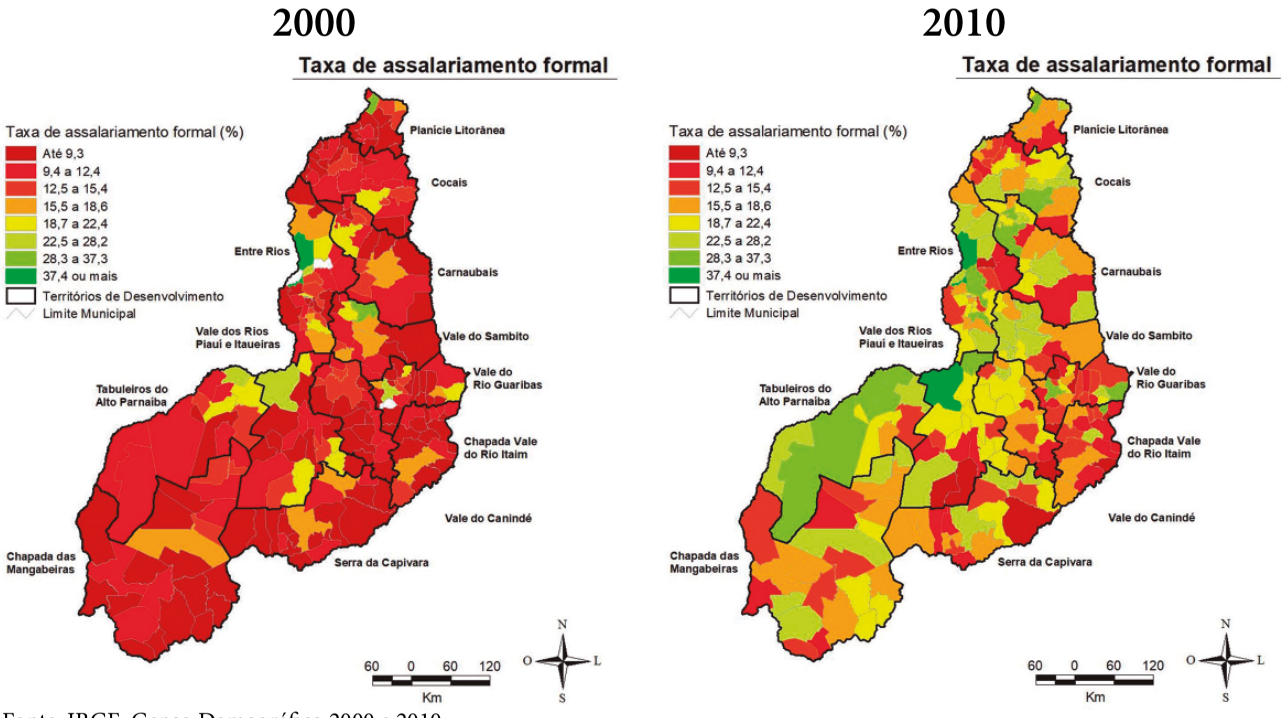
Assalariamento formal

Nos anos 1990, o Brasil havia presenciado uma desestruturação do mercado de trabalho, redução da formalidade e elevação da taxa de desocupação. A partir dos anos 2000, a trajetória decadente se inverteu e houve um processo de reestruturação do mercado de trabalho brasileiro.

No período 2000-2010, nos municípios piauienses, a proporção de trabalhadores assalariados formais no total de ocupados passou de 21,4% para 31%, resultado do crescimento econômico e da geração de emprego e renda ocorrido no Piauí. O próximo conjunto de mapas aponta o comportamento da taxa de assalariamento formal nas cidades do Estado.

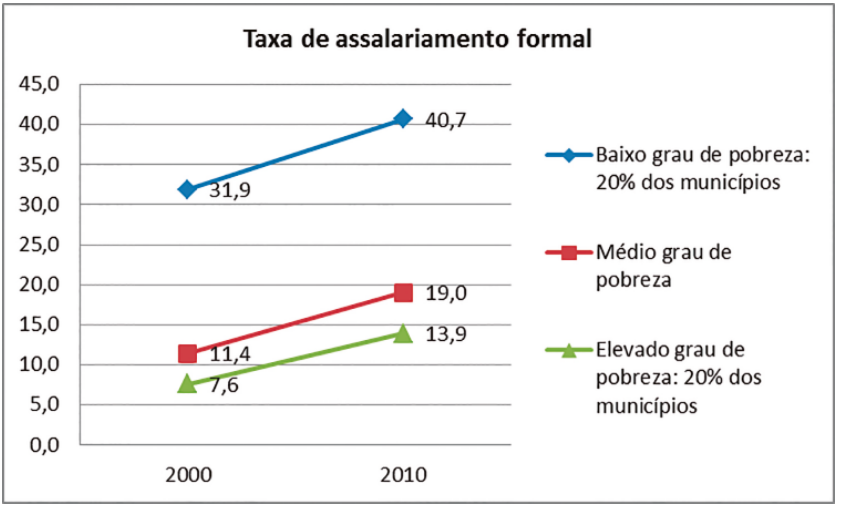
O crescimento econômico ocorrido no Estado permitiu que um contingente de trabalhadores fosse reinserido no mundo do trabalho. A relação entre os trabalhadores com carteira de trabalho assinada e o total de ocupados aumentou para os três grupos de municípios analisados. Entre 2000 e 2010, os municípios com alto grau de pobreza aumentaram sua taxa de assalariamento formal de 31,9% para 40,7%. Os municípios de médio grau de pobreza passaram de 11,4% para 19%. Já os municípios com baixo grau de pobreza passaram de 7,6%% para 13,9%.

Mapa 19 – Distribuição dos municípios segundo a taxa de assalariamento formal. Municípios do Piauí, 2000 e 2010



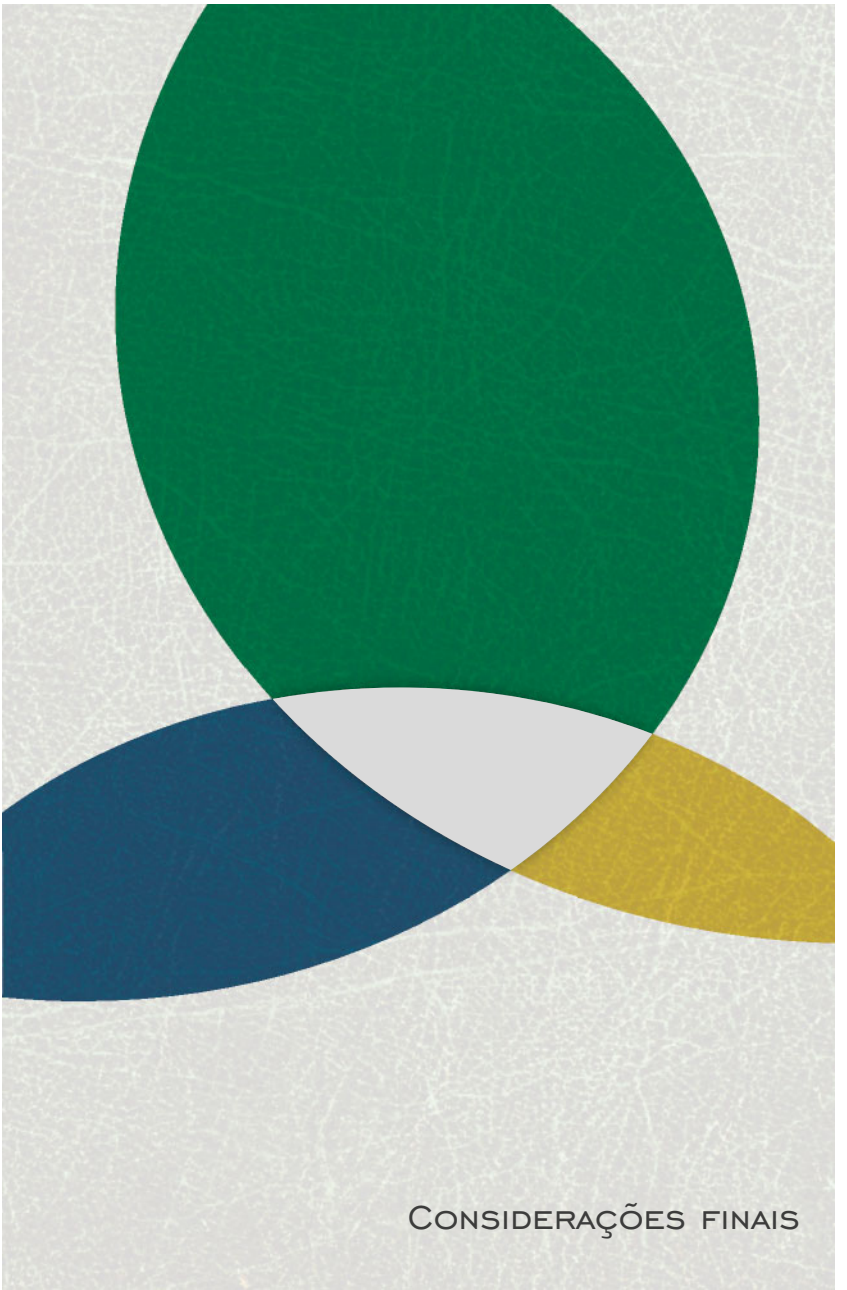
Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e 2010.

Gráfico 49 – Taxa de assalariamento formal segundo o grau de pobreza municipal. Municípios do Piauí, 2000 e 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e 2010.

Com a ampliação do acesso ao emprego formal, os trabalhadores inseridos ganhavam pelo menos um salário mínimo e possuíam todos os direitos assegurados pela legislação trabalhista brasileira. Esses trabalhadores se beneficiavam de todos os avanços obtidos pelo Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, entre os quais se inclui as elevações do piso do salário mínimo brasileiro ou do piso salarial das categorias setoriais a que pertenciam.



Considerações finais

Considerações finais

Os desafios em torno das possibilidades presentes de construção de uma nova sociedade, fundada nos serviços, implicam compreender o curso da transição atual para outra realidade até então desconhecida. O movimento do deslocamento de sociedade difere, consideravelmente, da urbana e industrial que predominou, no Brasil, entre as décadas de 1930 e 1980.

O resultado da passagem do antigo e longevo agrarismo para a sociedade urbana e industrial consagrou a construção do território demarcado pela articulação produtiva e consequente integração do mercado interno de consumo, a partir da centralidade de São Paulo. Apesar de ter rompido com a configuração do arquipélago territorial desarticulado por enclaves econômicos herdados do velho agrarismo primário-exportador, o ciclo da industrialização nacional estabeleceu nova redivisão nacional do padrão de produção e consumo.

Assim, o avanço mais significativo da sociedade urbana e industrial centralizado nas regiões Sul e Sudeste impôs ao restante do país a condição de periferia, em geral considerado como atraso nacional. Neste primeiro quartel do século 21, a transição para a sociedade de serviços transcorre em situação antecipada pela precoce desindustrialização que afeta o país desde a década de 1990.

Como as regiões Sul e Sudeste, especialmente a partir do estado de São Paulo, concentram as características principais da desindustrialização nacional, o restante do país conseguiu apontar para direção distinta. Nesse sentido, a imposição da condição de periferia da sociedade urbana e industrial nacional para as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste tem perdido relevância diante da abertura de novos caminhos.

Não seria por demais identificar certa inflexão nas relações territoriais entre as macrorregiões Norte e Sul. Outra perspectiva histórica de mudança de época está a se constituir.

Em síntese, o presente estudo apontou que, durante o primeiro quartel do século 21, houve avanço precoce da desindustrialização que afetou, sobretudo, o estado de São Paulo, antigo centro dinâmico do sistema produtivo nacional. O grupo dos seis estados pertencentes às regiões Sul e Sudeste que completaram, ainda que retardatariamente, a passagem para a sociedade urbana e industrial sofreram impactos industriais importantes, porém menos acentuadas do que em São Paulo.

Por outro lado, no espaço territorial compreendido pelas 20 unidades federativas pertencentes às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o ingresso antecipado na sociedade de serviços tem sido acompanhado de significativos avanços nos setores primário, secundário e terciário. Concomitante com a desindustrialização nacional, especialmente assentada em São Paulo e em parte dos estados retardatários de produção manufatureira nas regiões Sul e Sudeste, o Brasil assiste certa reconfiguração dos espaços no território nacional.

A conformação de mudanças no panorama regional do país, na virada para o século 21, encontra-se associada a, pelo menos, duas razões principais. De um lado, a reconfiguração do processo de expansão econômica que combinou tanto a contração da industrialização e avanços na primarização das atividades produtivas, em áreas geográficas mais avançadas da sociedade urbana e industrial, como o aprofundamento da descentralização dos investimentos públicos e privados e o protagonismo da fronteira da produção de *commodities* nas regiões, até então, apontadas como periféricas da produção manufatureira nacional.

De outro lado, a renovação das práticas governamentais e as melhorias nos serviços de infraestrutura impulsionadas pela marcha democrática, desde o final do século passado, impactou a estrutura social e política no conjunto dos estados da federação. Além disso, o avanço do processo de terciarização na economia nacional contribuiu, também, para constranger longevos arranjos familiares e antigas oligarquias políticas regionais e permitir o aparecimento de novas elites econômicas e políticas nos espaços locais.

Os sinais de transformação apontam para uma espécie de salto histórico a revelar acelerada passagem da antiga condição de retaguarda do agrarismo primitivo para a vanguarda associada à sociedade de serviços. Tudo isso, contudo, sem que tenha superado plenamente a passagem pela sociedade urbana e industrial nas grandes três regiões geográficas consideradas até então periféricas, a qual se inclui o estado do Piauí.

No conjunto das 20 unidades federativas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste que tem registrado significativa alteração no panorama regional mais recente no país, encontra-se o estado do Piauí, tendo em vista o significativo progresso registrado no interior de sua estrutura produtiva e padrão de inclusão social. Do ponto de vista produtivo, destaca-se, por exemplo, o crescimento de 38,6% na participação relativa do PIB nacional entre 1985 e 2016, sendo a maior expansão (29,4%) ocorrida entre os anos de 1995 a 2016.

Para o período de 2002 a 2016, por exemplo, o Produto Interno Bruto do estado do Piauí acumulou expansão de 72,7%, o que equivale ao crescimento médio de 4% ao ano, ao passo que o Brasil registrou expansão de 40,6% (2,5% ao ano, em média).

O principal estímulo ao crescimento da participação relativa do estado do Piauí no PIB nacional deveu-se à expansão acumulada de 133,2% no produto industrial, seguido de 51,8% no

setor de serviços e de 0,4% na produção agropecuária. Com isso, também se verifica a variação acumulada do PIB *per capita* desde a estabilidade monetária alcançada pelo Plano Real, em 1994, que chegou a 31% em 2014, tendo recuado, contudo, para 21,1% frente à recessão econômica nacional transcorrida entre 2015 e 2016.

De todo modo, a mudança produtiva no estado do Piauí tem proporcionado tanto a ampliação positiva no nível do emprego formal, com crescimento de 121,7%, como a elevação da taxa de formalização nas ocupações de 17,8%, em 1995, para 32,7%, em 2014, e a 40,5%, em 2017. Também, nota-se o incremento do emprego formal nas micro e pequenas empresas em relação ao total do emprego formal.

Da mesma forma, constata-se como o grau de desigualdade medido pelo Índice de Gini apontou redução em 16% entre os anos de 1995 a 2014, pois decaiu de 0,59 para 0,49 no período. No caso da proporção de domicílios pobres, a queda acumulada de 74% foi ainda mais intensa, pois decaiu de 59,9%, em 1995, para 15,6%, em 2017.

Em relação à evolução do Índice de Desenvolvimento Humano, o estado do Piauí foi a terceira das 27 unidades federativas com maior avanço entre os anos de 1991 e 2015. Enquanto o estado de Tocantins cresceu acumuladamente 98,4% e o Maranhão 89,6% no mesmo período de tempo, o Piauí elevou o IDH em 86,5%, passando de 0,36 para 0,68.

A melhora no IDH educação, com elevação acumulada de 272,6%, foi a principal razão para o salto no Índice do Desenvolvimento Humano. O IDH renda cresceu 33,2% e o IDH longevidade aumentou 28,6% entre os anos de 1991 e 2015.

O salto educacional no estado do Piauí pode ser explicado por avanços em todos os níveis do ensino. Ocorre registrar,

por sua importância e relação com a ciência, tecnologia e inovação, bem como a moderna estrutura das atividades produtivas, os avanços recentes no ensino superior. Entre os anos de 1993 a 2016, por exemplo, a participação relativa do Piauí no total das matrículas do ensino superior no país saltou de 1,1% para 1,6%, com avanço acumulado de 45,4%. Isso porque a taxa bruta de estudantes universitários passou de apenas 4,1% do total de jovens piauienses de 18 a 22 anos de idade, em 1993, para 38,3%, em 2016, o que correspondeu à multiplicação por 9,3 vezes no mesmo período de tempo.

A inegável expressão de transformação da educação na formação e preparação da juventude no período recente trouxe, em consequência, impactos positivos no estado do Piauí em relação à quantidade de doutores, de grupos de pesquisa acadêmica e de empresas do setor de ciência, pesquisa e inovação.

Os consideráveis avanços encontram-se em sintonia com a positividade das transformações na estrutura produtiva local. Não apenas a participação do Piauí aumentou no comércio externo, como o peso relativo do estado no total dos Investimentos Diretos do Exterior realizados no Brasil foi multiplicado por 25,6 vezes, entre 1995 e 2015.

Da mesma forma, observou-se o crescimento na participação relativa do Piauí na arrecadação nacional do ICMS. Todas essas alterações, no âmbito do desenvolvimento regional, revelam a associação significativa em curso com os esforços no campo da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Uma nobre alteração quanti e qualitativa na diversificação da estrutura produtiva, bem como positivamente no nível de ocupação apontam para o vigor do panorama econômico e social vigente nesse início do século XXI, quando o estado do Piauí avançou para a nova sociedade de serviços. Mesmo sem ter tran-

sitado plenamente pela sociedade urbana e industrial, o progresso recente se apresentou inegável.

Por outro lado, destaca-se, também, que até o final do século XX, algumas características da antiga sociedade agrária ainda estavam em evidência, sobretudo nas áreas correspondentes ao interior do estado do Piauí, carentes de acesso aos serviços públicos nas áreas de educação, saúde, entretenimento e lazer, além da infraestrutura urbana (água, esgoto, estradas, transporte, energia elétrica, telefonia) e da estrutura produtiva. Mas, pelo recente movimento maior de transição para a sociedade de serviços, observa-se melhora inquestionável na infraestrutura dos municípios do interior do Estado, assim como a dinâmica especial no sul do Piauí pelo agronegócio. O resultado tem sido certa desaceleração da migração campo-cidade e a elevação da qualidade de vida para todos.

Do ponto de vista da organização dos municípios, o estudo abordou a evolução recente do PIB em dois períodos distintos da economia brasileira e piauiense. O primeiro período (2002-2014), momento de crescimento econômico, geração de emprego e avanços sociais, no qual o PIB piauiense obteve um crescimento médio anual real de 5,3%. O segundo período foi 2015-2016, caracterizado pela crise econômica, desestruturação do mercado de trabalho e instabilidade política, no qual o PIB piauense sofreu uma queda de -6,3%.

Os resultados do estudo apontaram que Teresina se manteve como principal concentrador econômico, representando 46% do PIB e 26% da população do Piauí. O setor de serviços foi responsável por cerca de 80% das riquezas geradas na capital. No período de crescimento econômico (2002-2014) a capital teve crescimento abaixo da média do Estado.

Entre 2002-2014, os territórios de desenvolvimento menos representativos, como Tabuleiros do Alto Parnaíba e Chapada

das Mangabeiras, tiveram níveis de crescimento econômico superiores ao da China, 10,9% e 8,1%, respectivamente. Esses territórios, predominantemente voltados ao agronegócio, aumentaram de 7,3% para quase 12% sua participação no PIB estadual.

O período de crise econômica (2015-2016) reverteu a tendência de crescimento e todos os territórios de desenvolvimento assistiram à queda real do PIB. Os territórios mais afetados foram justamente os que haviam vivenciado maior dinamismo econômico, portanto, Tabuleiros do Alto Parnaíba e Chapada das Mangabeiras. O território Entre Rios, que inclui a capital Teresina, aumentou sua participação no PIB estadual de 51,5% para 52,8%, apesar de também ter tido uma variação negativa do PIB.

Em 2016, o setor econômico que mais gerou riquezas no Estado foi os de serviços, chegando a representar 82,2% do PIB – incluído os serviços de administração pública. A indústria foi responsável por 12,7% e a agricultura por 5,1%.

Ao observar como se deu a evolução do PIB por meio de tipologias analíticas, verificou-se, no período 2002-2014, que o ritmo de crescimento do PIB foi mais intenso nos municípios de porte pequeno 2 e de porte médio (faixa entre 10 e 499 mil habitantes). No período, não foram observadas grandes oscilações entre as taxas de crescimento dos municípios rurais e urbanos, do polo ou do entorno ou de hierarquia urbana.

Já no período de 2015-2016, os municípios mais atingidos pela recessão econômica foram os de pequeno porte 1 (até 50 mil habitantes), em zonas rurais, situados no entorno de municípios-polo e que pertenciam a categorias hierárquicas denominadas de Centro Zona e Centro Local pelo IBGE.

Os municípios do Piauí do século XXI vêm vivenciando conquistas sociais bastante expressivas, especialmente no período

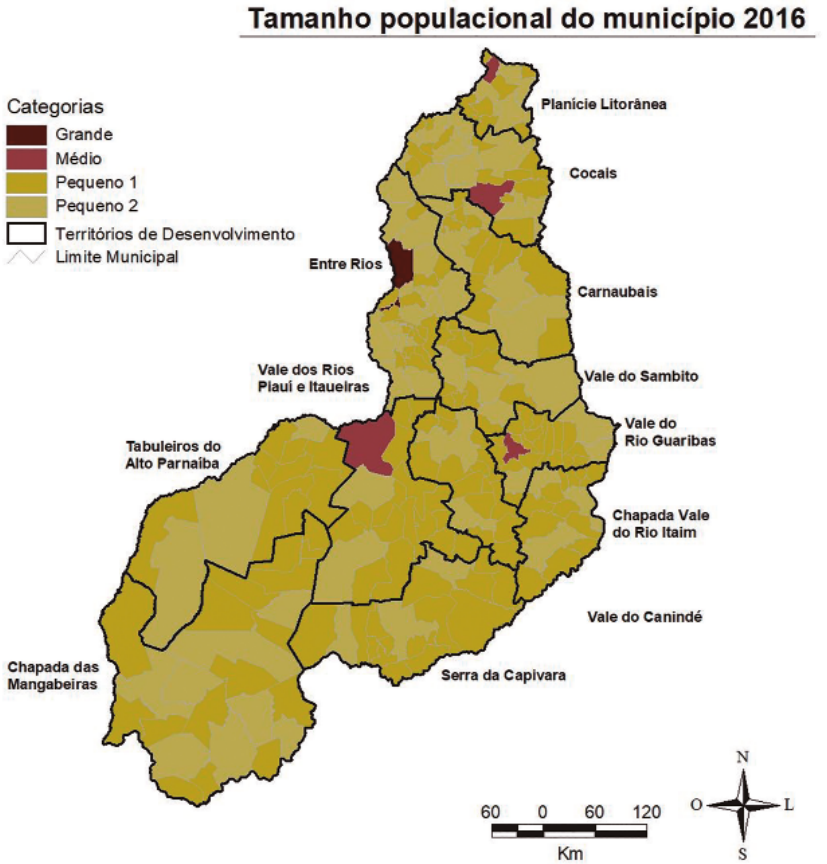
de crescimento econômico, com expansão do acesso aos serviços públicos, ao emprego e à superação da pobreza. Os resultados do estudo referente à comparação entre municípios, baseados no período entre os Censos Demográficos 2000 e 2010, mostraram um avanço considerável na expanção da rede de abastecimento de água canalizada e do acesso à energia elétrica. O esforço estatal fez com que o conjunto de municípios com elevado grau de pobreza diminuísse a diferença de acesso à água de qualidade em relação aos municípios intermediários e mais ricos, o mesmo aconteceu com a ampliação do acesso à energia elétrica.

No que se refere aos indicadores de educação, verificou-se nos municípios piauienses uma redução da taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais e ampliação no acesso à creche para crianças de 0 a 3 anos – mas os desafios para a universalização ainda são grandes. Nas últimas décadas, houve expansão da cobertura do ensino médio para jovens de 15 a 17 anos e aumento da cobertura do ensino superior para jovens de 18 a 24 anos. No caso do analfabetismo e do acesso à creche, observou-se redução das diferenças entre municípios com alto grau de pobreza e as localidades com baixo grau de pobreza.

No período entre os Censos, os municípios piauienses assistiram a uma elevação da proporção de trabalhadores assalariados formais frente aos ocupados, resultado do crescimento econômico e da geração de emprego e renda ocorrida no Piauí. Com a ampliação do acesso ao emprego formal, os trabalhadores inseridos passaram a contar com todos os direitos assegurados pela legislação trabalhista brasileira.

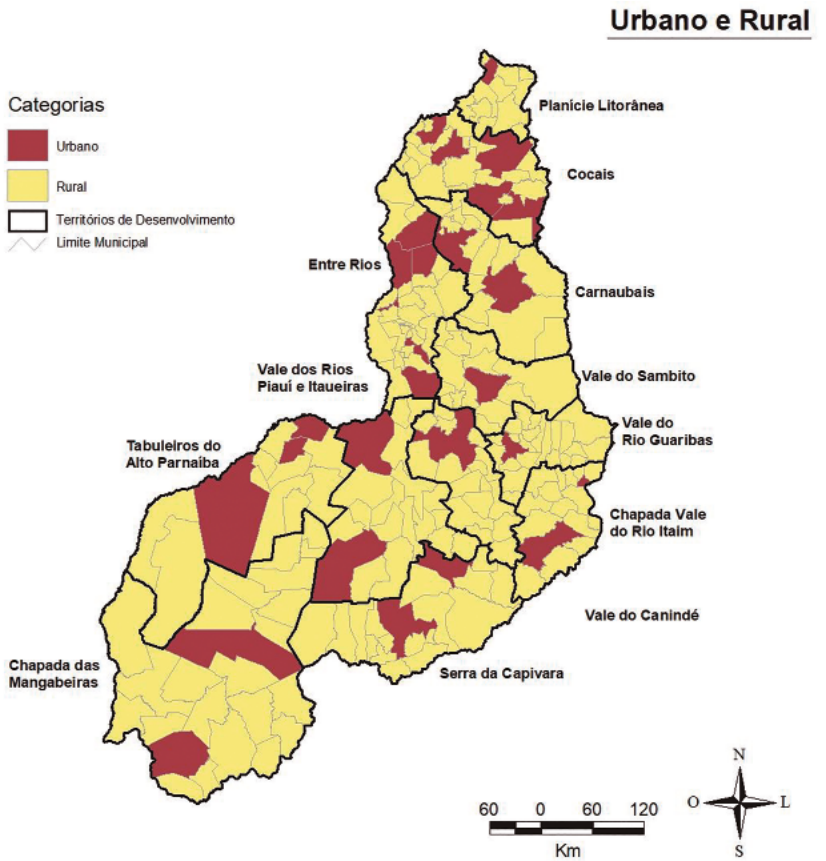
Anexos

Mapa 01 – Distribuição segundo o tamanho do município. Municípios do Piauí, 2016



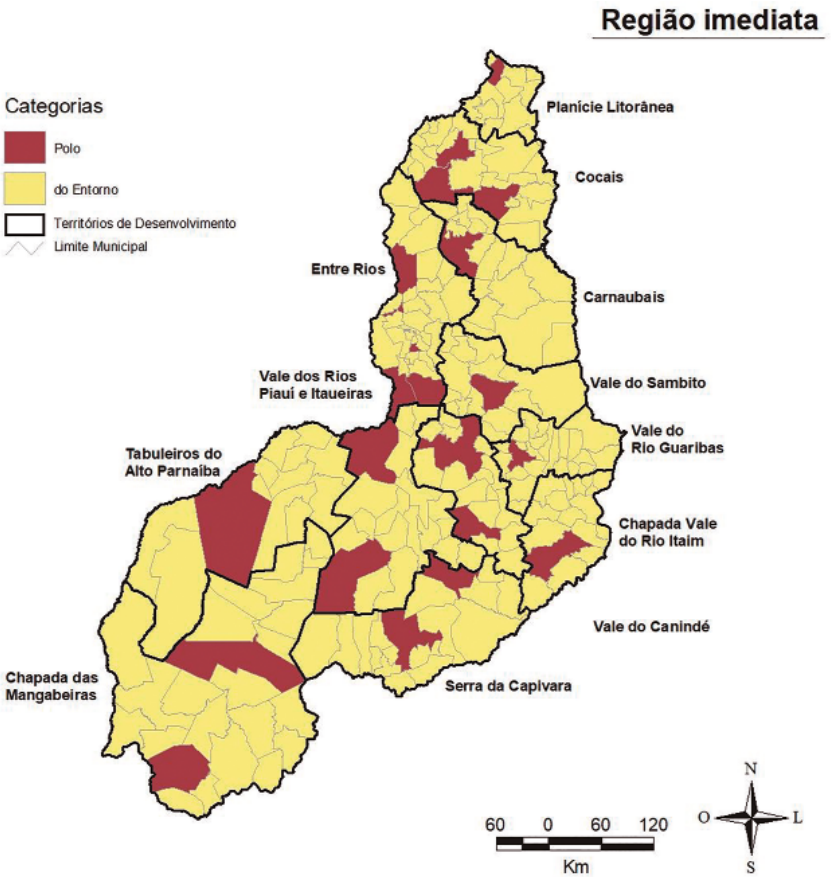
Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2016.

Mapa 02– Distribuição dos municípios segundo a situação urbana e rural. Piauí, 2016



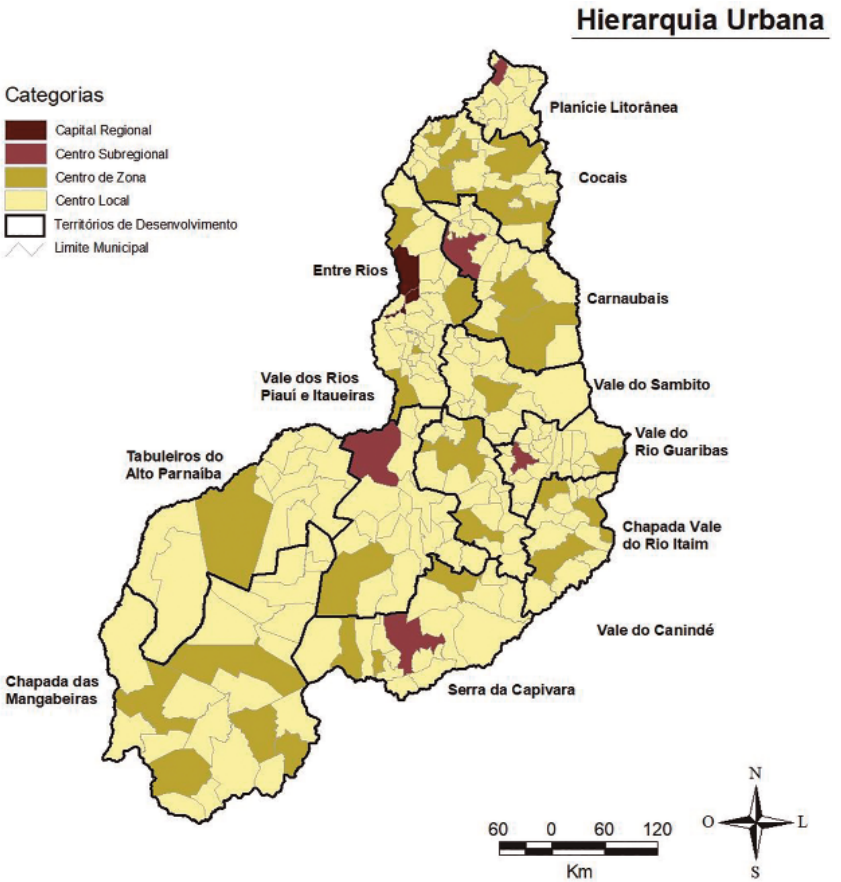
Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2016.

Mapa 03 – Distribuição dos municípios segundo a região imediata. Piauí, 2016



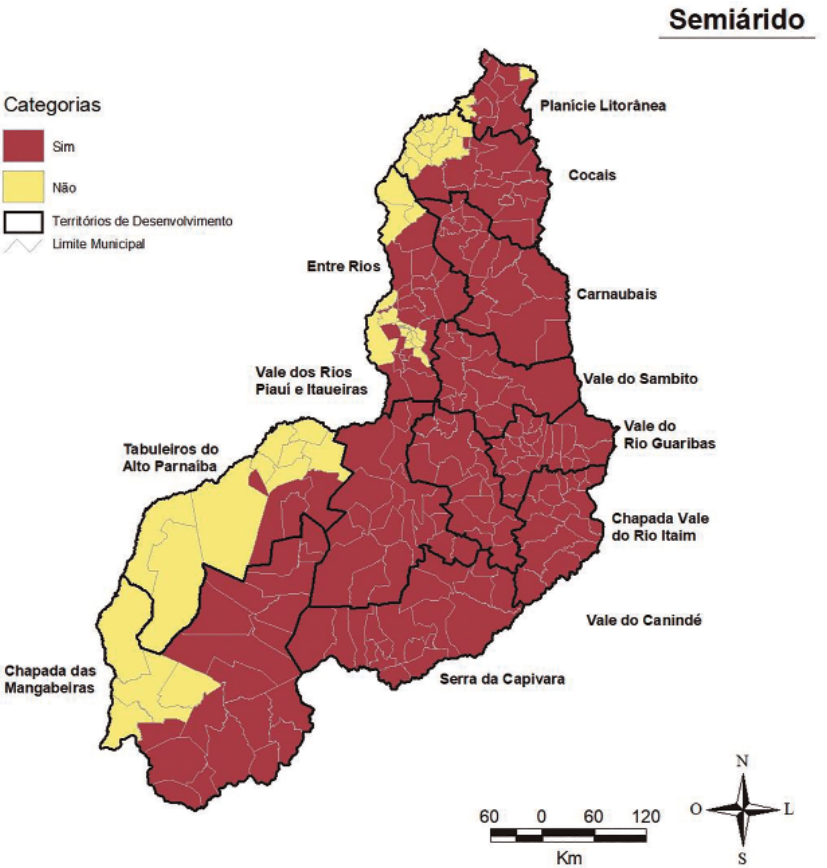
Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2016.

Mapa 04 – Distribuição dos municípios segundo a hierarquia urbana. Piauí, 2016



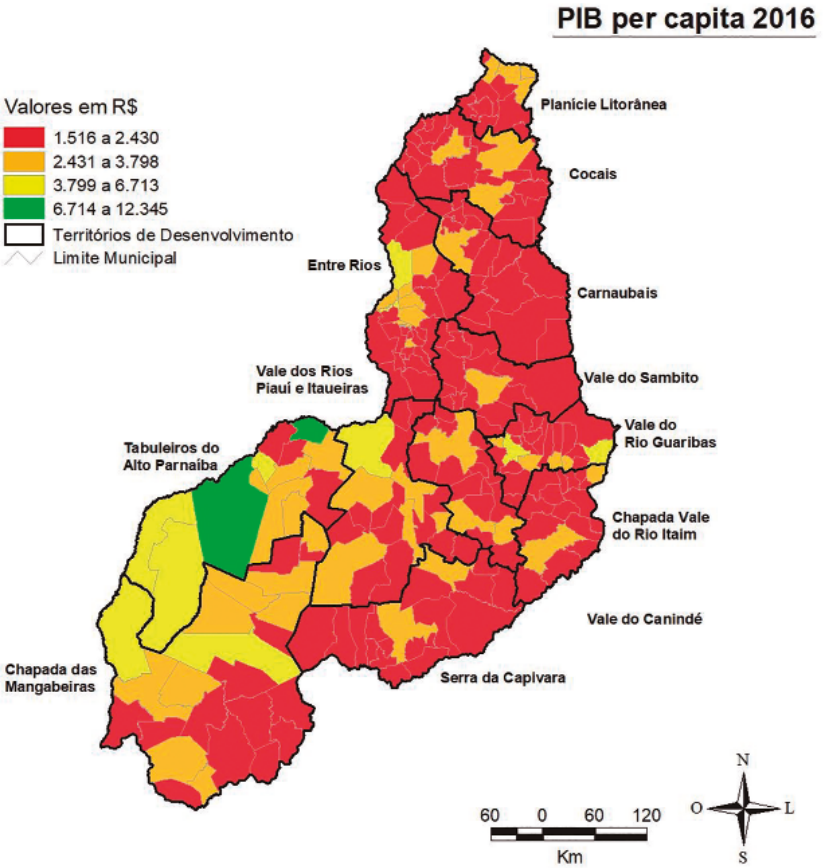
Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2016.

Mapa 05 – Distribuição dos municípios segundo a área do semiárido. Piauí, 2016



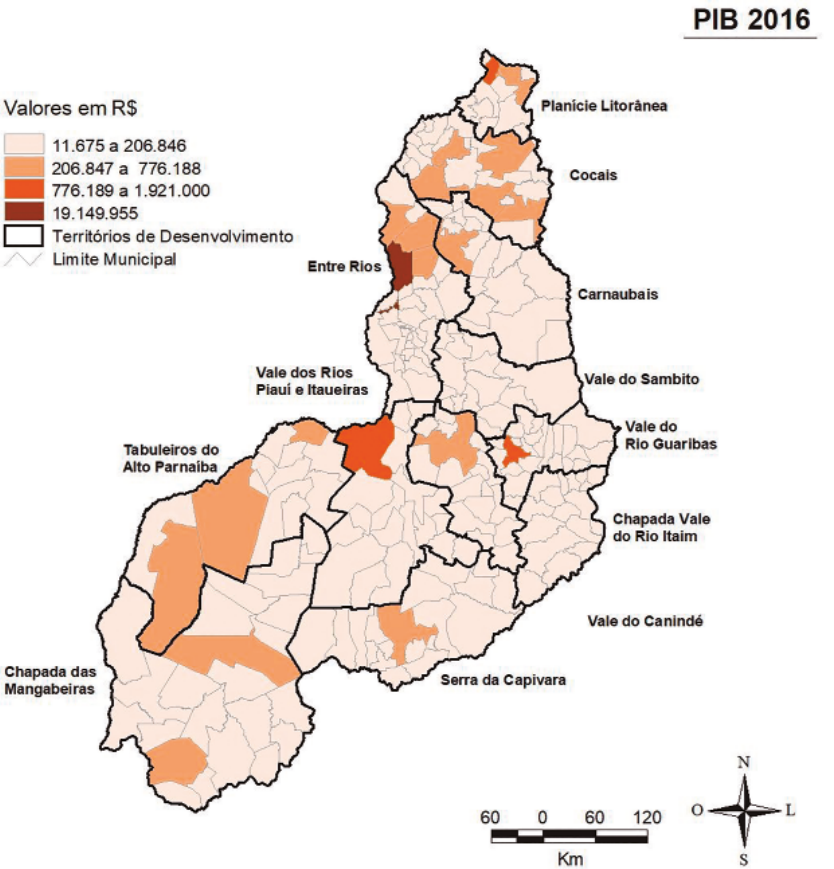
Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2016.

Mapa 06 – Distribuição dos municípios segundo o PIB *per capita*. Piauí, 2016



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2016.

Mapa 07– Distribuição dos municípios segundo o valor do PIB (em Mil R$). Piauí, 2016



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ

PLANEJAMENTO
Secretaria de Estado
do Planejamento / SEPLAN

Piauí
GOVERNO DO ESTADO